

Jeane Vanessa Santos Silva

CONTEXTUALISMO EPISTEMOLÓGICO E
UM TRATAMENTO NÃO-INDEXICAL PARA
PROBLEMAS CONTEXTUALISTAS

Tese submetida ao Programa
de Pós-Graduação em
Filosofia Universidade
Federal de Santa Catarina
para obtenção do Grau de
Doutora em Filosofia.

Orientador: Prof.Dr.
Alexandre Meyer Luz.

Florianópolis

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

SILVA, Jeane Vanessa Santos Silva
Contextualismo epistemológico e um tratamento não
indexical para problemas contextualistas. / Jeane
Vanessa Santos Silva SILVA ; orientador, Alexandre
Meyer Luz LUZ, 2017.
286 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis,
2017.

Inclui referências.

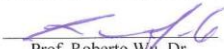
1. Filosofia. 2. Contextualismo. 3.
Epistemologia. 4. Filosofia da Linguagem. 5.
Cequeira Semântica. I. LUZ, Alexandre Meyer Luz. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

Jeane Vanessa Santos Silva


**“CONTEXTUALISMO EPISTEMOLÓGICO E UM TRATAMENTO
NÃO-INDEXICAL PARA PROBLEMAS CONTEXTUALISTAS”**


Esta tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutora em Filosofia”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia.


Florianópolis, 24 de agosto de 2017.

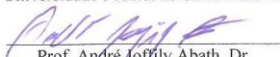

Prof. Roberto Wd, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:


Prof. Alexandre Meyer Luz, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Alberto Oscar Cupani, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Cezar Augusto Mortari, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. André Joffily Abath, Dr.
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

O Contextualismo é uma teoria que vem sendo bastante debatida em Epistemologia nos últimos anos. O objetivo desta teoria é fornecer uma explicação para a força apelativa de argumentos céticos, e para como nossas pretensões ordinárias de conhecimento podem estar a salvo desta ameaça. Para abordar estas questões, o contextualista tradicional afirma que pensamos que o argumento cético é tão convincente, apesar de ser contra intuitivo, porque estamos cegos para a natureza indexical dos termos de conhecimento, e esta cegueira nos levaria a crer que há uma contradição entre a negação do conhecimento em contextos de altos padrões, e a afirmação de conhecimento em contextos de baixos padrões. A explicação indexical que o contextualista oferece, além de não estar fundamentada em argumentos resistentes, atribui erro à falantes competentes, por isso, recebe diversos ataques. Para explicar que a contradição entre afirmações que sofrem julgamentos intercontextuais é apenas aparente, e preservar o desejo de defender que atribuições de conhecimento são sensíveis ao contexto, uma teoria contextualista mais refinada, que não se comprometa com os argumentos que causam problemas ao Contextualismo Tradicional, é então necessária. Neste trabalho, apresentaremos o debate epistemológico que culmina no surgimento de uma teoria propriamente contextualista; exporemos as teses com as quais o

Contextualismo está comprometido a fim de explicar a sensibilidade contextual de atribuições de conhecimento, e as fortes objeções que se direcionam a estas teses. Partindo da conclusão de que os argumentos contextualistas falham, apresentaremos o Contextualismo não-Indexical, como uma teoria mais resistente às objeções que assolam as abordagens contextualistas em Epistemologia, principalmente as versões que se apoiam em teses semânticas. Por fim, pretendemos oferecer uma abordagem original e mais plausível para o problema da cegueira semântica, sem o ônus de atribuir uma forma grave de erro às usuárias do vocabulário epistêmico.

Palavras-chave: Contextualismo; Indexicalidade; Gradabilidade; Contextualismo não-Indexical; Cegueira Semântica.

ABSTRACT

In recent years, the theory of Contextualism has been broadly discussed in the area of Epistemology. The objective of this theory is to provide an explanation to the appealing power of skeptical arguments, and to how our ordinary pursuit of knowledge can be safe from this menace. In order to approach such issues, the traditional contextualist states that we perceive the skeptical argumentation as convincing, although counter-intuitive, because we are blind to the indexical nature of the terms of knowledge. This blindness would lead us to believe that there is a contradiction between the denial of knowledge in contexts of high standards, and the knowledge statements in contexts of low standards. The indexical explanation the contextualist offers is not only rooted in weak arguments, but attributes errors to competent speakers, and for these reasons it receives multiple attacks. In order to explain how the contradiction between statements intercontextually judged is only apparent, and to maintain the desire to defend the fact that attributes of knowledge are context sensitive, a more refined contextualist theory, which does not comply with the problematic arguments of the traditional contextualism is necessary. In this work the epistemological debate that culminates in the emerging of a properly named contextualist theory will be presented; the theses with which Contextualism is committed to will

be exposed, in order to explain the contextual sensitivity of knowledge attributes, and the strong objections directed to these theses. Starting from the conclusion that the contextualist arguments fail, the non-indexical Contextualism will be presented as an upcoming theory towards the objections that ravage the contextualist approaches in Epistemology, most of all those that are supported by semantic theses. The intention is to offer an original and more plausible approach to the issue of semantic blindness, without the burden of attributing a serious brand of error to the users of the epistemic vocabulary.

Keywords: Contextualism; Indexicality; Gradability; non-indexical Contextualism; semantic blindness.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	9
INTRODUÇÃO	11
1. CETICISMO E ALTERNATIVAS RELEVANTES	25
1.1 Análise Tradicional do Conhecimento	25
1.2 Sobre a Prática de Elevar Padrões Epistêmicos	32
1.3 Ceticismo e Fechamento	40
1.4 Teoria das Alternativas Relevantes	52
1.5 Abordagem Contextualista da Teoria das Alternativas Relevantes.....	68
2. CONTEXTUALISMO EPISTEMOLÓGICO	83
2.2 Tipos de Contextualismo	87
2.3 Argumento Para a Mudança de Contexto	94
2.3.1 Força da Posição Epistêmica	103
2.4 Argumento Linguístico Para a Sensibilidade Contextual	114
3. HÁ BASE LINGUÍSTICA PARA A TESE DE QUE ‘SABE’ É INDEXICAL OU GRADUÁVEL?	123
3.1 Sensibilidade Contextual X Dependência Contextual	128
3.2 Gradabilidade	134
3.3 Testes de Gradabilidade	140
3.4 Testes de Indexicalidade.....	152
4 – UMA PROPOSTA NÃO-INDEXICAL DE CONTEXTUALISMO	164

4.1 A “Consequência Desagradável” do Contextualismo do Atribuidor.....	182
4.2 - Relação Entre Circunstâncias de Avaliação e Valor de Verdade.....	194
4.2.1 Contextualismo não-Indexical, Circunstâncias de Avaliação e Minimalismo Semântico	198
4.3 A Questão dos Discursos Indiretos	209
5 - PARADOXO CÉTICO, JULGAMENTOS INTERCONTEXTUAIS E RETRAÇÃO, E UM TRATAMENTO NÃO-INDEXICAL PARA A OBJEÇÃO DA CEGUEIRA SEMÂNTICA.....	216
5.1 - Solução Contextualista Para o Aparente Paradoxo Cético	218
5.2 Julgamentos Intercontextuais e Retração.....	236
5.2.1 Relativismo e Cegueira Semântica	247
5.3 Um Tratamento não-Indexical Para o Problema da Cegueira Semântica	252
CONCLUSÃO	269
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	277

INTRODUÇÃO

As suposições básicas a respeito de como empregamos certos conceitos em nossa vida prática são centrais para elaboração de teorias filosóficas e para revisão de pressupostos aceitos em determinado momento histórico. Assim tem funcionado quando, numa intersecção entre Filosofia da Linguagem e Epistemologia, nos deparamos com a análise de casos conversacionais ordinários que nos permitem avaliar o uso do vocabulário epistemológico. Com isto em mente, muitos epistemólogos têm recorrido a casos que podem ilustrar situações possíveis, para reconhecer como aplicamos determinados termos, principalmente termos de conhecimento. Considere o seguinte caso:

Caso A: Jane, que é cirurgiã, acabou de lavar com água e sabão uma faca bastante afiada que estava na pia e a secou com um guardanapo limpo. Ela considera que a faca está limpa o suficiente para seu propósito de cortar uma maçã. Pensando consigo mesma Jane diz: “eu sei que a faca está limpa”; e corta e come a maçã;

Caso B: Jane, que é a mesma pessoa do caso A, acabou de lavar a mesma faca afiada do caso A com água e sabão e a secou com um guardanapo limpo, quando de repente seu filho entra na cozinha aos prantos com uma farpa de madeira que entrou embaixo da pele de sua coxa. Jane julga que não é necessário levar o garoto ao posto médico e considera usar a faca que acabou de lavar para fazer uma pequena incisão na perna de seu filho e retirar a farpa. Depois de uma breve reflexão, Jane conclui que a faca não está limpa o suficiente para fazer a pequena incisão na perna do seu filho e pensando consigo mesma afirma “eu não sei se a faca está limpa” e adiciona, “é melhor que eu coloque a lâmina em água fervente por alguns minutos antes de fazer a incisão”.

Jane estaria certa ao afirmar que sabe que a faca está limpa no caso A, atribuindo conhecimento a si mesma, e negar que sabe que a faca está limpa no caso B, negando conhecimento a si mesma? Podem ambas as sentenças, “eu sei que a faca está limpa” e “eu não sei se a faca está limpa”, ditas pela mesma falante e em relação à mesma faca, serem, além de apropriadas, verdadeiras? Podemos dizer que “Jane sabe que a faca está limpa e

Jane não sabe que a faca está limpa”? Ou tal conjunção não soaria bem?

Começando pelas similaridades, estamos falando do mesmo sujeito, com a mesma evidência disponível a respeito do grau de limpeza da faca, e este sujeito entretanto faz duas afirmações logicamente contraditórias que podem parecer apropriadas apenas separadamente, dada a diversidade das situações. Saber que a faca está limpa no caso A, significa saber que está limpa para cortar uma maçã sem que a maçã seja contaminada pela sujeira visível que estava na faca antes de ser lavada. Saber que a faca está limpa na situação do caso B, para Jane que é uma cirurgiã, é saber que está limpa para fazer uma incisão em seu filho, sem o contaminar com alguma bactéria presente na faca.

Os indícios apontam que, nas diferentes situações em que Jane se encontra, ‘saber que a faca está limpa’ pode assumir diferentes interpretações, porque uma afirmação deste tipo seria interpretada de acordo com a situação específica em que é afirmada e em relação aos propósitos linguísticos e práticos de quem afirma. Este tipo de prognóstico, derivado de uma situação

fictícia, que poderia sem nenhuma ressalva ser uma situação real, observe que estamos usando linguagem natural, poderia fornecer dados que viabilizariam um tratamento profundo de questões epistemológicas. Poderíamos dizer que olhar para como usamos termos de conhecimento em nossa vida cotidiana de maneira variável, talvez seja útil para analisar problemas epistemológicos.

Alguém poderia entretanto assumir a tese, a despeito dos dados observados acima, de que a afirmação de conhecimento de Jane no caso A é incompatível com a negação de conhecimento no caso B, de forma que a conjunção da sentença de afirmação de conhecimento com a sentença de negação resultaria numa contradição. Na falta da análise de casos que apresentassem dados a respeito de como usamos termos de conhecimento em nossas conversas cotidianas, as primeiras percepções sobre o funcionamento do vocabulário epistêmico foram de abordagem invariantista. O Invariantismo é, grosso modo, uma teoria que defende que as condições de verdade de sentenças de conhecimento não sofrem influência do ambiente conversacional no que diz

respeito ao seu significado e valor de verdade. Não há, segundo o Invariantismo, a possibilidade de ambas as afirmações de Jane estarem corretas, uma vez que seriam contraditórias. Se Jane sabe que a faca está limpa, ela o saberia em qualquer contexto¹ de avaliação; ela não pode saber em uma situação e em outra não, se ela se encontra sob as mesmas condições de conhecimento, ainda que haja variação nas condições conversacionais. Esta é a forma de Invariantismo mais exigente, que está em contraposição à intuição de que a verdade de sentenças de conhecimento depende de características do contexto em que a sentença é usada. Por razões de tempo e espaço, e porque seguiremos uma linhagem da literatura epistemológica que deriva o Contextualismo da Teoria das Alternativas Relevantes, em vez de implicá-lo de uma oposição ao Invariantismo, tal teoria não será objeto da nossa discussão.

¹Não assumiremos uma noção estrita do que significa ‘contexto’ adotando assim alguma posição específica. A visão de ‘contexto’ que estamos supondo neste trabalho é compatível com as mais importantes e assumidas posições, como é o caso de Lewis (1996) que trata o contexto em termos de pressuposições comuns, como desenvolveremos adiante; ou Stalnaker (2000) que assume uma abordagem em termos de conhecimento comum (*common ground*).

A partir do entendimento dos ganhos teóricos, que podem ser resultado de uma compreensão mais ampla do uso do vocabulário epistêmico na linguagem natural, o Contextualismo Epistemológico, simplesmente Contextualismo, é uma teoria que afirma que sentenças de atribuição de conhecimento são sensíveis ao contexto e esta característica revelaria um aspecto promissor em relação ao Invariantismo, uma vez que oferece uma melhor abordagem de como usamos o vocabulário epistêmico para atribuir conhecimento e explica como o nosso conhecimento comum é possível. O Contextualismo emprega os dados linguísticos que mostram como a sensibilidade contextual está presente na linguagem natural e interpreta estas informações na tentativa de fornecer um tratamento mais satisfatório de determinados problemas epistemológicos, como é o caso dos argumentos céticos.

O modo como argumentos céticos parecem funcionar é um problema muito geral em Epistemologia e diversas teorias ofereceram abordagens consideradas insatisfatórias para esta questão; foi assim com o Fundacionalismo, com raízes claramente cartesianas, e

com o apelo ao Conhecimento de Senso Comum de Edward Moore, por exemplo. O fator problemático em relação aos argumentos cétricos diz respeito à dificuldade que encontramos para argumentar em favor de não estarmos em cenários cétricos. De modo mais geral, podemos pensar em situações em que há muito rigor em relação à justificação epistemológica suficiente, situações em que as condições para o conhecimento são muito exigentes e que não precisam necessariamente ser cenários cétricos, como é o caso do caso B discutido acima.

Mais recentemente, a Teoria das Alternativas Relevantes, com o seu maior expoente em Fred Dretske, tentou abordar a questão de como lidar com situações em que as condições para o conhecimento são tornadas mais exigentes recorrendo a uma observação das práticas conversacionais. A Teoria das Alternativas relevantes ofereceu uma abordagem deste problema que visava, dentre outros objetivos, estabelecer um domínio de relevância para nossas afirmações de conhecimento de tal forma que, neste domínio, estariam limitadas as objeções

que deveríamos responder a fim de justificar nosso pretense conhecimento.

Para explicar como as condições para o conhecimento se tornam mais exigentes ou como acontece a elevação dos padrões epistêmicos, a Teoria das Alternativas Relevantes recorre à observação das práticas conversacionais e assim reconhece características epistêmicas distintas em diferentes ambientes conversacionais. Aquilo que é demandado para que a faça conte como limpa no caso A é menos exigente do que o que é esperado no caso B para que a faça conte como limpa. Esta observação das diferentes exigências para o conhecimento em diferentes contextos é traço distintivo do Contextualismo.

Dado, como veremos no Capítulo 2, que a Teoria das Alternativas Relevantes também não fornece uma resposta satisfatória para o porquê de ser tão difícil se desvencilhar dos argumentos céticos, uma abordagem contextualista da Teoria das Alternativas Relevantes pode oferecer uma melhor explicação para este problema, incorporando a noção de que o grau das exigências para o conhecimento está ligado à quais possibilidades

contrárias a atribuição de conhecimento devem ser eliminadas, sem se comprometer com algumas objeções que afetam a Teoria das Alternativas Relevantes.

Uma compreensão propriamente contextualista do porquê dos argumentos céticos serem tão difíceis de rejeitar propõe a resolução do que ficou conhecido como “paradoxo cético”, tarefa na qual a Teoria das Alternativas Relevantes falha. O paradoxo cético consiste na afirmação de que sabemos muitas coisas em conjunção com a força apelativa dos argumentos céticos que não nos permitem afirmar as muitas coisas que sabemos. O contextualista explicaria esta força apelativa mostrando como cético age de modo a tornar cada vez mais difícil que sejamos capazes de fornecer alguma justificação satisfatória para nossas crenças, e explicaria também como os julgamentos que fazemos em situações de altos padrões epistêmicos parecem estar em conflito com nossos julgamentos ordinários, mas não estão e tais julgamentos não se anulam.

A explicação contextualista está comprometida com duas teses fundamentais. A primeira tese é que podemos afirmar, em relação ao nosso caso da faca por

exemplo, que “Jane sabe que a faca está limpa e Jane não sabe que a faca está limpa”, sem contradição, isto porque cada sentença quando avaliada sob as circunstâncias específicas do contexto em que é dita adquire um significado particular e isto se deve ao fato de ‘sabe’, em sentenças de conhecimento deste tipo, ser um termo que apresenta “sensibilidade contextual semântica”. A outra tese postula que argumentos céticos são difíceis de responder porque os participantes da conversação em curso não estão atentos ou conscientes da elevação dos padrões epistêmicos e das mudanças contextuais que isso provoca e pensam haver uma contradição porque não reconhecem que cada sentença é avaliada segundo circunstâncias distintas.

Vamos considerar Renata, uma garota de doze anos que tem um metro e sessenta e cinco centímetros de altura, e é a aluna mais alta na sua classe da sexta série, de modo que Lucia, sua professora, sempre afirma: “Renata é alta”. Em um jantar na casa das amigas, Lucia conversa com algumas pessoas e entre elas está a treinadora do time de basquete da cidade, Gina. As pessoas estão falando sobre a altura das garotas da cidade

quando Lucia, sem saber que Gina é a treinadora do time de basquete, profere: “Renata é alta”; e adiciona: “ela tem um metro e sessenta e cinco centímetros de altura”. Ao ouvir o proferimento de Lucia, Gina contesta e afirma: “Gina não é alta”.

Apesar da aparente contradição entre as duas afirmações, a afirmação de Gina não refutaria a afirmação anterior de Lucia, uma vez que o que a primeira pretende significar por ‘alto’ não consiste no mesmo conteúdo que a segunda pretende significar. A confusão inicial se dá por conta de nenhuma das duas estar ciente do padrão comparativo de altura que a outra está usando. Enquanto Lucia afirma que Renata é alta, pensando nos seus outros alunos da sexta série, Gina tem em mente a altura média de jogadoras de basquete, das quais aquela que é considerada “baixinha” mede um metro e setenta e oito centímetros.

Baseados nos indícios obtidos em casos como este, em que os participantes da conversação não se dão conta da mudança de padrões epistêmicos, e por isso acreditam que estão afirmando proposições estritamente contrárias, contextualistas constroem casos comparativos

em relação a ‘sabe’ com o objetivo de explicar a força apelativa de argumentos céticos. Para tal explicação, o contextualista recorre a uma suposta falta de consciência a respeito do que é significado por uma mesma sentença de conhecimento, que é afirmada e negada em um contexto de baixos padrões e em um contexto de altos padrões respectivamente. De acordo com o Contextualismo, as pessoas envolvidas num contexto em que as condições para uma atribuição adequada de conhecimento são tornadas muito exigentes, podem não perceber a elevação dos padrões epistêmicos, e conseqüentemente não identificar o falseamento daquilo que podia ser afirmado adequadamente quando os padrões eram menos exigentes.

Este alheamento, segundo o contextualista, é similar ao que acontece com Lucia e Gina, que acreditam estar falando sob o mesmo padrão de altura e não percebem a mudança semântica causada pela variação no nível de estatura considerado. Cabe ao contextualista mostrar como o termo ‘sabe’, em sentenças de atribuição de conhecimento, apresenta as alegadas características que o tornariam sensível ao ambiente em que é

enunciado, e este é um debate central sobre a verdade do Contextualismo que desenvolveremos no Capítulo 3. e, mostrar como os participantes de uma dada conversação podem estar inconscientes a respeito das supostas mudanças semânticas que ocorrem.

Nosso plano de trabalho segue a suposição de que o Contextualismo falha em apresentar uma base satisfatória para a suposta sensibilidade contextual semântica de ‘sabe’, e a tentativa de concluir a indexicalidade ou gradabilidade de ‘sabe’ a partir de uma comparação com termos claramente indexicais ou graduáveis também não é satisfatória, e este é o objeto do Capítulo 4.

Pode-se oferecer uma explicação para a sensibilidade contextual de sentenças de atribuição de conhecimento sem o comprometimento com a variação do conteúdo semântico do termo ‘sabe’ ou seus cognatos? Esta questão nos leva ao Contextualismo não-Indexical, que apresentaremos no Capítulo 5, e pretende ser uma teoria de teor mais epistemológico, se é que podemos dizer isto, que o Contextualismo em sua versão tradicional. O Contextualismo não-Indexical defende que

os valores de verdade das sentenças de atribuição de conhecimento são sensíveis ao contexto de proferimento, sem a necessidade de implicar uma sensibilidade contextual semântica desta variação de valores, e sem o encargo de justificar a tese de que as participantes de um determinado contexto conversacional não são capazes de perceber as variações semânticas, causadas pela variação de padrões, que atingem as palavras que elas mesmas proferem.

A *Cegueira Semântica* seria esta incapacidade de reconhecer a variação de padrões epistêmicos e as consequências destas mudanças, é uma consequência do Contextualismo que se tornou uma forte objeção a esta teoria. No Capítulo 6 apresentaremos então como tal objeção funciona e como o Contextualismo não-Indexical pode lidar melhor com ela. Nossa intenção é mostrar ao fim que, em oposição à forma tradicional de contextualismo, o Contextualismo não-Indexical pode se mostrar mais resistente a algumas das objeções que o Contextualismo enfrenta, oferecendo principalmente um tratamento do problema da Cegueira Semântica que não confere erro aos atribuidores.

1. CETICISMO E ALTERNATIVAS RELEVANTES

Neste capítulo, apresentaremos de forma geral a temática cética tentando manter o foco na questão da elevação dos padrões epistêmicos, que não precisam resultar necessariamente em um cenário cético. Em seguida, apresentaremos os principais aspectos da Teoria das Alternativas Relevantes, observando o tratamento que esta teoria dá às condições necessárias para o conhecimento em face da investida cética contra a possibilidade do conhecimento. Por fim, chegaremos a uma abordagem contextualista da Teoria das Alternativas Relevantes, que pretende introduzir a análise contextual como um fator importante na diferenciação entre alternativas relevantes e irrelevantes, e conseqüentemente no reconhecimento de quais são as condições de verdade para uma atribuição de conhecimento adequada.

1.1 Análise Tradicional do Conhecimento

Tradicionalmente “conhecimento” tem sido definido sob três condições:

- (i) S acredita que p
- (ii) p é verdadeira
- (iii) S está justificado em acreditar que p.

A despeito dos diferentes usos que o termo ‘crença’ assumiu ao longo da tradição vamos manter sob nosso olhar um uso muito intuitivo do termo, como observado em nosso vocabulário cotidiano. De forma bastante genérica, tal termo remete a um estado psicológico que trataremos como a disposição que um determinado sujeito tem para assumir que uma proposição é verdadeira. Para não tornar o debate abrangente além do que o nosso tratamento é capaz de fornecer, pretendemos que seja livre ao leitor a escolha sobre alguma teoria da verdade, uma vez que não nos comprometemos explicitamente com qualquer posição específica. De fato, a falta de comprometimento com uma teoria específica da verdade não afeta nossos propósitos em relação à justificação, como aquilo que deve ser

adicionado à crença verdadeira para que isto conte como conhecimento.²

O termo ‘justificação’ é bem geral e pode ser assumido de modo neutro, captando a ideia de mérito epistêmico, ideia tal que é desejável associar à noção de crença verdadeira. Numa visão Internalista, uma atribuição adequada do predicado ‘justificado’, irá demandar que o sujeito seja capaz de acessar e conhecer as razões ou evidências das quais ele dispõe e que o levam a crer que uma determinada proposição é verdadeira. Na perspectiva Externalista da justificação, o sujeito pode chegar à conclusão sobre a verdade de uma proposição, independentemente da capacidade de acessar

² A definição tripartite tem sido bem aceita ao longo da tradição epistemológica com suas primeiras formulações ainda na filosofia de Platão, principalmente nos diálogos Ménon e Teeteto. É forçoso entretanto, que algumas cláusulas adicionais sejam levadas em consideração. Em 1963 em artigo intitulado “Is justified true belief knowledge?”, Edmund Gettier apresentou um par de casos através dos quais demonstrou que é possível satisfazer as três condições impostas pela análise tradicional do conhecimento e ainda assim não conhecer. Nos exemplos de Gettier o sujeito tem uma crença verdadeira sobre a qual está justificado em acreditar, mas não tem conhecimento, ele apenas acertou por sorte. (GETTIER, 1963). David Lewis por sua vez, propõe uma concepção de conhecimento na qual ‘justificação’ não é sequer uma condição necessária em (LEWIS, 1996).

os fatores que o conduzem à tal verdade. A respeito da justificação enquanto parte constituinte do conhecimento, duas análises podem ser feitas. A primeira se detém numa apreciação teórica sobre a natureza da justificação e a segunda se relaciona a uma discussão investigativa sobre atribuições adequadas de conhecimento, que envolvem atribuições adequadas de justificação. Nosso trabalho se limita a esta segunda abordagem, ou seja, observa a justificação enquanto “prática justificacional” sem se deter numa análise sobre a natureza da justificação epistêmica em si mesma.

Explorando uma noção fraca e uma noção forte de justificação, e associando isto à ideia de que o “mérito epistêmico” vem em graus, podemos desenvolver uma visão sobre o tipo de consequências que podem resultar da exigência de que um alto grau de justificação seja satisfeito. Tal variação de graus, que permite a elevação dos padrões para a justificação, e conseqüentemente para o conhecimento, pode provocar resultados indesejáveis, como o que parece ser o projeto filosófico cartesiano que, aumentando o grau de mérito epistêmico exigido, com propósito de tornar o conhecimento mais seguro, acaba

por implicar um cenário cético. O nível de mérito epistêmico que o sujeito deve possuir, é elevado à medida que se espera do sujeito que ele seja capaz de eliminar determinadas hipóteses contrárias à afirmação do conhecimento que ele acredita possuir e supostamente pretende defender.

Estruturada de tal forma, a justificação pressupõe a eliminação das possibilidades de erro, caracterizando um projeto infalibilista de conhecimento, no qual podemos introduzir a imagem alegórica do cético como aquele que exige o cumprimento das condições normativas para a aquisição do conhecimento devidamente justificado. A ameaça de instauração de um cenário cético é hoje imposta teoricamente às nossas pretensões de conhecimento do mesmo modo, ou através de um método bastante similar, àquele método pirrônico impetrado na antiguidade.³ Enquanto os pirrônicos

³ Pirro de Élis, Arcesilao, Sexto Empírico, Agripa e Carneades são constantemente citados quando se trata de apresentar a gênese do pensamento cético. Pode-se dizer inclusive, que muito do que se apresenta como armamento cético hoje já estava presente nas formulações que foram outrora desenvolvidas por estes pensadores antigos. (LAÉRTIOS, 1977).

parecem nos sugerir que a investigação acerca da verdade não pode ser completada em última instância, a elevação indiscriminada de padrões, que presumimos à primeira vista ser algo razoável uma vez que esta prática tornaria o conhecimento mais forte, pode provocar consequências epistêmicas desastrosas.

Realizando o trabalho de elevar os padrões epistêmicos, René Descartes converte o desafio pirrônico numa estratégia que parecia visar um tipo de conhecimento mais resistente, com a diferença que Descartes supunha que tais padrões elevados poderiam ser atingidos. Ao usar esta estratégia de elevação de padrões, Descartes estava empenhado em, duvidando de todas as coisas que acreditamos conhecer com certeza, oferecer um “terreno seguro” com bases firmes, a partir do qual todo o conhecimento e ciência poderiam ser “construídos”. O projeto cartesiano nos parece então um bom caso para ilustrar como o objetivo de alcançar um alto grau de justificação pode conduzir à perda de conhecimento.

Dado que, no exercício da argumentação, algumas atitudes são indesejáveis, pois não refletem o interesse em possuir mérito epistêmico, a intenção de atingir um tipo mais resistente de conhecimento por meio da elevação de padrões, guia o discurso cartesiano de uma forma tal, que uma estratégia investigativa só é apropriada se conduz o sujeito ao prêmio máximo que se pode esperar de um indivíduo que possui mérito epistêmico em grau adequado, que seria, a capacidade de eliminar todas as dúvidas possíveis que são contrárias a suas pretensões de conhecimento, ao mesmo tempo que evita o regresso infinito e a circularidade de razões⁴. Isso resulta facilmente na instituição de um cenário cético.

⁴ O filósofo antigo Agripa desenvolveu cinco tropos que eram argumentos que céticos antigos utilizavam para demonstrar a inutilidade da busca pela verdade. Sexto Empírico apresenta três dos “cinco modos de suspensão” que foram formulados por Agripa. Os outros dois tropos dos quais Sexto não trata são a ‘discrepância’ e a ‘relatividade’. A discrepância diz respeito à incapacidade de decidir sobre uma razão a despeito de outra. Para Sexto “há durante a vida e junto do filósofo uma discordância que não se pode cortar e, por conseguinte impossível de poder preferir ou rejeitar, e somos obrigados a suspender o juízo” (SEXTO EMPÍRICO, 1997, p 165). A relatividade se refere ao caráter subjetivo do julgamento sobre qualquer proposição. Aquilo que é apreendido, ou aquilo que aparece, aparece segundo a observação de um dado sujeito “conforme aquele que julga e aquele que acompanha a observação,

1.2 Sobre a Prática de Elevar Padrões Epistêmicos

Dado o objetivo de chegar ao grau máximo de mérito epistêmico que alguém poderia atingir, Descartes (1973) questiona se tanto as crenças mais simples que formamos pelos sentidos, quanto as crenças que resultam de abstrações, como as formulações matemáticas, refletem um tipo confiável e seguro de conhecimento. Por meio de uma elevação generalizada de padrões, apenas as crenças que resistissem à exigência de um alto grau de justificação, com a imposição da eliminação de todas as possibilidades de erro, poderiam ser afirmadas como verdadeiras. Assim, a mera satisfação de baixos padrões, como os que são empregados quando tratamos de crenças que derivam de nossas impressões sensoriais, não refletem o nível de confiabilidade esperado para que

mas nos abtemos de julgar o que ele é de natureza?”. (SEXTO EMPÍRICO, 1997, p 167). A discrepância e a relatividade são respectivamente o primeiro e o terceiro tropos. Os três tropos restantes são apresentados por Sexto como o *Trilema de Agripa*, que incluem a) regresso infinito de razões, b) suposição dogmática e c) raciocínio circular.

consideremos que uma afirmação está livre de dúvidas. Satisfazer um conjunto de padrões epistêmicos elevados resultaria na exclusão das dúvidas, uma vez que, diante da elevação suprema dos níveis de justificação, não poderia haver conhecimento se o conhecimento não fosse incorrigível.

Como ilustração desta busca por um conhecimento seguro, atingido por meio da satisfação de altos níveis justificacionais, Descartes oferece o retórico argumento do sonho, que nos interessa enquanto uma alegoria capaz de exemplificar o fenômeno da elevação dos padrões e suas consequências indesejáveis⁵. Neste exemplo, o questionamento sobre se somos capazes de distinguir o sonho da vigília segue a aceitação da possibilidade de que é razoável que o sujeito esteja sonhando enquanto pensa estar acordado. É a mera

⁵ É importante distinguir formas de Ceticismo Global de formas de Ceticismo Local. Enquanto o Argumento do Sonho configura uma modalidade local de ceticismo, porque afeta um conjunto específico de crenças cuja formação pode estar comprometida e nos interessa especialmente por se assemelhar aos casos que usaremos ao longo deste trabalho; o Argumento do Gênio Maligno, também apresentado por Descartes, representa um ataque global a todo e qualquer processo formador de crenças disponível ao sujeito.

dúvida criada por esta possibilidade de que o sujeito não seja capaz de fazer tal distinção, porque no sonho algumas vezes se experimenta impressões muito vívidas capazes de confundirem-se com impressões experimentadas na realidade da vigília, que coloca os padrões epistêmicos em determinado nível em que a simples dúvida é capaz de suspender o que ordinariamente é tido com seguro.

Mas, pensando cuidadosamente nisto, lembro-me de ter sido muitas vezes enganado, quando dormia, por semelhantes ilusões. E, detendo-me neste pensamento, vejo manifestadamente que não há quaisquer indícios concludentes, nem marcas assaz certas por onde se possa distinguir nitidamente a vigília do sono, que me sinto inteiramente pasmado: e meu pasmo é tal que é quase capaz de me persuadir de que estou dormindo. (DESCARTES, 1973, p.94).

A questão que nos ocupa a respeito do Argumento do Sonho é sobre como eliminar a possibilidade de que *eu* estou sonhando com o propósito de afirmar justificadamente que as impressões que *eu*

tenho não são ilusões, de modo a barrar a conclusão aparentemente razoável de acordo com a qual a crença de que *eu* conheço o mundo exterior como ele se apresenta na atualidade pode ser nada mais que uma quimera. O padrão epistêmico que Descartes emprega para que a afirmação ‘eu estou acordado’ seja verdadeira, não reflete entretanto os padrões que utilizamos usualmente em nossas práticas cognitivas, em que a simples dúvida não é suficiente para descartar algum conhecimento que acreditamos possuir. Assim, podemos perceber como diferentes níveis de justificação podem ser empregados e o mérito epistêmico que esperamos estar associado à crença verdadeira pode se dar em variados graus, correspondendo diferentemente ao que é exigido ordinariamente e ao que é exigido e depois de uma objeção, e implicando assim diferentes critérios para o julgamento de se o indivíduo conta ou não como sabendo.

Como sabemos, o próprio Descartes opõe o regime investigativo da Primeira Meditação, onde se instaura a dúvida hiperbólica, ao “andamento da vida ordinária”. Mas este

percurso nos mostraria que não é de todo exato dizer que a dúvida hiperbólica produz por si mesma um ambiente filosófico extramundano no interior das Meditações. Em vez disso, mais precisamente, é necessário voluntariamente admitir, em primeiro lugar, um critério epistêmico especial e, em seguida, isolar uma determinada percepção de seu contexto para que se crie artificialmente o ambiente da dúvida, sintetizado na hipótese de que eu estaria sonhando. (EVA, 2002. p. 309).

A consequência do emprego deste critério epistêmico especial, mencionado por Eva, parece ser a criação de um cenário especial que, embora para fins metodológicos, coloca o sujeito numa situação argumentativa tal que, não sendo possível sustentar a posse do conhecimento na instância exigida, o seu conhecimento está perdido, e este é resultado de se abrir a porta para o argumento cético.⁶

⁶ A saída cartesiana do ceticismo metodológico fecha a dúvida hiperbólica com uma crença fundamental a respeito da qual não se pode duvidar ou suspender o juízo. Depois de examinar as crenças provenientes dos sentidos e também as formuladas e apreendidas pelo entendimento, e depois de ter concluído que nenhuma delas era segura o suficiente, Descartes constata que não há tal crença ou fato no mundo do qual não se possa duvidar. A deduzir que, enquanto duvidava, havia *um algo* que duvidava, chega à conclusão de que há indubitavelmente uma substância que duvida, o *eu*. O último passo

Uma versão mais recente de um exemplo de ceticismo global amplamente conhecida e que se assemelha à Hipótese do Gênio Maligno de Descartes é a Hipótese do Cérebro na Cuba, apresentada por Hillary Putnam (1999). Suponha que durante o sono, cientistas retiraram o cérebro do seu corpo e o puseram em uma cuba com nutrientes. Seu cérebro foi ligado a eletrodos conectados a um computador que envia estímulos nervosos de tal maneira a manipular as sensações que você tem, além das sensações primárias, o computador controla seus pensamentos, inferências, juízos e tudo mais que você acredita estar vivendo espontaneamente. A própria atitude de duvidar de que você é um cérebro sem corpo numa cuba é resultado de um estímulo enviado pelo computador. Você não pode por exemplo saber que tem mãos, pois saber que tem mãos implica saber que não se é um cérebro sem corpo numa cuba.

Por mais improvável, extravagante ou mesmo por mais bizarro que pareça

da trajetória cética cartesiana em direção ao estabelecimento de uma crença básica é o comprometimento ontológico com a substância duvidante.

supor que você é um cérebro numa cuba, parece também que você não *sabe* que não o é. Como você *poderia* saber tal coisa? E parece também que, em relação a tudo que você sabe, se você é um cérebro numa cuba, então você não sabe que tem mãos. Como poderia saber que tem mãos se, sabendo tudo o que sabe, você não tem corpo e, portanto, não tem mãos? (DeROSE, 1999, p 3)⁷.

A exigência de que a base evidencial de um determinado sujeito S deve ser capaz de justificar sua crença numa dada proposição p, bem como as implicações geradas a partir de p; e também anular a ocorrência de proposições que sejam contrárias a p, nos coloca na posição ideal para que o ataque cético nos ameace. Um determinado sujeito sabe que tem mãos (p), se for capaz de saber que não é um cérebro na cuba (~h), pois ser um cérebro na cuba implica em não ter mãos; assim, excluir a possibilidade de ser um cérebro na cuba,

⁷ For however improbable, farfetched, or even bizarre it seems to suppose that you are a brain in a vat, it also seems that you don't *know* that you're not one. How *could* you possibly know such a thing? And it also seems that if, for all you know, you are a brain in a vat, then you don't know that you have hands. How could you know if you have hands if, for all you know, you're bodiless, and therefore handless?

ou saber que não se é um cérebro na cuba, seria condição necessária para que o sujeito possa afirmar que sabe que tem mãos. A base evidencial que S possui para justificar p deve servir para justificar $\sim h$, como também a negação de todas as outras possibilidades contrárias a p.

O ponto da hipótese do cérebro na cuba é pressupor a possibilidade de que o sujeito possa estar sendo manipulado por uma influência que o faz acreditar que ele vive as experiências que acredita viver; e, se considerando esta possibilidade, ele é capaz de refutá-la, assegurando assim que suas experiências são reais e que não está sendo enganado por quaisquer influências externas. De modo geral, a Hipótese do Cérebro na Cuba questiona a habilidade do sujeito em estar justificado, em conexão com uma noção de justificação que exige eliminação de *todas* as alternativas contrárias, partindo da pressuposição de que a base evidencial de que S dispõe para saber que p sustenta a negação de todas as possibilidades em que não-p. Essa abordagem apela para a transmissão da justificação e do conhecimento por meio

de implicação lógica, o que torna o ataque cético ainda mais apelativo.

1.3 Ceticismo e Fechamento

O ceticismo nos desafia então a provar que a justificação que temos enquanto pretensos sujeitos do conhecimento é suficiente para que sejamos considerados de fato conhecedores, e que portanto nossas razões ou evidências são capazes de eliminar as possibilidades de erro e as crenças contrárias. O cético, todavia, se vale das exigências captadas na definição de conhecimento, reivindicando o cumprimento daquilo que a própria tradição epistemológica impõe. Argumentos céticos agem apelando a princípios que estamos dispostos a aceitar e são deveras hábeis em nos remover de uma condição de justificabilidade em que acreditávamos estar, ao mostrar que não possuímos a habilidade de refutar toda e qualquer possibilidade de erro.

A despeito do apelo do argumento cético, não parecemos dispostos a aceitar que ‘não sabemos que temos mãos’ porque não somos capazes de excluir a hipótese de sermos cérebros em cubas. Esse é um exemplo de como concebemos as premissas céticas ao mesmo tempo que rejeitamos sua conclusão ou de como acreditamos possuir conhecimento sem poder justificá-lo, e em última instância, sem poder afirmá-lo. Estaríamos assim aparentemente presos a um paradoxo que nos conduz a desfechos inaceitáveis mesmo que aceitemos a plausibilidade das premissas.

O paradoxo cético se apoia em intuições derivadas do Princípio de Fechamento Epistêmico, de acordo com o qual temos obrigação epistêmica de conhecer todas as consequências das crenças que assumimos, de forma que o conhecimento do antecedente implica o conhecimento do conseqüente. Se, por exemplo, sabemos que temos mãos, sabemos por fechamento que não somos cérebros sem corpo numa cuba uma vez que o conhecimento, e como consequência a justificação, seriam transmitidos através da implicação

lógica. O princípio de Fechamento Epistêmico aparenta representar um método seguro que preserva a verdade, mas o custo de sua satisfação configura uma perda de conhecimento. Abaixo o princípio:

$$K_{sp} \ \& \ K_s \ (p \rightarrow q) \rightarrow K_{sq}^8$$

A base evidencial do sujeito deveria então ser capaz de sustentar, além da proposição antecedente na qual o sujeito acredita, todas as implicações que ela gera. Assim, o Princípio de Fechamento postula que toda alternativa contrária a p deve ser excluída pela base evidencial de S em relação a p , para que S possa asserir que sabe que p , pois se p é o caso, também seria o caso, por inferência dedutiva, que todas as alternativas contrárias à p estão anuladas.

Hipóteses céticas que seguem o Princípio de Fechamento são fortemente apelativas e apresentam um

⁸ Para todo S , para todo p e para todo q , se S sabe que p , e p implica q , então S sabe que q .

aspecto intuitivo⁹ que nos compromete com consequências que não temos como conhecer, uma vez que as implicações de uma determinada proposição são virtualmente infinitas. Se tais hipóteses têm o rigor lógico a seu favor, negar o Princípio de Fechamento poderia então ser um modo de enfraquecer o ataque cético, já que excluiríamos a necessidade de que a base evidencial que fundamenta a crença em uma determinada proposição seja capaz de assegurar também todas as implicações lógicas desta proposição.

A exigência de uma base evidencial desta natureza não reflete entretanto a maneira que cotidianamente aplicamos *lato sensu* o conceito de conhecimento. Não parece ser objeto de discórdia que ordinariamente atribuímos conhecimento a nós mesmos e

⁹São fortemente intuitivas se assumimos de saída a predisposição de satisfazer a definição tradicional de conhecimento, com 'justificação' em termos de "eliminação de todas as dúvidas". Se partimos da observação de nossas práticas cotidianas e do nosso aparato doxástico comum, facilmente consideraremos hipótese céticas como sendo contra intuitivas. O fato de estarmos mais dispostos a acreditar e defender nossas crenças ordinárias em vez de defender a validade das hipóteses céticas é um dos princípios da resposta mooreana ao ceticismo. (MOORE, 1980).

a outrem sem exigir ou levar em consideração a eliminação de um conjunto irrestrito de possibilidades que podem derivar da afirmação de uma determinada crença. Recorrendo ao modo que usualmente aplicamos a noção de conhecimento, Fred Dretske, em “Epistemic Operators” (1970), tenta rejeitar o Princípio de Fechamento com o objetivo de minar a disposição cética para elevar padrões epistêmicos, e principalmente o ataque sobre nossas crenças ordinárias mais intuitivas, alegando que o modo pelo qual chegamos a p não nos leva necessariamente a todas as consequências de p . Segundo Dretske, para saber que p não é necessário excluir todas as alternativas contrárias a p , pois conhecimento e justificação exigiriam a eliminação de uma quantidade restrita de alternativas. Para negar a validade do Princípio de Fechamento sobre o conhecimento, Dretske sugere que devemos nos preocupar em excluir uma alternativa a p quando existem razões positivas para pensar que a alternativa poderia ser o caso, quando a alternativa é uma possibilidade próxima daquilo que se efetiva quando p é o caso, ou quando a alternativa faz parte do grupo de alternativas que

conflitam com aquilo que a falante de *p* quer significar quando afirma que *p*.

O caminho que Dretske toma para afirmar que o fechamento não age sobre condicionais envolvendo conhecimento, é assumir que alguns operadores modais não são “completamente penetrantes”, pois falham em alcançar todas as consequências lógicas da proposição afirmada. “Argumentos assim assumem que os operadores epistêmicos, e em particular o operador ‘sabe’, penetram em todas as consequências conhecidas de uma proposição. Se estes operadores não estivessem penetrando, muitas dessas objeções poderiam ser irrelevantes”. (Drestke, 1970, p.1012)¹⁰.

Para Dretske, então, o grau de penetração dos operadores epistêmicos nas proposições que são implicadas por *p*, está estruturado sobre o alcance das alternativas relevantes que são concorrentes à afirmação de *p*. Operadores epistêmicos seriam “semipenetrantes”

¹⁰ Such arguments assume that the epistemic operators, and in particular the operator ‘to know’, penetrate to all the known consequences of a proposition. If these operators were not penetrating, many of these objections might be irrelevant.

porque falham em transmitir a propriedade de conhecimento da proposição antecedente para todas as possíveis consequentes numa implicação do tipo que o Princípio de Fechamento sugere. Ademais, apesar de a verdade de ‘não ser um cérebro na cuba’ estar em algum grau associada à verdade de ‘ter mãos’, ‘não ser um cérebro na cuba’ não faz parte do que é operado (realizado) pelo operador epistêmico do antecedente.

O ponto geral pode ser colocado assim: existem certas pressuposições associadas com uma declaração. Estas pressuposições, embora sua verdade seja implicada pela verdade da declaração, não são parte do que é *operado* quando nós operamos a declaração com um dos nossos operadores epistêmicos. Os operadores epistêmicos não *penetram* estas pressuposições. [...], isto é tomado por garantido, assumido, pressuposto, [...]. (Dretske, 1970, p 1014).¹¹

¹¹ The general point may be put this way: there are certain presuppositions associated with a statement. These presuppositions, although their truth is entailed by the truth of the statement, are not part of what is *operated on* when we operate on the statement with one of our epistemic operators. The epistemic operators do not *penetrate to* these presuppositions. [...], this is taken for granted, assumed, presupposed, [...].

Dretske nega a transmissão de conhecimento por meio do Princípio de Fechamento, mas preserva a afirmação cética de que não podemos saber que as alternativas céticas contrastantes são falsas, de modo que não podemos afirmar a verdade da proposição consequente. Ainda assim, estaríamos em posição de defender nossa crença na proposição antecedente com base na evidência disponível. A evidência disponível por sua vez, não é capaz de excluir todas as consequências lógicas que Dretske nomeia contrastantes. As consequências contrastantes da proposição são implicações anuladoras de justificação, pois possuem características inerentes que não são conciliáveis com a verdade da proposição afirmada; contam ainda com a adição de uma propriedade que mantém esta incompatibilidade oculta para o sujeito, de modo que tornam a proposição evidencialmente indiscriminável. O conhecimento destas consequências contrastantes não é transmitido através da implicação lógica, por isso o sujeito pode saber que p sem ter conhecimento ou consciência, ou ainda sem precisar excluir as consequências lógicas contrastantes a p . As

consequências contrastantes restringem o alcance da penetração dos operadores epistêmicos.

Assumindo que os operadores epistêmicos não transmitem o conhecimento para as consequências contrastantes, a base evidencial disponível poderia ser neutralizada. Dretske apresenta então o “Caso da Zebra” com o qual pretende mostrar que é possível se opor às exigências céticas sem recusar o Princípio de Fechamento, se sua aplicabilidade se restringir ao conjunto de alternativas que são eliminadas pela evidência do sujeito. O conjunto restrito de tais alternativas estaria “fechado” sob implicações lógicas conhecidas, que são penetradas pela base evidencial, formando uma rede de alternativas relevantes. No Caso da Zebra, supõe-se que um determinado sujeito S está no zoológico e é questionado por seu filho a respeito do que seriam os animais no cercado, declarando por fim que os animais são zebras. Os animais parecem zebras, e no cercado há uma marcação que diz “zebras”. Mas, o sujeito de fato sabe que são zebras no cercado? O fato de algo ser uma zebra implica que este algo não é uma mula

disfarçada pelas autoridades do zoológico para parecer uma zebra. O sujeito sabe que os animais não são mulas disfarçadas pelas autoridades do zoológico para se parecerem com zebras? Para Dretske, a prova que o sujeito tem para pensar que aquilo que ele vê são zebras é neutralizada, uma vez que “parecer com uma zebra”, não é suficiente contra a possibilidade de que aquilo que o sujeito vê é uma mula disfarçada para se parecer justamente com uma zebra.

Ser uma mula espertamente disfarçada para parecer-se com uma zebra é uma consequência de contraste que a base evidencial do sujeito em questão não consegue eliminar. Do fato que S sabe que os animais são zebras, não se segue que ele sabe que não é um simulacro de zebra, esta é uma consequência contrastante na qual os operadores epistêmicos não penetram. Quando o sujeito afirma que sabe que os animais que ele está vendo no cercado são zebras, as suas intenções conversacionais abarcam uma margem de pressuposições das quais ‘não ser uma mula espertamente disfarçada para parecer-se com uma zebra’, não faz parte.

A teoria de Dretske não carrega uma proposta de estruturação do conhecimento sob pretensões falíveis, ou seja, sob a aceitação de um conhecimento que não seja resistente a toda e qualquer dúvida. Nessa abordagem, o ‘conhecimento’ ainda é concebido de modo absoluto, o que inclui a necessidade de que a base evidencial do sujeito elimine todas as alternativas relevantes. “Isto torna o conhecimento um conceito absoluto, mas a restrição às alternativas relevantes torna o conhecimento, assim como ‘vazio’ e ‘plano’, aplicável a este mundo epistemicamente esburacado em que vivemos” (Dretske,1981, p.52).

O que faz dessa concepção aplicável, e o conhecimento por sua vez atribuível, é a delimitação do que seriam ‘todas as alternativas relevantes’. Apenas as consequências que contrastam com a afirmação da proposição e que fazem parte do alcance das alternativas contrárias, que são de fato relevantes para o conhecimento da proposição, devem ser levadas em consideração. Como o operador epistêmico penetra nas alternativas que fazem parte da rede de alternativas

relevantes, que é uma rede de alternativas cuja ocorrência é possível, e se relaciona à proposição defendida, a base evidencial do sujeito é capaz de eliminar estas possibilidades. Tal rede daria estrutura ao contexto no qual a afirmação de conhecimento foi originalmente feita, tecendo as condições para o conhecimento possível, através de uma relação entre o que está pressuposto e o que é afirmado.

O apelo às intenções da falante, ou ao que a falante tem em mente ou pretende, quando faz a afirmação da proposição, oferece a vantagem de incluir dentro das considerações das alternativas relevantes a dimensão pragmática do conhecimento. Os interesses conversacionais da falante exerceriam alguma influência sobre o conjunto de consequências contraste do qual a rede de alternativas relevantes é um subconjunto, assim, o alcance das alternativas relevantes seria determinado em parte pelas características subjetivas da falante. Apesar de o conceito de conhecimento possuir um caráter absoluto, que exige a eliminação de todas as alternativas relevantes, essa definição poderia apresentar

sensibilidade à mudanças no contexto conversacional, uma vez que tais mudanças provocariam alterações no conjunto de consequências contrastantes; além disto, fatores objetivos que não são compreendidos pela evidência do sujeito também podem afetar a relevância das alternativas.

1.4 Teoria das Alternativas Relevantes

Em um trabalho posterior, “Contrastive Statements” (1972), Dretske afirma que as alternativas relevantes à uma proposição p são indicadas pelo significado que o falante pretende comunicar quando profere que p é o caso, e que o alcance destas alternativas pode variar em função de uma mudança nas pretensões comunicativas do sujeito em relação a p em diferentes contextos de proferimento, oferecendo assim o que seria uma “fundamentação linguística para relevância” (Wiilliges, 2013). Essa conexão entre o contexto de proferimento e o conjunto das alternativas relevantes não afetaria o sentido literal ou o conteúdo das proposições,

mas apenas o que a falante pretende significar pragmaticamente. Tal significado que o sujeito tem em mente quando faz o proferimento de *p* se relaciona com quais possibilidades contrastantes ele pressupõe existir em seu contexto conversacional, assim se poderia julgar irrelevantes alternativas que não tenham qualquer relação com as intenções em jogo porque estão fora do alcance dos propósitos conversacionais do sujeito. As consequências contrastantes abrangem o conjunto universo das possibilidades derivadas de uma determinada afirmação, e dividem-se em alternativas relevantes e alternativas irrelevantes.

A questão que segue é: se apenas as alternativas relevantes que compõem a rede de fatos possíveis de uma determinada proposição *p* devem ser excluídas, como condição para que um determinado sujeito afirme que sabe que *p* é o caso, o que faz de uma alternativa uma alternativa *relevante*, o que coloca uma alternativa dentro do conjunto das alternativas relevantes relacionadas a uma proposição? Qual a marca distintiva das possibilidades que fazem parte da rede de alternativas

relevantes? E, o que deve ser feito para excluir uma alternativa relevante?

A Teoria das Alternativas Relevantes surge como oposição ao pensamento de que *todas* as possibilidades que acarretem não-*p* devem ser eliminadas para que o conhecimento de *p* possa ser afirmado. Os defensores desta teoria sustentam que algumas alternativas ou possibilidades não compartilham a mesma importância, e disso poderíamos concluir que algumas possibilidades detêm mais relevância que outras, de modo que diferentes alternativas podem possuir diferentes graus de relevância.

Uma alternativa é relevante quando é provável que o fato que ela postula aconteça caso o estado de coisas não fosse como é; caso a alternativa ocorra em algum mundo possível próximo e acessível ao mundo atual do sujeito. Possibilidades que não se concretizam nos mundos possíveis próximos não fazem parte da rede de alternativas possíveis que é o conjunto de possibilidades próximas ao mundo atual. Percebemos entretanto, que esta abordagem garante apenas que

podemos ter conhecimento em relação a noção de mundos próximos que possuímos, e não há modo de assegurar que esta noção equivale aos mundos que são *realmente* próximos ao mundo atual.¹²

¹² Mundos possíveis representam modos como as coisas podem ser. No mundo atual, que representa o modo como as coisas são, por exemplo, Michel Temer é o presidente do Brasil, mas a presidenta do Brasil poderia ter sido Luciana Genro. Desta forma, pode-se dizer que há um mundo possível no qual a presidenta do Brasil é Luciana Genro, apesar de mundo atual o presidente ser Michel Temer. O mundo atual é um dos mundos possíveis, já que, o modo como as coisas são, representa uma das possibilidades de como as coisas podem ser. “Por “mundo actual” não se quer dizer o mundo de hoje em dia, mas apenas o mundo em acto ou efectivo: o modo como as coisas efectivamente são.” (MURCHO, 2005). Os mundos possíveis ajudam a esclarecer teses em conflito sem determinar qualquer proposição sobre problemas modais, podendo haver, no entanto, discussões sobre a natureza dos mundos possíveis. “Na semântica da lógica modal introduzida por Kripke, os mundos possíveis são modelos semânticos formais e precisos, e não apenas uma metáfora para estados de coisas” (Iden). Para explicar “contrafactuais”, que é a situação ou evento que não aconteceu, mas poderia ter acontecido, a despeito do que de fato aconteceu no mundo atual; são importantes as noções de acessibilidade e proximidade. Lewis (1973), define a acessibilidade como uma relação existente entre dois mundos, por exemplo: considere dois mundos m_1 e m_2 que possuem diferentes conjuntos de leis naturais, e m_3 que é um mundo onde as leis de m_1 valem, mas não as leis de m_2 . Podemos dizer que m_3 tem uma relação de acessibilidade com m_1 , mas não com m_2 . Como aqui a acessibilidade é definida em termos de “leis naturais”, os mundos acessíveis ao mundo atual são aqueles que possuem as mesmas leis naturais que o mundo atual, assim, se uma proposição p é verdadeira segundo as leis naturais de m_1 , então, a proposição p também é verdadeira em m_3 . A relação de proximidade pode ser entendida da

Com a publicação de “The Pragmatic Dimension of Knowledge” (1981), Dretske propõe entender as relações de conhecimento a partir de uma abordagem das alternativas relevantes, assumindo que conhecimento e falibilidade não são incompatíveis e que o conhecimento deve ser compreendido em conexão com o contexto social, que é determinante para limitar o alcance das alternativas relevantes. O contexto social seria composto das condições sociais práticas que envolvem o proferimento da sentença. A compreensão de

seguinte forma: há um conjunto de mundos possíveis sobre os quais podemos perceber semelhanças, de modo que poderíamos identificar diferentes graus de similaridade entre os mundos. Lewis fornece um exemplo para que entendamos a relação de proximidade entre mundos possíveis: para avaliar se o contrafactual “Se os cangurus não tivessem rabo, então eles se desequilibrariam”, é verdadeiro em algum mundo possível, não é necessário considerar os mundos possíveis em que cangurus não têm rabos e usam bengalas, pois esses mundos estariam tão distantes do mundo atual, que não precisariam ser levados em consideração, uma vez que o uso de um contrafactual pretende expressar uma situação semelhante à que acontece no mundo atual. “ Por isso, Lewis diz que é melhor concentrar nossa atenção em mundos onde cangurus não tenham rabos e todo o resto seja exatamente como o nosso mundo atual é”. (ROCHA, 2010, p. 34). A observação da relação de proximidade funciona como um filtro que separa os mundos que são relevantes para uma análise particular. Para uma abordagem mais completa ver: (LEWIS, 1973); (KRIPKE, 1980); e (HINTIKKA, 1975).

‘conhecimento’ mudaria então de acordo com as circunstâncias de sua aplicação, e o que contaria como conhecido ou não, pode variar com o contexto.

Estando a compreensão de ‘conhecimento’ submetida às circunstâncias contextuais, as condições de verdade que satisfazem esta noção não podem ser definidas fora do contexto social, dos interesses e intenções práticas da falante. Se assumirmos então, que há um contexto normativo, limitador das condições de verdade para o conhecimento, as alternativas que são relevantes devem ter alguma ligação com um contexto determinante por derivarem de intenções práticas. A posição relevantista de Dretske oferece diversos ganhos teóricos que revelam a possibilidade de afirmar o conhecimento na medida em que o princípio de fechamento é preservado. Mas, concluímos que seu propósito de refutar as hipóteses céticas com base na suposição de que elas são irrelevantes parece ser uma saída *ad hoc*. Também é uma questão aberta, na abordagem de alternativas relevantes de Dretske, a

apresentação de critérios objetivos para a distinção entre alternativas relevantes e irrelevantes.

Visando oferecer uma resposta satisfatória para o que configura a relevância, para como podemos excluir uma alternativa relevante, e que tratamento devemos dar as alternativas irrelevantes, David Lewis apresenta, em “Scorekeeping a Language Game” (1979), um esquema geral de regras de acomodação que devem funcionar como critérios para o que é pressuposto, permitido e denotado em uma conversação. Essas regras apelam para características próprias dos contextos conversacionais, em que cada sentença de atribuição de conhecimento está sendo avaliada, sendo determinadas e moduladas pelo que está pressuposto no ambiente conversacional. Por isso, o que Lewis fornece é uma abordagem contextualista da teoria das alternativas relevantes.

Tanto a satisfação das condições de verdade, das quais eliminar alternativas contrárias faz parte, quanto o julgamento do valor de verdade de uma atribuição de conhecimento, seriam contextualmente determinados, isto porque o contexto conversacional seria o ponto de

referência capaz de fornecer elementos que revelam o movimento de aproximação ou afastamento dos limites que separam alternativas relevantes de irrelevantes. Segundo Lewis, no início o ponto de referência está completamente indeterminado e se torna, ao longo da conversação, um pouco mais definitivamente localizado.

As normas que fazem parte do esquema geral de regras de acomodação apresentado por Lewis podem ser constitutivas ou regulativas. As regras constitutivas são semelhantes às definições, enquanto as regras regulativas cumprem uma função diretiva vinculada ao que as regras constitutivas estabelecem. As práticas inerentes a um contexto conversacional estruturam, através de suas relações, o que Lewis chama de *score* conversacional. Em analogia ao placar de um jogo, o *score* conversacional revela quais regras estão ativas no jogo (ambiente conversacional), delimitando o que é aceitável e como o placar pode ser alterado. Fazem parte do *score* conversacional algumas entidades abstratas como o conjunto teórico de proposições pressupostas pelos componentes da conversação e as fronteiras que separam

ações permissíveis de ações não permitidas. A valoração das sentenças depende de componentes do *score* conversacional no momento da conversação em que as sentenças são proferidas, e o “*score* conversacional tende a evoluir de tal modo que é exigido assumir tudo o que ocorre contando como procedimento correto.” (LEWIS. 1979, p. 347); assim, o *score* acomoda qualquer acontecimento da conversação.

Assim como Dretske, Lewis assume que em qualquer contexto conversacional existem crenças pressupostas e compartilhadas. Tais pressupostos são assumidos como garantidos, mas podem ser abandonados no decorrer da conversação, e isto é possível porque os pressupostos de uma conversação são regidos pelo curso que esta conversação toma ao longo de seu desenvolvimento. Conectadas com este conteúdo contextualmente subjacente, as regras vigentes delimitam quais ações podem ou não ocorrer, através da observação de critérios relacionados às intenções dos participantes do contexto conversacional, e ao que está pressuposto neste ambiente.

Uma pressuposição necessária para a afirmação de uma determinada sentença pode “se acomodar” no contexto conversacional a fim de garantir a verdade da afirmação, isto é o que sugere a *Regra de Acomodação para Pressuposição* apresentada por Lewis segundo a qual “se no tempo t algo que exige a pressuposição P é dito ser aceitável, e se P não está pressuposta antes de t, então - *ceteris paribus* e dentro de certos limites - a pressuposição P passa a existir em t”.¹³ (LEWIS, 1979, p. 340). A dinâmica conversacional mostraria como as fronteiras, que separam o que é considerado verdadeiro do que é considerado falso numa conversação, possuem limites permissíveis, pois podem ser deslocadas a fim de se adequar às exigências do contexto, e oscilam em função da inserção de um elemento novo. Tais fronteiras estabelecem qual estrutura um proferimento deve respeitar a fim de ser considerado verdadeiro ou acertado; elas determinam os critérios para a verdade.

¹³ If at time t something is said that requires presupposition P to be acceptable, and if P is not presupposed just before t, then - *ceteris paribus* and within certain limits - presupposition P comes into existence at t.

Com a *Regra de Acomodação para Permissibilidade*, Lewis postula que as ações que são consideradas legítimas ou acertadas em um contexto específico, o são em função da localização das fronteiras que delimitam o que é e o que não é permissível, e que tais fronteiras podem ser deslocadas de modo a se acomodar à dinâmica conversacional fazendo com que uma afirmação ou crença, próxima ao ponto limítrofe da permissibilidade, que outrora recebeu valoração negativa, seja considerada verdadeira. Como reconhece Lewis, a regra não oferece um tratamento de como o deslocamento de fronteiras ocorre nem da relação comparativa do que é “estar próximo do que é permissível”. De modo geral, o que Lewis pretende afirmar através da Regra de Acomodação para Permissibilidade é que o marco divisório que separa as ações permitidas das proibidas não pode ser fixado em definitivo, posto que os critérios para a demarcação do que é verdadeiro, ou de como se deve agir no contexto, estão ancorados em bases permissíveis que se movimentam conforme mudanças no contexto conversacional em questão. Tais alterações contextuais tornam alguns elementos, que são intrínsecos

ou podem ser incorporados ao discurso, mais salientes que outros.

Uma regra de acomodação para diferentes níveis de saliência determinaria os graus de saliência entre os elementos do contexto. Essa saliência, poderia ser percebida pela observação do grau superior de importância que alguns destes elementos compartilham em contraste com um grau menor atribuído a outros elementos. A regra assume que, se na conversação é dito algo que exige que X seja mais saliente que Y, mas antes do tempo inicial da conversação X não é mais saliente que Y, então, no momento da conversação, X se torna mais saliente que Y porque o que é dito na conversação exige que assim seja.

Os padrões de precisão para os termos constituintes das sentenças proferidas na conversação também fazem parte do *score* conversacional, configurando assim, mais uma regra acomodativa. Quão precisamente um termo é usado ou um conceito aplicado, depende das exigências do contexto.

Os padrões de precisão vigentes são diferentes de uma conversação para

outra, e podem mudar no curso de uma simples conversação. “A França é hexagonal” de Austin é um bom exemplo de uma sentença que é verdadeira o suficiente para muitos contextos, mas não é verdadeira o suficiente para muitos outros. Sob baixos padrões de precisão isto é aceitável. Eleve os padrões e isto perde sua aceitabilidade. (Lewis, 1979, p.352).¹⁴

Algumas vezes frases modificadoras presentes nas sentenças, como por exemplo, “pelo o que é conhecido”, auxiliam no estabelecimento os padrões de precisão, e indicam quais possibilidades decorrentes da afirmação de uma dada sentença devem ser ignoradas; além da sentença na qual aparecem, as frases modificadoras regem a interpretação de sentenças subsequentes. Quando não há indicadores deste tipo, deve-se observar o contexto de forma mais ampla a fim de perceber a fronteira entre possibilidades relevantes e

¹⁴ The standards of precision in force are different from one conversation to another, and may change in the course of a single conversation. Austin’s “France is hexagonal” is a good example of a sentence that is true enough for many contexts, but not true enough for many others. Under low standards of precision it is acceptable. Raise the standards and it loses its acceptability.

irrelevantes¹⁵. O limite entre possibilidades relevantes e irrelevantes pode mudar em função de uma regra de acomodação, ou seja, tal limite pode se acomodar ao desenvolvimento da conversação tornando relevantes possibilidades antes ignoradas. O caminho inverso é, segundo Lewis, mais difícil de fazer, a saber, tornar ignorada uma possibilidade outrora relevante através do relaxamento dos padrões de precisão. Esta assimetria possibilitaria a algum participante da conversação elevar os padrões a níveis muito altos, como faz o cético ao introduzir uma hipótese.

Quando há elevação dos padrões para o conhecimento, ou quando o conhecimento se torna mais difícil de adquirir, o lugar das fronteiras é modificado, de modo que o desafio para satisfazer critérios mais exigentes se torna pertinente, e uma afirmação ordinária de conhecimento, que seria adequada num cenário de baixos padrões, não é mais adequada. Mesmo que o sujeito tenha dito algo verdadeiro em relação ao *score*

¹⁵ A fronteira entre as possibilidades que são relevantes e aquelas que são ignoradas pode ser entendida em termos da relação de acessibilidade (ver nota 11).

inicial de baixos padrões, dada a mudança de fronteiras causada pela introdução de um desafio justificacional; neste novo *score* de altos padrões, o sujeito não diz algo verdadeiro, assim algo que é verdadeiro em relação à fronteira inicial não se sustenta nesta nova e mais exigente delimitação.

Desse modo ele começa a considerar possibilidades até agora ignoradas, que caso contrário ele diria serem falsas. O limite se estende de tal modo que o que ele diz é verdadeiro. Uma vez que o limite é mudado, o epistemólogo do senso-comum deve admitir a derrota. E ainda mais, ele não estava de modo algum errado quando ele reivindicou o conhecimento infalível. O que ele disse era verdadeiro em relação a como era o *score*. (LEWIS. 1979, p. 355)¹⁶.

Uma possibilidade como a de ser um cérebro numa cuba por exemplo, que está sendo ignorada em

¹⁶ Thereby he brings into consideration possibilities hitherto ignored, else what he says would be false. The boundary shifts outward so that what he says is true. Once the boundary is shifted, the commonsensical epistemologist must concede defeat. And yet he was not in any way wrong when we laid claim to infallible knowledge. What he said was true with respect to the score as it then was.

qualquer contexto ordinário, no momento em que é proferida deixa de ser ignorada e passa a ser relevante, de modo que precisa ser excluída. Contudo, a introdução da hipótese modificou a configuração original do contexto tornando a evidência do sujeito insuficiente. A evidência de S suporta a afirmação de que ele tem mãos, mas não suporta a afirmação de que ele não é um cérebro na cuba.

As regras de acomodação apresentadas configuram uma visão ampla das variações contextuais capazes de mover as fronteiras do que está pressuposto em um contexto, do que é permitido no contexto, do grau de saliência correspondente aos elementos do contexto e de quão precisos devem ser os constituintes das sentenças. Todos estes critérios podem ser compreendidos como princípios capazes de nos auxiliar na distinção entre alternativas relevantes e irrelevantes. Mas, é em “Elusive Knowledge” (1996), que David Lewis especifica quais são as regras para tal distinção seguindo a ideia que o alcance das alternativas relevantes está sujeito à mudanças contextuais.

1.5 Abordagem Contextualista da Teoria das Alternativas Relevantes

Cotidianamente temos vasto conhecimento, assume Lewis, mas, quando nos deparamos com um ataque cético e sua exigência de imunidade à crítica, nos damos conta de que nossas pretensões ordinárias de conhecimento não satisfazem tal demanda, porque não somos capazes de eliminar todas as possibilidades de erro decorrentes de alguma afirmação de conhecimento que fazemos, e especialmente, não somos capazes de eliminar as possibilidades céticas. Sendo assim, ainda teríamos muito conhecimento, mas muito conhecimento falível.

A despeito da falibilidade do nosso conhecimento ordinário, a proposta epistemológica de Lewis está compreendida na tentativa de estabelecer uma noção de conhecimento que não seja falível e que não ceda ao cético. Uma proposta deste tipo assume uma posição infalibilista segundo a qual todas as possibilidades de erro alternativas a p devem ser

eliminadas para que o conhecimento de *p* possa ser afirmado. Contudo, a noção de ‘*todas as possibilidades*’ é uma noção relativa. Todas as possibilidades são “todas as possibilidades pertencentes ao domínio de um contexto”, isso permitiria explicar porque em alguns contextos é concedido que temos conhecimento, enquanto em outros o mesmo conhecimento nos é negado. Um exemplo desta variação nas atribuições de conhecimento, pode ser observado quando nos movemos de um contexto ordinário para um contexto de discussão propriamente epistemológica. No contexto de discussão epistemológica seria mais difícil adquirir conhecimento, uma vez que a elevação dos padrões epistêmicos pode chegar a níveis tais, que o sujeito não será capaz de cumprir as exigências contextuais e o conhecimento estaria então perdido.

Na tentativa de evitar a instauração de um cenário cético, Lewis se compromete com uma abordagem epistemológica infalibilista que restringe a noção de “todas as possibilidades” a uma quantidade restrita de alternativas, uma vez que que, quando na

linguagem natural usamos o quantificador ‘todas’, estamos ignorando inúmeras ocorrências que, estritamente falando, estariam compreendidas nesta quantificação. Quando a professora da sexta série pergunta “todas as crianças estão na sala?”, ela não quer saber se todas as crianças da escola estão na sala, nem se refere a todas as crianças do município, e muito menos está interessada em todas as crianças do mundo. Quando usamos o quantificador “todas”, omitimos inúmeras ocorrências que poderiam estar contidas nesta descrição se ela fosse de fato universal na linguagem natural, como ela é na lógica, assim, Lewis restringe o domínio do quantificador baseando-se em seu uso na linguagem natural. A base evidencial do sujeito que pretende conhecer *p*, deve ser capaz de eliminar *todas* as alternativas relevantes a *p* que estão dentro do domínio do contexto em que *p* é proferida; aquelas alternativas que estão fora desta abrangência são irrelevantes para a afirmação do conhecimento de que *p*. Desta forma, o sujeito pode saber que *p* mesmo que a evidência da qual dispõe não elimine todo o conjunto de alternativas relevantes possíveis.

Lewis oferece então, uma definição de conhecimento que possui além da característica distintamente conceitual, um elemento concessivo. A definição postula que “S sabe que p, se e somente se, a evidência de S elimina toda a possibilidade em que não-p - *psst* - exceto aquelas possibilidades que nós propriamente ignoramos” (LEWIS, 1996, p. 554). Tal elemento que chamamos concessivo é uma cláusula nomeada por Lewis de “*sotto você*”, que explicita que está fora de toda a possibilidade em que não-p aquelas possibilidades que, por falsificar o que já está pressuposto no contexto, são adequadamente ignoradas pelo reconhecimento destas pressuposições.

Aquilo que a falante pressupõe quando faz a afirmação de uma proposição se relaciona com quais possibilidades ela já está ignorando adequadamente. Existiria, segundo Lewis, um conjunto universo de alternativas que são divididas entre relevantes e irrelevantes, as alternativas relevantes, por estarem dentro do domínio do contexto em que a proposição que as gera foi proferida, são eliminadas pela evidência disponível;

as alternativas irrelevantes não fazem parte deste domínio porque já estão falseadas pelas proposições subjacentes que estruturam o contexto, e por isso podem ser adequadamente ignoradas.

Para determinar quais das alternativas irrelevantes não podem ser ignoradas, e como uma alternativa irrelevante pode se tornar relevante, Lewis postula três regras proibitivas. A primeira regra, a *Regra da Realidade*, nos diz que uma possibilidade que ocorre no mundo real, ou efetivo, do sujeito sempre é uma alternativa relevante, porque já está presente no contexto funcionando como uma pressuposição, e por isso não poderia ser propriamente ignorada. A segunda regra é a *Regra da Crença*¹⁷, segundo a qual, uma possibilidade que o sujeito acredita ocorrer, ou que deveria acreditar ocorrer, porque possui indícios que o leva (ou deveria levar) a crer, não pode ser ignorada apropriadamente. Se

¹⁷ Segundo Lewis a crença não é um elemento necessário para o conhecimento, de modo que um sujeito pode ter conhecimento sem que acredite. Para expor esta tese ele apresenta o caso do garoto tímido que, não crendo que sabe, hesita em afirmar seu conhecimento. Isso significa que o sujeito não satisfaz o princípio lógico reflexivo KK.

o sujeito confere um alto grau de crença a uma possibilidade, ela não pode ser eliminada, mesmo que ela de fato não ocorra. Quão alto é ‘um grau de crença suficientemente alto’, depende de quais consequências de erro o sujeito terá de enfrentar.

Uma possibilidade não pode ser propriamente ignorada se o sujeito lhe dá, ou deveria lhe dar, um grau de crença que é suficientemente alto e alto não só porque a possibilidade em questão é inespecífica. Quão alto é ‘suficientemente alto’? Isto pode depender de quanto está em jogo. Quando o erro seria especialmente desastroso, poucas possibilidades podem ser propriamente ignoradas. Então, mesmo um grau muito alto de crença pode ser ‘suficientemente alto’ para colocar a Regra da Crença em jogo. (Lewis, 1996, p. 555-556).¹⁸

¹⁸ A possibility may not be properly ignored if the subject gives it, or ought to give it, a degree of belief that is sufficiently high, and high not just because the possibility in question is unspecific. How high is 'sufficiently high'? That may depend on how much is at stake. When error would be especially disastrous, few possibilities may be properly ignored. Then even quite a low degree of belief may be 'sufficiently high' to bring the Rule of Belief into play.

Não se pode ignorar adequadamente uma possibilidade que apresenta um grau de saliência semelhante ao grau de saliência de uma possibilidade real. Esta é a afirmação da Regra da Semelhança. Se uma possibilidade X se assemelha de modo saliente a outra possibilidade Y, que não pode ser ignorada por já estar pressuposta no contexto, então, por conta desta semelhança, X também não pode ser ignorada. O *Paradoxo da Loteria*¹⁹ parece ser uma boa ilustração para esta regra. Neste caso, um sujeito está pensando sobre qual bilhete será o ganhador de uma loteria de dez mil bilhetes; ele pensa em cada bilhete e diz consigo: “este não será o ganhador”. Porque é improvável que cada bilhete específico será o vencedor, tal sujeito tem uma conclusão aceitável sobre cada bilhete individual, uma vez que a probabilidade de que qualquer um deles seja o ganhador é uma em dez mil.

Se a chance de cada bilhete ser o ganhador é igualmente semelhante, e o sujeito acredita que o bilhete

¹⁹ O Caso da Loteria apresenta um argumento dedutivo que indica que podemos saber contradições. Para um tratamento mais aprofundado do Caso da Loteria ver: (HAWTHORNE, 2004).

X_1 não será o vencedor, pela Regra da Semelhança, ele não pode assumir que o bilhete X_2 será o vencedor ou qualquer outro bilhete do conjunto dos dez mil o será. Como consequência, o sujeito conclui que nenhum bilhete será o ganhador, o que é inaceitável. Uma vez que cada bilhete das apostas compartilha da mesma chance de vitória, todas as possibilidades são salientemente semelhantes, e por isso ou a evidência disponível é capaz de excluir cada possibilidade individualmente ou não é capaz de excluir qualquer uma delas. Neste caso, além das considerações lógicas, é necessário atentar para as características probabilísticas, ou para as chances reais de um evento particular não realizado, se assemelhar a um evento que de fato acontece no mundo efetivo. Se há tal semelhança a possibilidade do evento alternativo não pode ser eliminada.

Para determinar aquilo que podemos pressupor adequadamente, ou seja, aquilo que socialmente permitimos fazer parte do contexto conversacional, que, uma vez pressuposto, nos autoriza falsear algumas possibilidades já de saída; Lewis identifica três regras

permissivas²⁰. A *Regra da Confiabilidade*, alega que em geral podemos considerar confiáveis os processos formadores de crença, (percepção, memória, e testemunho). Desta forma, estaríamos justificados em ignorar uma possibilidade que só se realiza, se conta com a falha destes processos.

A segunda regra permissiva é a *Regra do Método*, segundo a qual estamos autorizados a pressupor que “um exemplar é representativo; e que a melhor explicação para os nossos indícios é a explicação verdadeira. Isto é, estamos autorizados a ignorar apropriadamente possíveis falhas nesses dois métodos canônicos de inferência não-dedutiva.” (LEWIS, 1996, p. 558). A terceira e última regra permissiva é a *Regra do Conservantismo*, que por sua vez, apela para o fato de que todos estamos ignoramos certas possibilidades quando fazemos uma afirmação, e contamos que nossos parceiros conversacionais também estejam. Por isso, podem ser apropriadamente ignoradas as possibilidades

²⁰ Lewis salienta que as regras permissivas possuem caráter anulável.

que já são geralmente ignoradas por estarem em conflito com as pressuposições subjacentes ao contexto.

Por fim, Lewis apresenta uma regra restritiva que, em linhas gerais, assume que uma alternativa que não está sendo ignorada e, ao contrário, recebe alguma importância, é uma alternativa relevante. De acordo a *Regra da Atenção*, uma possibilidade que não é eliminada pela evidência do sujeito e recebe algum grau de atenção, não pode ser adequadamente ignorada, pois “dar atenção” a uma alternativa não eliminada a torna relevante. Em discussões ordinárias, por exemplo, não damos atenção a muitas possibilidades porque elas não são evocadas pelo contexto; já num contexto de debate epistemológico, as possibilidades mais distantes e artificiais podem ser evocadas, recebendo atenção e se tornando relevantes. Nesse tipo de ambiente conversacional não estamos ignorando alternativas céticas, mas em vez disso lhe dando atenção, fazendo com que elas se tornem relevantes e precisem ser eliminadas.

Quando uma hipótese que eleva os padrões epistêmicos é introduzida num contexto ordinário, isto torna a evidência disponível insuficiente. Como a evidência disponível ao sujeito não é mais capaz de eliminar as alternativas céticas, a posse de conhecimento não estaria garantida e isto, segundo Lewis, faz do contexto epistemológico o lugar onde o conhecimento é elusivo, ou difícil de alcançar, porque é aí que o examinamos, e quando o examinamos damos atenção à alternativas até então ignoradas, tornando-as relevantes.

Faça um pouco de epistemologia. Deixe as suas fantasias à solta. Encontre possibilidades não eliminadas de erro em todo o lugar. Agora que você as considera, exatamente como eu lhe disse para fazer, já não as ignora, apropriadamente ou de qualquer outro modo. Assim, você chegou a um contexto com um domínio muito rico de potenciais contraexemplos às atribuições de conhecimento. Em tal contexto extraordinário, com tal domínio rico, jamais pode acontecer (bem, quase nunca) que uma atribuição de conhecimento seja verdadeira. Nem uma atribuição de conhecimento a si mesmo (para o seu eu atual ou para o seu eu anterior, não contaminado pela

epistemologia); e nenhuma atribuição de conhecimento a outros. É assim que a epistemologia destrói o conhecimento. (LEWIS, 1996, p. 559)²¹.

De acordo com Lewis, quando apenas pressupomos a relevância de uma alternativa e ignoramos sua possibilidade, conseguimos um conhecimento esquivo. Ainda que isto aconteça fora do espaço da argumentação epistemológica, em contextos ordinários, esse conhecimento pode ser revogado pela menção de uma possibilidade até então ignorada. Assim, as pressuposições, e as alternativas que elas ignoram, “não formam só por si uma base para reivindicar conhecimento”. Apesar da dificuldade de conseguir este conhecimento, o fortalecimento da justificação

²¹ Do some epistemology. Let your fantasies rip. Find uneliminated possibilities of error everywhere. Now that you are attending to them, just as I told you to, you are no longer ignoring them, properly or otherwise. So you have landed in a context with an enormously rich domain of potential counter-examples to ascriptions of knowledge. In such an extraordinary context, with such a rich domain, it never can happen (well, hardly ever) that an ascription of knowledge is true. Not an ascription of knowledge to yourself (either to your present self or to your earlier self, untainted by epistemology); and not an ascription of knowledge to others. That is how epistemology destroys knowledge.

através da adição de razões ou evidências, possibilitaria que o número de alternativas eliminadas fosse maior, diminuindo assim o número de alternativas que devem ser ignoradas. E, para Lewis, o conhecimento é melhor quando está fundado em mais alternativas eliminadas que em alternativas ignoradas, “o conhecimento melhor é o conhecimento estável”, que pode resistir quando a menção de uma possibilidade introduz uma alternativa anteriormente ignorada. Como nosso conhecimento quase nunca estaria inteiramente fundado sobre a eliminação, o cético estaria correto em contextos ordinários e na epistemologia em especial.

Ao apresentar suas considerações sobre a Teoria das Alternativas Relevantes, Lewis pretendeu desvincular a noção de conhecimento da ideia falibilista, sem se render à ameaça cética, ou seja, buscou uma forma de conhecimento infalível (que pressupõe a eliminação de todas as alternativas relevantes), tentando não ceder à força apelativa do argumento cético. Por definição, o conhecimento poderia ser infalível, mas, pragmaticamente aplicamos este conceito como se a natureza do conhecimento fosse falível. Então, é

pertinente olhar para como fatores contextuais afetam pragmaticamente as atribuições de conhecimento que de fato fazemos, e como usamos o vocabulário epistêmico para fazê-lo.

Neste capítulo, nossa pretensão foi mostrar um dos caminhos que levou à motivação do Contextualismo. Começando pelo exame de como, diante da possibilidade de elevar-se os padrões para o conhecimento, cuja consequência mais desastrosa é a instauração de um cenário cético; a oposição feita pelos relevantistas à obrigação de eliminação de todas as dúvidas, para uma devida atribuição de conhecimento, se vale da separação entre quais dúvidas são relevantes e quais podemos ignorar, dado o número incontável de alternativas possíveis. Para tal separação, é imprescindível recorrer aos fatores contextuais.

No capítulo seguinte, apresentaremos o Contextualismo Epistemológico que, como veremos ao longo deste trabalho, defende uma tese semântica. Uma teoria que tanta sistematizar tanto os fatores contextuais que influenciam nossas relações de conhecimento, quanto como estes fatores podem afetar nossas práticas

linguísticas e epistêmicas, com o objetivo de explicar como a elevação de padrões epistêmicos ocorre e, uma vez que isto tenha acontecido, como o conhecimento adquirido em situações de baixos padrões pode estar salvo.

2. CONTEXTUALISMO EPISTEMOLÓGICO

Neste capítulo, exporemos o Contextualismo Epistemológico, ou simplesmente Contextualismo, uma teoria que pretende apresentar alguns avanços em relação à Teoria das Alternativas Relevantes, no tratamento da força apelativa do argumento céptico. Faremos uma distinção entre as principais modalidades de contextualismo, a saber, o Contextualismo do Atribuidor e o Contextualismo do Sujeito. Nos deteremos também na explicação que o contextualista oferece para quais são os fatores contextuais que favorecem a elevação dos padrões epistêmicos, fazendo com que uma determinada afirmação considerada verdadeira, em um contexto cotidiano, se torne falsa em um contexto de altos padrões. Além disto, apontaremos a explicação contextualista para a ausência de contradição entre a afirmação e a negação de conhecimento, relativas à mesma proposição e sujeito. E, por fim, exporemos os argumentos que o contextualista oferece para sustentar sua tese de que sentenças de atribuição de conhecimento são sensíveis ao

contexto, argumento este que se fundamenta em supostas características semânticas dos termos de conhecimento.

2.1 Porque Mover-se de Teoria das Alternativas Relevantes Para o Contextualismo Epistemológico?

A Teoria das Alternativas Relevantes pretendeu conciliar uma noção de conhecimento infalível, que envolve a eliminação de *todas* as possibilidades de erro, (apelando para a noção de proximidade entre mundos possíveis e configurando o quantificador ‘todas’ sob um domínio restrito referente às relações de acessibilidade possíveis), com a possibilidade de termos conhecimento e podermos afirmá-lo. Ao reduzir o alcance do quantificador a um perímetro de relevância, se faz necessário apresentar como esta restrição é feita e sob quais pressupostos alternativas relevantes são separadas de alternativas irrelevantes.

Se assumirmos, com os relevantistas, que o perímetro de relevância se expande ou diminui seguindo as circunstâncias da conversação em que a proposição é

proferida, e segundo o que é posto e pressuposto pelos participantes da conversação, podemos afirmar então, que a rede de alternativas relevantes é parte fundamental da estrutura daquilo que grosseiramente podemos chamar de contexto ou contexto de atribuição. Ao considerarmos o ambiente conversacional em suas dimensões variantes, como estabelecido sobre tal rede, estamos considerando uma abordagem contextualista da Teoria das Alternativas Relevantes.

Mas, qual seria a vantagem de aderir a uma teoria propriamente contextualista? Segundo Ludlow (2005), os contextualistas sustentam que sua teoria escaparia da “conjunção abominável”: “eu sei que tenho mãos, mas não sei que não sou um cérebro numa cuba”. Conjunção esta que seria permitida porque o conjunto de alternativas que o sujeito deve excluir para afirmar que tem mãos, difere o conjunto de alternativas que é necessário excluir para saber que não se é um cérebro numa cuba. O fato da abordagem relevantista permitir este tipo de conjunção, enfraqueceria a Teoria das Alternativas Relevantes como proposta por Dretske.

O problema para Dretske gira em torno da intuição de que é estranho dizer, por exemplo, que “eu sei que tenho mãos, mas eu não sei que eu não sou um cérebro numa cuba.” Contextualistas têm sustentado que o contextualismo oferece uma solução conveniente para este problema: se a mudança de contexto não pode tomar lugar através do discurso, então não há modo de uma conjunção abominável ser verdadeira. (LUDLOW, 2005, p 35)²².

Jason Stanley (2005), também sugere que fugir da possibilidade de afirmar verdadeiramente tal conjunção abominável é uma motivação para mover-se da Teoria das Alternativas Relevantes para o Contextualismo, além de que, um tratamento distintamente contextualista poderia ajudar a determinar com mais precisão o que deve ser feito para excluir uma alternativa. A teoria contextualista também seria útil para a distinção entre alternativas relevantes e irrelevantes, o

²² The problem for Dretske turns on the intuition that it is odd to say, for example, that “I know I have a hand but I don’t know that I am not a brain in vat.” Contextualists have held out that contextualism offers a handy solution to this problem: if context shift cannot take place across discourse, then there is no way an abominable conjunction can be true.

que seria uma discussão sobre “quando o contexto muda para uma propriedade de conhecimento de padrões mais altos” (Stanley, 2005, p 20). Assim, uma das primeiras motivações para se aceitar o Contextualismo, seriam os avanços que ele mostra em relação a Teoria das Alternativas Relevantes, preservando o princípio de fechamento e explicando a estranheza de “conjunções abomináveis”²³. A explicação sobre como tais conjunções podem não ser abomináveis afinal, servirá para o teórico contextualista elucidar a aparência de contradição entre afirmações de conhecimento, feitas em contextos cotidianos, e negações de conhecimento, feitas em contextos de altos padrões.

2.2 Tipos de Contextualismo

Diferentes concepções de “contextualismo” são propostas por diferentes autores. A despeito de uma abordagem semântica adotada por grande parte dos defensores do contextualismo, abordagem que pretende

²³ Abordaremos o tratamento contextualista para as “conjunções abomináveis” no capítulo 4.

fazer afirmações sobre sentenças de atribuição de conhecimento e seus valores de verdade; uma abordagem substantiva pretende fazer afirmações sobre se o conhecimento *per se* é possível. Nosso trabalho se ocupará da análise do contextualismo enquanto tese semântica, sem defender uma abordagem sobre a natureza do conhecimento propriamente dita. Para nossos objetivos, o importante é apontar como o contextualista assume que sentenças de atribuição de conhecimento funcionam, em situações em que o verbo ‘saber’ e seus cognatos são usados naturalmente, situações estas, atuais ou possíveis.

Uma distinção importante a ser feita, entretanto, é a separação entre o Contextualismo do Sujeito e Contextualismo do Atribuidor. Grosso modo, o Contextualismo do Sujeito avalia os padrões para a verdade de uma atribuição de conhecimento, levando em consideração as características do contexto prático e psicológico do sujeito. Assim, o atribuidor (ou o próprio sujeito atribuindo ou negando conhecimento a si mesmo), deve decidir se ‘S sabe que p’ ou ‘S não sabe que p’ com base na situação prática do sujeito; com base naquilo que

o sujeito leva em consideração, dada a sua crença, para agir diante de uma situação possível. Quão importante é para o sujeito que ele esteja certo? Quais os riscos de estar errado? O que aconteceu na conversa? Quais os prejuízos consequentes da crença numa falsidade? Em que comunidade está o sujeito e quais padrões são apropriados para tal comunidade? Essas são algumas questões que um contextualista do sujeito terá que responder para identificar os padrões epistêmicos em uso.²⁴

Posições contextualistas como as de DeRose (1992, 1995, 1999), Cohen (1999, 2000) e Lewis (1996), dão especial destaque aos fatos sobre o contexto do atribuidor para determinar se o sujeito tem ou não conhecimento. O contextualista do atribuidor afirma, do mesmo modo, que todas as características apontadas pelo contextualista do sujeito como importantes para a

²⁴ Em discussões mais recentes, o contextualismo do sujeito vem sendo chamado de “Invariantismo do Sujeito Sensível”: (HAWTHORNE, 2004) e (STANLEY, 2005). Para DeRose, (1992), os fatores do sujeito determinam se o putativo conhecedor satisfaz os padrões que afetam a verdade da atribuição, sem afetar o conteúdo da proposição, pois afetam quão boa é a posição que o sujeito de fato está.

avaliação da verdade de uma atribuição de conhecimento, também são importantes para o Contextualismo do Atribuidor, mas adiciona ainda as características da posição do atribuidor enquanto observador, características que podem não estar disponíveis ao sujeito enquanto agente do conhecimento. Quando nos referirmos ao ‘contextualismo’, estaremos falando de contextualismo semântico relativo às sentenças de atribuição de conhecimento, e por se referirem à sentenças de *atribuição*, nos interessa de saída os fatores relativos à posição do atribuidor ou falante, que englobam também as características da situação do sujeito.

As características contextuais que, por qualquer razão, o sujeito falha em conhecer e, por isso, sua situação para julgar não seria melhor que a situação do atribuidor, são informações relevantes a respeito da situação contextual em geral, que alteram a posição do sujeito em relação a força da sua posição epistêmica. Os fatores contextuais que envolvem a posição do atribuidor, seriam então mais adequados para identificar quais são os

padrões que devem ser satisfeitos, para que a atribuição de conhecimento conte como verdadeira.

Em alguns casos, a capacidade cognitiva do sujeito parece não ser suficiente para satisfazer os padrões operantes, apesar de funcionar adequadamente, de tal forma que não há conhecimento; casos como este parecem demonstrar alguma vantagem do Contextualismo do Atribuidor sob o Contextualismo do Sujeito. Um exemplo de situação em que a posição do atribuidor para julgar a verdade a atribuição de conhecimento parece ser melhor que a posição do sujeito, pode ser descrito no seguinte “Caso do Celeiro”.

[...] com base nas aparências visuais obtidas sob ótimas circunstâncias enquanto dirige pelo interior, Henry identifica um objeto como um celeiro. Vamos supor, entretanto que, sem que Henry saiba, a região está repleta de simulacros de celeiros habilmente feitos de papel machê. Neste caso, não diríamos que Henry sabe que o objeto é um celeiro, a menos que ele tenha evidência contra isto ser um simulacro de papel machê, que é agora uma alternativa relevante. (Stine, 1999, p.148).

Presumivelmente, entretanto, em uma situação normal em que não houvesse celeiros de fachada à sua volta, o sujeito saberia que o que via era um celeiro. Aqui, a presença de celeiros de fachada na região parece privar o sujeito do conhecimento, ainda que o sujeito não saiba sobre os celeiros de fachada, e ainda não se tenha deparado com um. (DeROSE, 2008, p. 305)²⁵.

O problema na situação descrita no Caso do Celeiro é que o sujeito não sabe que a região à sua volta está repleta de celeiros que são apenas celeiros de fachada, essa informação está além do que a evidência perceptual disponível para o sujeito é capaz de assegurar, e a crença foi formada com base neste tipo de evidência. Em uma situação em que não houvessem muitos celeiros de fachada em torno do sujeito, ele saberia que aquilo que vê é um celeiro real; mas, porque tais informações, que são desconhecidas pelo sujeito, influenciam na atribuição de conhecimento, uma vez que trazem para o contexto possibilidades de erro não eliminadas, não se pode dizer que o sujeito sabe que o que ele vê é um celeiro, mesmo

²⁵ Este caso aparece em Goldman, A. “Discrimination and perceptual knowledge, *The Journal of Philosophy* 73 (1976) 771-791”.

que ele esteja olhando para um celeiro de verdade e não apenas para uma fachada de celeiro.

Henry, na posição em que se encontra, não tem condições de avaliar que, pelo fato de a presença de fachadas de celeiros introduzir uma alternativa contrária à Henry saber que está olhando para um celeiro real, a necessidade de excluir que o que ele está vendo é um simulacro de celeiro, torna a evidência disponível à Henry, uma evidência insuficiente para que se faça uma atribuição positiva de conhecimento.

Por conta de casos como este, o Contextualismo do Atribuidor parece oferecer uma abordagem mais completa a respeito dos padrões avaliativos para uma atribuição de conhecimento, “não há nada no “contextualismo do atribuidor” que desconsidere este fato: entre os muitos padrões que o contexto de uma falante pode ter estão os padrões relevantes para o contexto do sujeito”. (DeRose, 2008, p.306).

[...] [A] falante e ouvintes de um dado contexto; isto é, aquelas de nós que estão discutindo o conhecimento de S juntas. É o que nós ignoramos, e não que o

próprio S ignora, o que interessa para o que podemos verdadeiramente dizer sobre o conhecimento de S. (Lewis, 1996, p 561)²⁶.

Considerando o escopo deste trabalho, assumiremos que o contextualismo do atribuidor detém características mais adequadas à intenção de investigar o comportamento das falantes quando proferindo sentenças de atribuição de conhecimento, analisaremos a seguir como essa forma de contextualismo explica o fenômeno da mudança de contexto.

2.3 Argumento Para a Mudança de Contexto

É bem aceito em Epistemologia que as condições para uma atribuição adequada de conhecimento não são invariáveis, sendo de alguma maneira sensíveis ao contexto – o que contraria uma proposta invariantista mais genérica. Mas, o que explica

²⁶ [...] [T]he speaker and hearers of a given context; that is, those of us that are discussing S's knowledge together. It is our ignorings, not S's own ignorings, that matter to what we can truly say about S's knowledge.

esta sensibilidade? O Contextualismo pretende sustentar a tese de que os valores de verdade de sentenças de atribuição e negação de conhecimento, da forma ‘S sabe que p’ e ‘S não sabe que p’ são sensíveis ao contexto de um modo distintivamente epistemológico. Isto aconteceria porque as condições sob as quais tais sentenças de atribuição são verdadeiras ou falsas variam de acordo com o contexto em que elas são proferidas. Uma sentença de conhecimento seria sensível ao contexto, de acordo como contextualista, porque expressaria diferentes proposições em diferentes contextos de uso.

Embora seja concebida como uma teoria semântica, e não propriamente epistemológica, por tratar de sentenças de atribuição de conhecimento e não da natureza do conhecimento, o Contextualismo pretende explicar porque alguns pares de proposições parecem ser inconsistentes quando as proposições são afirmadas simultaneamente em relação de conjunção, formando assim uma aparente contradição. A afirmação desta conjunção seria aparentemente inadequada, mas

separadamente tais proposições seriam perfeitamente plausíveis²⁷.

Grosso modo, o argumento que o contextualista oferece para a ausência de contradição, segundo o qual diferentes proposições podem ser expressas por uma mesma sentença quando proferida em diferentes contextos, busca estabelecer que cada proposição da “conjunção abominável” é avaliada de acordo com os padrões do contexto em que foi proferida, e, por isso, a legitimidade da afirmação de cada sentença de atribuição se relaciona a um contexto de proferimento e avaliação específico. Para ilustrar a suposta sensibilidade

²⁷ O contextualismo não é uma teoria estrutural sobre o conhecimento, porque não estabelece critérios para que uma crença conte como conhecimento, mas determina que, sejam quais forem tais critérios, eles são contextualmente estabelecidos. Não há um interesse genérico do contextualismo, em apontar quais são as condições de verdade em contextos específicos, mas apenas mostrar que as condições de verdade que devem ser satisfeitas para uma atribuição de conhecimento são contextualmente determinadas. Para uma crítica mais aprofundada a respeito do suposto afastamento do contextualismo em relação à epistemologia ver: (KORNBLITH, 2000). Ludlow entretanto, aponta o contextualismo como um desdobramento da Virada Linguística, cujo um dos ideais era tratar problemas epistemológicos como derivações de problemas de filosofia da linguagem. (LUDLOW, 2005).

contextual de tais sentenças de atribuição de conhecimento aparentemente inconsistentes, e mostrar que sua conjunção não gera uma contradição, contextualistas comumente recorrem a possíveis situações ordinárias nas quais se faz um uso natural de ‘sabe’, como no famoso “Caso do Banco”.

Caso do Banco A. Minha esposa e eu estamos dirigindo para casa na sexta ao entardecer. Planejamos parar no banco, a caminho de casa, para depositar nossos cheques de pagamento. Mas, como passamos pelo banco um pouco tarde, notamos que as filas lá dentro estão muito grandes, como costuma ocorrer nas sextas à tarde. Ainda que em geral nós preferimos depositar nossos cheques de pagamento o quanto antes, não é especialmente importante, nesse caso, que eles sejam depositados imediatamente, e assim eu sugiro que a gente vá direto para casa e deixemos para depositar os cheques no sábado de manhã. Minha esposa diz: “Talvez o banco não abra amanhã. Muitos bancos fecham aos sábados”. Eu respondo: “Não, eu sei que vai abrir, eu estive lá num sábado há duas semanas atrás. Estará aberto até o meio-dia”.

Caso do Banco B. Minha esposa e eu passamos dirigindo pelo banco na sexta à tarde, como no caso A, e notamos as longas filas lá dentro. Novamente sugiro que depositemos nossos cheques de pagamento no sábado de manhã, explicando que estive no banco em um sábado de manhã há apenas duas semanas, quando descobri que ele fica aberto até o meio-dia. Neste caso, porém, nós assinamos justamente um cheque de valor muito alto e muito importante. Se nossos cheques de pagamento não estiverem depositados em nossa conta na segunda-feira de manhã, um cheque importante que assinamos vai ficar sem fundos, deixando-nos em uma situação *muito* ruim. E é claro que o banco não abre no domingo. Minha esposa me lembra destes fatos. Ela diz então: “Bancos alteram seus horários. Você sabe que o banco vai abrir amanhã?”. Lembrando do quanto eu estava antes confiante de que o banco abriria no sábado, respondo ainda: “Bem, eu não sei. É melhor eu me assegurar”. (DeROSE, 1992, p. 913).

Casos como este contém usos “naturais” de ‘sabe’, as personagens se encontram em possíveis

situações ordinárias, atribuindo ou negando conhecimento como cotidianamente fazemos. Com casos desse tipo, contextualistas recorrem ao modo como de fato usamos atribuições de conhecimento em linguagem natural, nas nossas vidas ordinárias, para demonstrar: (a) alguma variação nos valores de verdade das atribuições de conhecimento sem a presença de contradição e (b) que tais variações são devidas à sensibilidade contextual que o termo ‘sabe’ apresenta em sentenças de atribuição de conhecimento.

De acordo com Keith DeRose, analisando o Caso A, parece ser correto afirmar que:

(1) Quando S diz no caso A que sabe que o banco abrirá no sábado, S está dizendo algo verdadeiro.

Analisando, separadamente, o caso B, parece ser correto afirmar que:

(2) Quando S diz no caso B que não sabe se o banco abrirá no sábado, S está dizendo algo verdadeiro.

E devido a força da posição epistêmica de S não ser alterada de um caso para outro:

(3) Se S sabe no caso A que o banco abrirá, então S também sabe no caso B que o banco abrirá.

A tese contextualista se propõe a explicar porque (1), (2) e (3) são verdadeiras e porque não há contradição entre elas.²⁸ Para DeRose, a falta de contradição revela que a sentença de atribuição, no caso A, e a sentença de

²⁸ É fundamental entretanto distinguir (3) de (4). (4) Se o que S diz no caso A é verdadeiro, então o que S diz no caso B é falso. O objetivo é negar (4) através da negação da contradição entre os valores de verdade das sentenças de atribuição de conhecimento do caso A e do caso B. A negação da contradição é fundamentada na noção de força da posição epistêmica que não sofre variação entre os casos, a despeito da elevação dos padrões no caso B. Em algum contexto com condições de verdade fáceis de satisfazer, um sujeito S está numa posição epistêmica muito boa em relação a p, de modo que a posição epistêmica de S é boa o suficiente para satisfazer as condições para a verdade de ‘S sabe que p’. Entretanto é possível que, estando S em um contexto de altos padrões, a força da sua posição epistêmica não seja suficiente, a despeito de não ter diminuído, para satisfazer os padrões exigentes agora em vigor, e assim S não está em uma posição epistêmica boa o suficiente em relação a p, para que as condições para a verdade de ‘S sabe que p’ sejam satisfeitas. Uma vez que, como resultado da operatividade de diferentes padrões epistêmicos teríamos diferentes conteúdos proposicionais, não estaríamos expressando o mesmo significado e por isso não haveria contradição entre proposições.

negação, no caso B, pretendem significar algo diferente ao empregar o verbo ‘sabe’. Também para Cohen (1999), uma falante pode dizer que ‘S sabe que p’ enquanto outra simultaneamente diz que ‘S não sabe que p’ e ambas estarem falando verdadeiramente se referindo ao mesmo sujeito e à mesma proposição. Patrick Rysiew (2001) afirma que o Caso do Banco mostra como somos flexíveis ao atribuir conhecimento para nós mesmos e para os outros, e que o contextualismo promete conectar esta flexibilidade com a flexibilidade das condições de verdade de sentenças de atribuição de conhecimento. Assim, o contextualismo sustenta que, observando a variação das condições de verdade para uma atribuição de conhecimento, é possível explicar a sensibilidade ao contexto das atribuições de conhecimento proferidas por falantes comuns em situações ordinárias. De modo geral, contextualistas defendem que sentenças contendo o termo ‘sabe’ e seus cognatos são sensíveis ao contexto porque o contexto de atribuição afeta o que a sentença expressa literalmente.

Podemos então caracterizar o contextualismo como além de afirmando uma dependência contextual dos padrões epistêmicos, afirmando também que, por causa da variação destes padrões, as sentenças de atribuição sofrem mudanças em seu sentido literal, de modo que podemos dizer que tais sentenças são sensíveis ao contexto pois expressam diferentes proposições relativas a diferentes contextos de uso, e por este motivo o valor de verdade das sentenças sofre alteração. A cada conteúdo proposicional diferente, um valor de verdade é atribuído, mesmo que os diversos conteúdos sejam representados pelo mesmo caráter²⁹.

²⁹ A distinção entre conteúdo e caráter que usamos aqui se refere a nomenclatura usada por David Kaplan (1989). Grosso modo, expressões sensíveis ao contexto apresentam ‘caráter’ e ‘conteúdo’. O caráter da expressão ‘aqui’ é o termo ‘aqui’; já o conteúdo é a referência ao lugar em que o sujeito está, quando usa tal expressão. Se Jane diz “eu estou aqui”, quando ela está no estacionamento, a expressão ‘aqui’, se refere ao estacionamento. (KAPLAN, 1989). A noção de caráter tenta capturar uma intuição tradicional do significado linguístico; daquilo que uma falante competente apreende quando é capaz de usar um indexical adequadamente. O caráter pode ser também expresso como uma função do contexto para o conteúdo.

2.3.1 Força da Posição Epistêmica

A variação nos valores de verdade que as sentenças de atribuição de conhecimento apresentam, seriam explicadas por meio da variação nos padrões epistêmicos que regem os casos. No caso A, os padrões epistêmicos que devem ser satisfeitos para a verdade da sentença são menos exigentes que os padrões vigentes no caso B. A posição epistêmica de S é boa o suficiente para satisfazer as exigências do Caso A, mas não para satisfazer os requisitos do caso B. Em alguns contextos, como o do caso B, é exigido que a posição epistêmica do sujeito seja muito forte em relação à proposição, de modo que “quão boa” deve ser a posição epistêmica, para que conte como “suficientemente boa”, é uma questão que depende do contexto. Estar em uma forte posição epistêmica em relação a uma proposição é, segundo DeRose, possuir a propriedade que configura o que é exigido, para que uma crença verdadeira possa constituir um item de conhecimento, ou seja, estar numa posição epistêmica forte o suficiente é deter o elemento que deve

ser adicionado à crença verdadeira para que ela conte como conhecimento.

Essa abordagem fundamentada na posição epistêmica do sujeito, serve para que a teoria contextualista defenda (1) e (2), como base na noção de que a força da posição epistêmica do sujeito no caso A, satisfaz as exigências desse contexto; enquanto falha em satisfazer as exigências do contexto B. Por serem avaliadas em relação a diferentes padrões, a sentença de atribuição de conhecimento proferida no contexto A, não contradiz a sentença de negação de conhecimento proferida no contexto B. A negação de conhecimento em B não é devida a uma variação na posição epistêmica do sujeito, ela de fato permanece a mesma entre os dois casos, o que varia é o poder ou a força desta posição epistêmica para satisfazer condições de verdade distintas.

Em relação à força da posição epistêmica do sujeito no Caso do Banco, podemos observar que alguns fatores intrínsecos ao contexto são responsáveis pela variação que faz com que o sujeito não esteja numa posição epistêmica boa o suficiente no caso B, ou seja, a

justificação da qual o sujeito dispunha na situação A não é mais adequada para o segundo caso. Para DeRose (2009), a noção de “força da posição epistêmica” é derivada do conceito de conhecimento, já que o conjunto de padrões epistêmicos de um contexto específico é composto pelos mesmos padrões para quão forte a posição epistêmica do sujeito deve ser, em relação à proposição, para que atribuição de conhecimento seja verdadeira.

No Caso do Banco, a despeito da posição epistêmica do sujeito se manter inalterada, algumas variações podem ser percebidas, como por exemplo o quão importante é para o sujeito estar certo sobre sua atribuição. No caso A, as consequências de se estar errado e encontrar no sábado o banco fechado não são graves, uma vez que o sujeito não terá de lidar com grandes prejuízos caso sua crença na proposição de que sabe que o banco abrirá no sábado não seja verdadeira. No caso B todavia, os riscos práticos de seguir o que se supunha saber no caso A são altos, o que torna a força da posição epistêmica do sujeito insuficiente para satisfazer

os padrões deste contexto, no qual mais precisão é exigida. A variação nos custos práticos está diretamente relacionada a quão importante é para o sujeito que ele esteja certo sobre sua atribuição.

A menção de uma possibilidade de erro seria outro fator responsável pela variação nos padrões epistêmicos. O fato de, no caso B, a esposa do sujeito mencionar a possibilidade de o banco ter mudado recentemente seus horários de atendimento, introduz no contexto a necessidade de que o sujeito seja capaz de excluir esta alternativa, mas o sujeito não pode excluí-la, pois apesar de sua posição epistêmica ser a mesma que no caso A, a menção da possibilidade torna o contexto B mais exigente e, por consequência, a força da posição epistêmica do sujeito insuficiente. Mais evidência é então necessária, e onde não há evidência suficiente não deve haver atribuição de conhecimento positiva³⁰.

Outro fator importante é a consideração da possibilidade mencionada. A relevância da possibilidade

³⁰ A menção da possibilidade como mecanismo que altera a força da posição epistêmica do sujeito parece funcionar segundo a Regra da Atenção sugerida por Lewis, como apresentada no capítulo anterior.

é o que determina se a alternativa deve ser considerada, e por conseguinte excluída. Não foi porque um mágico superpoderoso poderia fazer o banco desaparecer na sexta à noite, que a esposa levantou a possibilidade de que o banco poderia não abrir no sábado. A possibilidade que ela introduz, de que os horários do banco possam ter mudado, é uma possibilidade plausível, dado o contexto conversacional. Parece ser legítimo desejar que sujeito seja capaz de excluir tal possibilidade, tendo em vista quão importante é para ele estar certo neste caso. Como afirmou Annis (2003, p. 216), “a pessoa tem apenas de responder às objeções correntes, isto é, as objeções baseadas na evidência disponível corrente”. A base evidencial do sujeito permanece a mesma entre os casos, mas se tal base é ou não suficiente para as exigências do contexto, ou quão forte deve ser a posição epistêmica do sujeito, é algo que pode variar.

Observar a atuação destes fatores, que são capazes de alterar as condições de verdade para uma atribuição de conhecimento, é fundamental para que se possa caracterizar como se passa de um contexto mais

relaxado para outro mais exigente. Com o Caso do Banco, DeRose pretende mostrar que podemos lidar com o paradoxo cético de modo similar ao que tratamos a variação nos valores de verdade do contexto A para o contexto B, sob a alegação de que o cético, ao manipular esses fatores, levantando possibilidades até então ignoradas, por exemplo, transforma um contexto ordinário com padrões relativamente fáceis de satisfazer em um contexto exigente de altos padrões epistêmicos.

Por hora, podemos concluir que, no contextualismo de DeRose pelo menos, a relevância que é dada ou não às alternativas contrárias, parece seguir o caminho que as regras de Lewis postulam. Em última análise, no contextualismo de DeRose, o que muda de um contexto para o outro é quão forte é a relação entre a posição epistêmica do sujeito e os padrões epistêmicos em jogo, ou “quão forte” é “forte o suficiente”.

Stewart Cohen (1986) e (1987), caracteriza a força da posição epistêmica do sujeito em termos de ‘razões’ ou ‘evidências’, e analisa as atribuições de conhecimento a partir da relação entre conhecimento e

justificação. Cohen afirma que fatores sociais são capazes de determinar se a evidência de alguém pode destruir seu conhecimento. A relação entre conhecimento e justificação é exposta através da ideia de que ter conhecimento implica ter boas razões para acreditar, o que coloca Cohen numa posição internalista a respeito da justificação epistêmica. Ter boas razões, segundo a abordagem que Cohen chama de “idealmente correta”, significaria que as razões de S não podem ser derrotadas pela evidência que S possui, ou seja, no conjunto de razões ou evidências que S detém para acreditar que p, não pode haver uma razão ou evidência que derrotaria a justificação de que p.

A despeito da abordagem idealmente correta, uma abordagem “permissível” consideraria que S tem boas razões mesmo que, em sua base evidencial, haja uma razão que seja capaz de derrotar a crença em questão, no caso, por exemplo, de a relevância do derrotador não ser óbvia para S, mas óbvia para o grupo social do qual S faz parte; assim, mesmo que S não tenha conhecimento de p em última instância, S ainda tem boas

razões ou evidências para acreditar que p ³¹. É necessário compreender que a base evidencial ou justificação, da qual um sujeito dispõe para sustentar sua crença numa determinada proposição, é formada por um conjunto de crenças que não são exclusivas do sujeito, mas fazem parte de um conjunto mais complexo que é subjacente ao pensamento do grupo. É desejável que estas crenças se relacionem de forma coerente, de modo que entre elas não se encontre uma razão capaz de derrotar a justificação como um todo.³²

Ainda em relação aos derrotadores epistêmicos, S falha em ter boas razões para acreditar que p se a relevância do derrotador não é evidente para o sujeito,

³¹ Stewart Cohen classifica os derrotadores de acordo com como sua obviedade é ou não percebida. Derrotadores que não são percebidos pelo sujeito são subjetivamente opacos, os que são percebidos pelo sujeito são subjetivamente evidentes; os que são percebidos pelo grupo social do sujeito são intersubjetivamente evidentes e aqueles que não são, são intersubjetivamente opacos. Cada derrotador atinge um grupo específico de razões ou evidências, quando, por exemplo, um derrotador é evidente para o grupo social, mas não é evidente para o sujeito, é permissível que S acredite que p ; ainda que o sujeito tenha boas razões subjetivas ele falhará em saber se não satisfazer os padrões intersubjetivos. (COHEN, 1986).

³² Isto não implica compromisso com uma teoria coerentista da justificação, mas com uma cláusula geral de não-incoerência sancionada por virtualmente qualquer tipo de teoria.

mas é evidente para o grupo social, ou seja, o elemento do conjunto evidencial que derrota a justificação e faz parte do conjunto de crenças subentendido pelo grupo, é percebido pelo grupo, mas não pelo sujeito enquanto agente. Isso revela, segundo Cohen, que ‘conhecimento’ tem um componente social e este componente social é melhor compreendido quando percebemos que atribuições de conhecimento são sensíveis ao contexto.

O sujeito possui boas razões quando o derrotador é intersubjetivamente opaco (não percebido pelo sujeito nem pelo grupo), mas não quando o derrotador é intersubjetivamente evidente (percebido pelo sujeito e pelo grupo); porque, quando o grupo social do qual S participa reconhece a relevância de uma razão que faz parte do conjunto de razões de S, e que derrota a verdade da sua crença, a crença de S não é admissível já que “acreditando que q diante de um derrotador óbvio, S falha em cumprir os padrões intersubjetivos para o raciocínio” (Cohen, 1986, p. 578).

Como a opacidade ou a evidência dos derrotadores vem em graus, o nível de evidência que um derrotador precisa para ser capaz de suspender a crença

do sujeito em uma proposição específica é determinado em parte pelo padrão de relevância disposto pelo raciocínio intersubjetivo, que podemos caracterizar como as crenças, suposições e pressuposições que formam a estrutura básica do pensamento do grupo e que podem estar ou não claramente conscientes ao sujeito no momento da afirmação de conhecimento.

Para demonstrar a sensibilidade contextual de atribuições de conhecimento, Cohen formula o seguinte exemplo: uma sociedade de gênios, para a qual alguns derrotadores são mais evidentes, pode julgar que um determinado sujeito não tem conhecimento, levando em conta os rígidos critérios que estão em jogo neste grupo social. Os mesmos derrotadores podem parecer completamente opacos para os membros de uma sociedade de idiotas, que facilmente atribuirá conhecimento para o mesmo sujeito, avaliando o mesmo conjunto de razões ou evidências que o sujeito detém em favor de sua crença. Essa diferença mostraria que quão precisamente os padrões intersubjetivos são determinados, é uma designação do grupo social ao qual o sujeito pertence e no qual a atribuição de conhecimento

é proferida, associando assim a avaliação da força da posição epistêmica do sujeito ao que é pressuposto no contexto conversacional.

Por conta da variação no julgamento dos derrotadores em relação a cada contexto de avaliação, Cohen sugere que o conceito de conhecimento pode também sofrer alterações em conjunto com os padrões intersubjetivos em jogo, que podem ser mais ou menos exigentes.

É então ‘conhecimento’ ambíguo, entre diferentes conceitos, cada um baseado em um diferente padrão? Isto implicaria um número indefinido de conceitos de conhecimento. Implicaria também que, se nossos poderes de raciocínio melhorassem ou declinassem, nosso conceito de conhecimento mudaria. (Cohen, 1986, p 579)³³.

Isso sugere, de acordo com Cohen, que atribuições ou negações de conhecimento são ou sensíveis ao contexto ou indexicais, de modo que o que é afetado é

³³ Is 'knowledge', then, ambiguous between various concepts each based on a different standard? This would entail an indefinite number of concepts of knowledge. It would also entail that, were our reasoning powers to improve or decline, our concept of knowledge would change.

o conteúdo da proposição; o que aproxima sua abordagem do tratamento semântico fornecido por DeRose e Lewis. Os três contextualistas se comprometem com a afirmação de indexicalidade sobre atribuições e negações de conhecimento, variações estas que resultariam em modificações no conteúdo dos termos de conhecimento, como efeito da oscilação de padrões. Sentenças de atribuição do conhecimento seriam então sensíveis ao contexto porque “o contexto afeta o que uma sentença de atribuição de conhecimento expressa literalmente.” (Rysiew, 2001, p, 480).

2.4 Argumento Linguístico Para a Sensibilidade Contextual

Os teóricos do contextualismo sugerem que existe um fundamento linguístico capaz de justificar a alegação de mudança de conteúdo nas sentenças de atribuição de conhecimento, sendo assim possível negar e atribuir conhecimento ao mesmo sujeito, com a mesma justificação, em relação a mesma sentença, sem que haja

contradição, e isso se daria se a atribuição e a negação da atribuição de conhecimento fossem feitas em contextos regidos por diferentes condições de verdade. O que está em jogo então é primeiro a tentativa de justificar que não há contradição, ou explicar como uma tal conjunção abominável é possível, e segundo, justificar o argumento da mudança de conteúdo que pretende sustentar a resposta contextualista ao apelo do argumento cético.

Esta fundamentação linguística, para alegação de que sentenças de atribuição de conhecimento são sensíveis ao contexto, é comumente apresentada por defensores do contextualismo. Os famosos casos empregados para explicar como uma mesma sentença pode possuir diferentes significados, referente a diferentes contextos de proferimento, são usados para expor uma variação no conteúdo do proferimento, e, desta forma, a expressão de diferentes proposições que têm origem na mesma sentença.

Cohen (1986, 1987, 1988) afirma que ‘sabe’ é indexical ou sensível ao contexto, e afirma também que “conhecimento” se dá em graus, porque a justificação,

que seria um componente necessário do conhecimento, se dá em graus, se comprometendo assim com uma tese de indexicalidade e uma tese de gradabilidade. Ao afirmar que “justificação” se dá em graus, Cohen apela para a noção de “suficiência”, afirmando que ‘estar justificado o suficiente’ significa estar justificado no grau contextualmente exigido. Lewis (1996), afirma que a palavra ‘sabe’ é um termo dependente do contexto e, por isso, seu valor semântico muda de acordo com a relevância das alternativas no contexto.

DeRose (1992), coloca toda a base do contextualismo sob a afirmação da variação do conteúdo semântico de ‘sabe’, assumindo que tanto a atribuição de conhecimento feita na situação A, do Caso do Banco, quanto a negação de conhecimento na situação B, são atribuições adequadas de conhecimento, não havendo contradição entre as proposições que as diferentes atribuições expressam, uma vez que os proferimentos das sentenças de conhecimento “querem” expressar diferentes proposições. Para DeRose (2009), a vantagem de sustentar que ‘conhecer’ é indexical é justamente a

possibilidade de explicar como funciona o mecanismo semântico que evita a contradição em casos com o Caso do Banco, por exemplo. Se ‘sabe’ e seus cognatos fixam um referente apenas em relação ao contexto de uso, então, mudando de contexto de proferimento, obtemos diferentes referentes para o mesmo termo, assim como ocorre com os indexicais.

DeRose (1999) afirma ainda que ‘sabe’ se comporta de maneira análoga a termos graduáveis como ‘alto’ e ‘plano’ por exemplo. Assim, se é possível dizer que “Pedro é alto para um aluno do quarto ano, mas não é alto para um jogador de basquete”, ou que “esta rua é plana para a passagem de carros, mas não é plana para os padrões microscópicos da física”; também é possível dizer que “Pedro sabe que p sob baixos padrões epistêmicos, mas Pedro não sabe que p sob altos padrões epistêmicos”, porque o uso de ‘sabe’, analogamente a como acontece com termos graduáveis, obedeceria a uma escala. Deste modo, as condições de verdade que Pedro satisfaz são suficientes para que ele tenha conhecimento num certo grau, que caracteriza um nível de baixos

padrões, mas daí não se segue que concederíamos conhecimento a Pedro quando observamos um nível mais alto de padrões.

Para ilustrar, se uma superfície particular conta como plana, depende do contexto. Enquanto o grau de planura, (flatness), de uma superfície poderia ser suficiente para a superfície contar como plana num contexto de discussão sobre terras agrícolas aradas recentemente, a mesma superfície pode não possuir um grau suficiente de planura, para ser plana pelos padrões exigidos para jogar bilhar. Similarmente, a ideia é que conhecimento também vem em graus, e se um estado de crença particular também conta como um estado de conhecimento, dependerá do contexto. Uma crença verdadeira que tem um grau de justificação suficiente para contar como conhecimento no contexto de um bate papo em um bar pode não ter o mesmo grau de justificação suficiente para contar como conhecimento em um tribunal. (Ludlow, 2005, p 11)³⁴.

³⁴ To illustrate, whether a particular surface counts as flat depends upon the context. While the degree of flatness of a surface might be sufficient for the surface to count as flat in the context of discussing recently plowed farmland, the same surface may not have a sufficient degree of flatness to be flat by the standards required for playing billiards. Similarly, the idea is that knowledge also comes in degrees, and whether a particular belief state also counts as a knowledge state will depend upon context. A true belief that has a degree of

Cohen, Lewis e DeRose comprometem sua abordagem do contextualismo com uma tese linguística sobre o termo ‘sabe’, para explicar como as condições de verdade variam em função de características contextuais. Essa relação entre as condições de verdade e as características contextuais só seria possível porque o termo ‘sabe’ e seus cognatos, em sentenças de atribuição de conhecimento, se comportam de maneira análoga a termos indexicais. A indexicalidade seria então a característica de ‘sabe’ que torna sentenças de conhecimento sensíveis ao contexto, possibilitando a atribuição e a negação do conhecimento ao mesmo sujeito, como afirma Cohen: “Assim, a teoria que eu desejo defender constrói ‘conhecimento’ como um indexical. Como tal, uma falante pode atribuir conhecimento a um sujeito enquanto outra falante nega

justification sufficient to count as knowledge in the context of a bar room chat may not have a degree of justification sufficient to count as knowledge in a court of law.

conhecimento ao mesmo sujeito, sem contradição”. (COHEN, 1988, p. 97)³⁵.

Ainda, segundo Cohen, isto é possível porque ‘sabe’ herda sua natureza indexical de ‘justificado’, uma vez que o que conta como justificado seria governado por uma regra de saliência, que afeta a relação entre o que é tornado saliente e deve ser excluído, e a base evidencial que leva o sujeito a crer que tem conhecimento. Quando, no Caso do Banco, a introdução de uma alternativa não eliminada eleva os padrões epistêmicos vigentes, fazendo com que a posição epistêmica do sujeito não seja forte o suficiente para a satisfação dos novos critérios contextuais, essa alteração modificaria o conteúdo proposicional da sentença de atribuição de conhecimento.

Não haveria contradição entre as sentenças de atribuição de conhecimento do caso A e do caso B, por exemplo; a proposição expressa por ‘S sabe que p’ no caso A, não seria a mesma proposição expressa pela

³⁵ Thus, the theory I wish to defend construes "knowledge" as an indexical. As such, one speaker may attribute knowledge to a subject while another speaker denies knowledge to that same subject, without contradiction.

mesma sentença no caso B, isto porque o conteúdo comunicado não seria o mesmo em ambos os contextos. Uma vez que a verdade da sentença envolve exigências distintas de força da posição epistêmica, em relação às condições de verdade nos diferentes contextos de proferimento, o conteúdo da proposição expressa depende do contexto no qual a sentença é proferida.

Neste capítulo, apresentamos as teses que os contextualistas oferecem para defender que sentenças de atribuição de conhecimento são sensíveis ao contexto, e que esta sensibilidade se deve ao fato do termo ‘sabe’, em sentenças do tipo ‘S sabe que p’, ter um comportamento semântico semelhante ao de termos indexicais e/ou graduáveis. Isso explicaria a mudança no valor de verdade da proposição que é afirmada num contexto de baixos padrões e negada em um contexto de padrões mais altos, sem que no entanto, haja contradição. No capítulo seguinte, apresentaremos alguns testes para a suposta indexicalidade e/ou gradabilidade do termo ‘sabe’ em sentenças de atribuição de conhecimento, o que supostamente justificaria a alegação de não-contradição

para o contextualista. Analisaremos o comportamento semântico destes termos, que são claramente sensíveis ao contexto, para testar a analogia com termos de conhecimento.

3. HÁ BASE LINGUÍSTICA PARA A TESE DE QUE ‘SABE’ É INDEXICAL OU GRADUÁVEL?

Stanley (2005), acredita que o Contextualismo é uma tese epistemológica fraca, mas uma tese semântica forte, e a força da tese semântica está em o vocabulário epistêmico ser de fato semanticamente sensível ao contexto. Para sustentar a tese de que o vocabulário epistêmico é sensível ao contexto, uma abordagem de quando uma construção linguística é sensível ao contexto é necessária, é o que afirmam Preyer e Peter (2005). Estruturar a teoria contextualista sobre a afirmação de que sentenças de atribuição de conhecimento possuem uma sensibilidade contextual semântica, desafia os contextualistas a explicarem de que tipo é esta suposta sensibilidade, e como ela se relaciona com as variações de padrões e valores de verdade; uma vez que termos contexto sensitivos podem ser indexicais, demonstrativos, graduáveis, expressões relacionais, frases nominais, etc. Para demonstrar a alegada sensibilidade contextual de atribuições de conhecimento, contextualistas como Lewis (1996), Cohen (1988) e

DeRose (1992) sugeriram que o termo ‘sabe’ em sentenças de atribuição de conhecimento se comporta de modo análogo a termos indexicais ou adjetivos graduáveis. Nossa contribuição neste capítulo, é uma análise desta comparação.

David Kaplan (1989) apresenta um conjunto básico composto por expressões indexicais sensíveis ao contexto por definição, entre as quais não se encontra qualquer referência a verbos. A lista de Kaplan inclui pronomes pessoais como ‘eu’, ‘ele’, ‘nós’, etc., pronomes demonstrativos como ‘isto’, ‘aquilo’, etc., advérbios como ‘aqui’, ‘agora’, ‘hoje’, ‘amanhã’, etc., e alguns adjetivos como ‘efetivo’, ‘externo’, etc. Apesar desta lista, teóricos contextualistas afirmam que a indexicalidade de ‘sabe’ tem a mesma legitimação linguística que os termos apresentados por Kaplan, e que seu conteúdo é uma função das condições de verdade operantes no contexto.

Termos indexicais possuem um referente fixado contextualmente, por exemplo, o termo indexical ‘aqui’ designa o lugar específico em que a falante está quando o

profere, de modo que quando alguém profere a sentença “João está aqui”, estando em Florianópolis, essa expressão significa algo diferente de quando profere a mesma sentença estando em Aracaju. O mesmo ocorre com outros indexicais como ‘eu’ e ‘hoje’, cujo caráter pode permanecer invariável ao longo de diferentes sentenças, ao passo que seu conteúdo é compreendido apenas em relação ao contexto de proferimento, e por isso termos indexicais seriam sensíveis ao contexto.

Diferentemente de indexicais, termos graduáveis têm seu conteúdo estabelecido em relação a uma escala. O termo ‘alto’, por exemplo, tem sua aplicação relacionada a algum grau que está compreendido em uma escala que abrange diferentes graus de altura. Os diferentes graus servem de ponto comparativo, auxiliando a determinar se algo ou alguém é de fato alto em relação comparativa a qual grau específico de altura. Porque é o contexto de proferimento de um adjetivo graduável, que estabelece a que ponto da escala de graduação ele deve ser aplicado, adjetivos graduáveis seriam sensíveis ao contexto.

DeRose (1995) trata da sensibilidade de padrões epistêmicos em relação a contextos conversacionais, contudo, o modelo de sensibilidade contextual, que é reconhecido nos termos claramente sensíveis ao contexto, não se aplicaria às expressões completas do discurso. O modelo de sensibilidade contextual se relaciona com cada termo que seja sensível ao contexto separadamente. Por exemplo, em “Se você tem um carro, Palhoça está perto, porém se você não tem um carro, Palhoça não está perto”, temos duas ocorrências do termo sensível ao contexto ‘perto’, com dois diferentes padrões para sua aplicação no mesmo discurso; sendo assim, tal proferimento soa natural e a variação de significado é compreendida sem estranheza.

Na construção “Se há um mundo externo, muitos filósofos normais sabem que ele existe, mas ao contrário, nenhum epistemólogo sabe que existe” (Stanley, 2004. p. 137), percebemos que o termo ‘sabe’ não pode ter diferentes padrões dentro do mesmo discurso relativo a duas ou mais ocorrências. O padrão sob o qual o conhecimento é atribuído aos filósofos é o

mesmo usado para negar conhecimento aos epistemólogos. Para Stanley, se pretende-se comparar a aplicação de ‘sabe’ com noções de altura ou distância, devemos esperar que seja aceitável associar diferentes padrões de conhecimento à diferentes ocorrências de ‘sabe’ como associamos diferentes padrões de altura a diferentes ocorrências de ‘alto’.

As “conjunções abomináveis”, como “Gina sabe que tem mãos, mas Gina não sabe que não é um cérebro numa cuba”, por exemplo, seriam, ao contrário de abomináveis, perfeitamente aceitáveis se ‘sabe’ obedecesse o modelo de sensibilidade contextual que é comum a termos claramente sensíveis ao contexto, cujos padrões se aplicam à ocorrência de cada termo e não a todo o discurso; ou seja, se ‘sabe’ se comportasse como um termo indexical, não seria abominável formar uma conjunção com “Gina sabe que tem mãos” e “Gina não sabe que não é um cérebro numa cuba”, uma vez que por causa dos diferentes significados que ‘sabe’ assumiria, as sentenças não seriam contraditórias. Se ‘sabe’ se encaixasse em tal modelo não haveria qualquer confusão

sobre a prevalência de um padrão para os filósofos ou de um padrão para os epistemólogos, pois os dois padrões estariam concomitantemente em uso.

3.1 Sensibilidade Contextual X Dependência

Contextual

É comum dizer que termos ou expressões são contexto sensitivas e portanto seu conteúdo depende do contexto, mas, de acordo com Kent Bach (2012), muito do que se passa por dependência do contexto é outra coisa, e muito do que é feito pelo contexto não é feito *no* contexto. Alegar que uma expressão é sensível ao contexto, é alegar que seu conteúdo determina sua condição de verdade e, levando em consideração que uma semântica desta natureza assume a mudança de conteúdo através dos contextos de proferimento, é preciso explicar como a fixação de um significado estabelece as condições de verdade para as expressões e quais dispositivos provocam a mudança de conteúdo em função do contexto de proferimento.

Há casos, por exemplo, em que o que determina o que a falante quer significar são suas intenções comunicativas e não o contexto. Imagine dois amigos, X e Y, que conhecem uma péssima pizzaria que fica na esquina do prédio deles; X pretende levar os pais do seu namorado para comer uma boa pizza, enquanto Y diz “vê se não vai levá-los naquela pizzaria “maravilhosa” da esquina”. Em casos assim, X pode então usar o contexto para obter informações que o ajudarão a descobrir o que Y quer dizer, de modo que o contexto desempenha um papel evidencial, o significado que se pretende comunicar seria assim obtido no contexto, mas não fornecido pelo contexto. No caso dos indexicais, o contexto claramente determina o conteúdo dos termos, desempenhando assim um papel semântico direto, uma vez que o conteúdo de indexicais, e sua contribuição para as sentenças que os contém, dependem do contexto em que são usados. Temos então casos em que a função contextual é evidencial, e casos em que o contexto desempenha um papel semântico direto.

Com base nestas duas funções contextuais, Bach sugere que existem dois tipos de contexto. O “contexto estrito”, que é composto pelas questões de fato, pelas quais o conteúdo das expressões sensíveis ao contexto é determinado, e o “contexto amplo”, que consiste na configuração conversacional que é a estrutura das informações explícitas e subjacentes comumente compartilhadas pelos participantes da conversação, incluindo as informações que a falante utiliza para tornar explícito o que ela pretende comunicar. Podemos dizer em resumo, que o contexto estrito fornece o significado direto de expressões claramente dependentes do contexto, como os indexicais da lista de Kaplan, temos então um *Contexto Estrito Determinante de Conteúdo*; e que o contexto amplo fornece informações úteis para que a interlocutora descubra o que a falante quer comunicar, funcionando através da restrição das intenções da falante ao que é coerentemente esperado, dada a base evidencial comum, tal restrição não determina no entanto o que a falante diz, o que configura um *Contexto Amplo Determinante de Padrões Epistêmicos*; nas palavras de Bach:

A restrição, em vez disso, é esta: *dado* o que ela pretende comunicar, ela deveria dizer algo que, mesmo que ela não esteja sendo completamente explícita, torna evidente para o ouvinte o que ela pretende transmitir. A fim de compreender a falante, o ouvinte confia na suposição que ela pretende que ele seja capaz de descobrir o que isto é, e para fazer isto ele deve levar em consideração fatos contextuais que ele pode razoavelmente assumir que a falante pretende que ele considere. (BACH, 2012. p 5-6).³⁶

Como os contextualistas tendem a usar “dependência do contexto” e “sensibilidade ao contexto” como sinônimos, é necessário responder se é o conteúdo das sentenças em si que varia e se é o contexto que causa tal variação, como acontece com termos indexicais, e se ‘sabe’ seria portanto dependente do contexto, ou se ‘sabe’

³⁶ The constraint, rather, is this: given what she intends to communicate, she should say something that, even if she is not being fully explicit, makes evident to the hearer what she aims to convey. In order to understand the speaker, the hearer relies on the assumption that she intends him to be able to figure out what this is, and to do that he must take into account contextual facts that he can reasonably take her as intending him to take into account.

é simplesmente sensível ao contexto. O teórico contextualista frequentemente compara ‘sabe’ com o que Perry (2001) chama de “indexicais automáticos”, como ‘eu’ e ‘hoje’ por exemplo; apesar de serem sensíveis a fatos contextuais publicamente conhecidos, indexicais automáticos são dependentes do contexto sem serem dependentes das intenções da falante. Tais fatos publicamente conhecidos que são relativos a ‘eu’ e ‘hoje’, respectivamente, a pessoa que fala e o tempo no qual ocorre o proferimento, regulam o uso dos termos, enquanto o termo em si, ou o caráter, indica qual condição contextual estabelece sua referência, ou seu conteúdo semântico.

Se ‘sabe’ tivesse um comportamento semântico análogo aos indexicais aos quais é comparado, não vemos como o conteúdo das sentenças de atribuição de conhecimento que o contém seria determinado pelas intenções e pressuposições da falante como afirma Cohen (1986), mas em vez disto, tal conteúdo dependeria de características não intencionais, como quem a própria falante é, ou o tempo e local específicos do proferimento,

como ocorre com indexicais automáticos. Indexicais são dependentes do contexto estrito cujo papel semântico direto determina seu conteúdo. Se ‘sabe’ funciona como os contextualistas alegam, sendo sensível às intenções das falantes que indicam o que elas pretendem significar, tal termo não tem seu conteúdo fixado pelo contexto estrito, e responde à características do contexto amplo sem que seu conteúdo seja determinado por ele. Talvez haja uma chance para o contextualista afirmar a sensibilidade contextual de ‘sabe’, mas se sua pretensão é modelar tal conjugação verbal em função do comportamento de indexicais, é difícil perceber como ‘sabe’ se encaixa nesse modelo de dependência contextual.³⁷

³⁷ Daniel Halliday (2007), argumenta que existem razões para duvidar da afirmação de Stanley que ‘sabe’ não pode mudar de conteúdo dentro do mesmo discurso. Para Halliday isto pode acontecer por meio de uma elevação nos padrões epistêmicos, como o que ocorre na conjunção “John sabe que seus filhos estão dentro de casa e que há algumas cervejas no freezer”; supondo que a posição epistêmica de John seja a mesma para as duas orações, e que John se torne ciente de que há um grande perigo que ameaça a vida das crianças se elas saírem de casa. Por causa do perigo iminente, os padrões para se John sabe ou não que as crianças estão dentro de casa são elevados e, uma vez que a posição epistêmica permanece a mesma, parece falso dizer que John sabe que as crianças estão dentro

3.2 Gradabilidade

A analogia contextualista entre ‘sabe’ e adjetivos graduáveis procede da afirmação que as relações de conhecimento se dão em “forças” maiores ou menores. Assim como os adjetivos graduáveis ‘alto’ e ‘plano’ se ligam a escalas de altura e planura, respectivamente, a conjugação verbal ‘sabe’ estaria ligada a uma escala de força epistêmica. Do mesmo modo que uma atribuição de altura é sensível a uma escala de tamanho, e um objeto é alto em relação a um determinado grau comparativo, (o grau comparativo que corresponde a altura de prédios ocupa uma posição maior na escala de altura que o grau comparativo correspondente à altura de árvores); uma atribuição de conhecimento corresponderia a uma posição na escala de força epistêmica que, em função da determinação contextual, pode estar ligada a “S sabe que p sob os

de casa, apesar de John ainda ter conhecimento de que as cervejas estão no freezer.

padrões mais exigentes”, ou a “S sabe que p sob os padrões menos exigentes”, ou ainda a uma posição intermediária entre estes graus, em que ‘saber sob os padrões muito exigentes’ ocuparia a posição mais alta na escala de força epistêmica, e saber sob os padrões menos exigentes’ ocuparia a posição mais baixa na escala, por exemplo.

Vale salientar que quando contextualistas constroem a analogia entre ‘sabe’ e adjetivos graduáveis, afirmando que o verbo se comporta como ‘alto’ ou ‘plano’, estes teóricos negligenciam as particularidades de cada termo, oferecendo assim um caso comparativo estranho. Enquanto ‘plano’ é um termo graduável absoluto que se aplica ao grau máximo do adjetivo, pois, ainda que não haja uma superfície perfeitamente plana, a expressão ‘perfeitamente plana’ é completamente aceitável; o termo ‘alto’ é graduável relativo, tal que não há um grau máximo de altura e o adjetivo só se aplica em graus comparativos.

Uma vez que algo não pode ser simplesmente alto, a altura só pode ser uma propriedade quando

relativizamos o objeto ao qual ela é atribuída a uma classe de comparação.

A principal coisa a se notar é que altura não é uma propriedade. Alguém não pode ser simplesmente alto. Richard Hughes é alto para um jóquei, mas não é alto para um homem caucasiano adulto - ser alto para um jóquei é uma propriedade que ele tem, e ser alto para um homem caucasiano adulto é uma propriedade que lhe falta. (BACH, 2012. p. 20).³⁸

A questão a respeito de diferenciar adjetivos graduáveis relativos de adjetivos graduáveis absolutos é que, enquanto termos graduáveis absolutos expressam, na função de predicados, uma proposição completa capaz de ser verdadeira ou falsa, já que há “um grau máximo para o qual, por exemplo, uma superfície pode ser plana, um contêiner pode estar vazio, uma amostra de ouro pode ser pura, ou uma roupa pode estar seca” (BACH, 2012. p.

³⁸ The key thing to notice is that tallness is not a property. One cannot be just plain tall. Richard Hughes is tall for a jockey but not tall for an adult Caucasian man – being tall for a jockey is a property he has, and being tall for an adult Caucasian man is a property he lacks.

21), adjetivos graduáveis relativos, como na sentença “Gina é alta”, sofreriam de incompletude semântica, não podendo em último caso serem submetidos a um julgamento de valor de verdade sem que sejam empregados em relação a uma classe comparativa. Bach assevera ainda que a sensibilidade contextual está na classe comparativa e não no termo ‘alto’ em si mesmo, que seria apenas semanticamente incompleto.

Dito isto, o contextualista teria que optar entre construir uma analogia com adjetivos graduáveis absolutos ou com adjetivos graduáveis relativos. Se a comparação for feita com ‘plano’, por exemplo, ele deve enfrentar o compromisso invariantista segundo o qual ou um predicado se aplica perfeitamente ou é categoricamente falso, ainda que sob uma abordagem contextualista, a aplicação num grau próximo o suficiente do grau máximo seria aceitável. Se o contextualista optar por construir uma analogia com adjetivos graduáveis relativos, o que aparentemente acontece, o resultado é a afirmação de que ‘sabe’ é semanticamente incompleto, um julgamento de valor de verdade de uma proposição

em que o termo seja empregado só é possível relativo a um grau específico de força epistêmica na escala de força epistêmica, e o termo em si não carregaria qualquer sensibilidade ao contexto.

Diante das análises acima apresentadas, sobre a diferenciação entre termos graduáveis relativos e absolutos, percebemos algumas dificuldades que o contextualista tem que enfrentar a fim de sustentar as analogias que propõe, no intuito de provar a sensibilidade ao contexto ou dependência do contexto de sentenças de atribuição de conhecimento, como a escolha em aderir a um tipo específico de termo graduável para a comparação, e a própria distinção entre o enquadramento da tese em uma teoria de contexto dependência ou contexto sensibilidade. Adequar o Contextualismo a uma tese sobre sensibilidade contextual parece ser mais fácil.

Outro meio possível para afirmar a gradabilidade de sentenças de atribuição de conhecimento é oferecido por Cohen (1999), sob a alegação de que mesmo que ‘conhecimento’ não seja graduável, ele “herda” sua gradabilidade de ‘justificado’,

já que “uma vez que justificação é um componente do conhecimento, uma atribuição de conhecimento envolve uma atribuição de justificação. E por estas razões indicadas, atribuições de justificação são sensíveis ao contexto” (COHEN, 1999. p. 60).

Considerando que é amplamente aceito que a justificação se dá em graus, de forma que um sujeito poderia estar mais ou menos justificado em relação a sua crença, satisfazendo assim diferentes graus de justificação através de uma escala; pode-se dizer que “minha crença de que o sol nascerá amanhã está mais justificada que minha crença de que meu carro está no estacionamento”. O contexto determinaria então o quão justificada uma crença deve ser a fim de ser “justificada simplesmente”.

Para Stanley (2004), a tentativa de Cohen de derivar a contexto-sensibilidade de ‘sabe’ da gradabilidade de ‘justificado’ falha; ‘justificado’ certamente é graduável, mas disso não se segue que seja sensível ao contexto. Um exemplo de que gradabilidade não implica sensibilidade contextual é a expressão ‘mais

alto que dois metros’, que é graduável sem ser sensível ao contexto. Algo pode ser mais alto que dois metros, de modo que a expressão pode receber um modificador de grau, mas o julgamento do seu valor de verdade se dá em consideração a um ponto fixo, contexto-invariante na escala de altura, que nesse caso é dois metros. Do mesmo modo, o julgamento de uma atribuição de justificação, que é graduável, deve levar em consideração que ‘estar justificado’ significa estar justificado sobre um grau contexto-invariante de justificação, assim, apesar de graduáveis, atribuições de justificação não seriam sensíveis ao contexto, e da gradabilidade de ‘justificado’ não se pode concluir a sensibilidade contextual de ‘sabe’.

3.3 Testes de Gradabilidade

Com o objetivo de testar a alegada gradabilidade de sentenças de atribuição de conhecimento, que possuiriam tal propriedade por conter o termo, também supostamente graduável, ‘sabe’; Jason Stanley (2004 e 2005) oferece-nos dois testes nos quais expressões ou

termos claramente graduáveis passam, e a respeito dos quais é possível concluir que a analogia contextualista entre termos de conhecimento e termos graduáveis falha. Stanley mostra deste modo, que não se pode apelar para a suposta sensibilidade contextual de adjetivos graduáveis para justificar a dependência contextual de sentenças de atribuição de conhecimento, lançando dúvida sobre a suposição de que ‘conhecimento’ se daria em diferentes graus de força.

O primeiro teste para expressões graduáveis parte da afirmação que se uma expressão é graduável ela admite modificadores de grau. A expressão ‘Jane é alta’ admite a adição do modificador ‘muito’, por exemplo, e como resultado temos a expressão absolutamente aceitável ‘Jane é muito alta’. Uma construção deste tipo não contempla sentenças de conhecimento, de forma que ‘Jane sabe que seu carro está no estacionamento’ não admite o modificador ‘muito’, então a sentença ‘Jane sabe muito que seu carro está no estacionamento’ não atribui a Jane uma posição mais elevada em uma escala de força epistêmica. Se supormos que na escala de força

epistêmica, o grau mínimo é aquele alcançado pelos que detêm a propriedade de “conhecer sob os padrões menos exigentes”, e o grau máximo é aquele que é satisfeito pelos que detêm a propriedade de “conhecer sob os padrões mais exigentes”, podemos afirmar que o modificador ‘muito’ não desloca a posição epistêmica do sujeito para um grau mais próximo do grau máximo.

A negação de um modificador de grau também pode ser adicionada a uma forma não modificada sem gerar inconsistência, como no exemplo ‘Jane é alta, mas não é realmente alta’. Em relação a sentenças de conhecimento, uma construção do tipo ‘Jane sabe que seu carro está no estacionamento, mas ela não sabe realmente que seu carro está no estacionamento’ não é admissível. Enquanto a sentença que contém um termo claramente graduável soa natural, a sentença de atribuição de conhecimento, em conjunção com a negação modificada, soa bastante estranha, assim, ‘realmente’ modifica ‘alto’, mas não modifica ‘sabe’.

O segundo teste para a gradabilidade de expressões parte da afirmação de que se uma expressão é

graduável, ela pode ser relacionada a uma construção comparativa, assim como o termo ‘alto’ admite a construção comparativa natural ‘mais alto que’. Uma atribuição positiva de altura como “Gina é alta” aceita a forma lógica comparativa “Gina é mais alta que Jane”. Segundo Stanley, o mesmo não pode ser observado em sentenças de atribuição de conhecimento; se ‘sabe’ tivesse ligação com uma escala de força epistêmica, haveria um conjunto de diferentes construções comparativas naturais relacionadas ao termo. A sentença ‘Jane sabe que Aracaju não fica na Bahia mais que Gina sabe’ pode fazer algum sentido se tratando de conhecimento por familiaridade, mas em relação ao conhecimento proposicional soa “profundamente deformada” e não caracteriza uma construção comparativa natural conceitualmente relacionada a ‘sabe’.

Além dos dados sintáticos, as razões de Stanley para não aceitar a analogia entre ‘sabe’ e adjetivos graduáveis, estariam baseadas no que Blome-Tillman (2006) chama de *Restrição de Gradabilidade*, que

postula, grosso modo, que uma expressão é graduável apenas quando se liga semanticamente a uma escala ao longo da qual o termo pode ser graduado; mas, para Blome-Tillman, “gradabilidade sintática não parece ser uma condição necessária para a posse de uma ligação semântica a uma escala para um verbo” (BLOME-TILLMAN, 2006, p. 24), alguns verbos podem ser sensíveis ao contexto, apresentando modificabilidade ao longo de uma escala, sem serem graduáveis.

Da *Restrição de Gradabilidade*, Stanley infere que ‘sabe’ não tem ligação semântica a uma escala de força epistêmica e se não há tal ligação ‘sabe’ não pode ser sensível ao contexto da forma que adjetivos graduáveis são³⁹. O contextualista poderia alegar que ‘sabe’ se comporta diferente de adjetivos graduáveis porque é um verbo, e rejeitar então a *Restrição de Gradabilidade*, mas Stanley aponta que existem verbos diretamente graduáveis como é o caso de ‘gostar’, que admite modificação de grau e construções comparativas

³⁹ Blome-Tillman usa ‘indexicalidade’ para indicar contexto-sensibilidade em geral.

relacionadas como nas sentenças: “Gina gosta muito de Jane” e “Gina gosta mais de Jane que de Ana”.

A despeito de ‘gosta’ ser graduável, como demonstrado nas sentenças acima, tal verbo não representa um bom modelo para comparação, pois se diferencia de ‘sabe’ uma vez que não é factivo⁴⁰.

O contextualista pode então argumentar que não deveríamos esperar que ‘sabe’ explore sua ligação semântica a uma escala, sintaticamente do mesmo modo que ‘gosta’ explora. ‘Sabe’ poderia, afinal, ser não graduável por razões puramente sintáticas. (TILLMAN, 2006, p 20)⁴¹.

⁴⁰ Stanley afirma que ‘sabe’ se diferencia de ‘gosta’ também porque admite complemento sentencial (*sentential complement*). Na sintaxe da língua portuguesa, o verbo ‘saber’ admite diversas regências dependendo do modo em que é empregado. No sentido de ‘ter conhecimento de’, que é o que nos interessa, sabe é transitivo direto; já ‘gostar’, no sentido de afeição ou aprovação, é transitivo indireto, de modo que ambos os verbos admitem complemento, a diferença é que os complementos de ‘gostar’ são preposicionados. Por este motivo, iremos recorrer apenas para a factividade com ponto distintivo.

⁴¹ The contextualist can thus argue that we shouldn’t expect ‘know’ to exploit its semantic link to scale syntactically in the same way in which ‘like’ does. ‘Know’ might, after all, be non-gradable for purely syntactic reasons.

A razão para rejeitar a gradabilidade de ‘sabe’ não pode ser, entretanto, “puramente sintática”, uma vez que Stanley mesmo oferece o verbo “arrepender” (-se) como exemplo de verbo graduável que, assim como ‘sabe’, é factivo. Alguém pode se arrepender mais ou menos a respeito de algo, como também pode se arrepender mais de uma coisa que de outra, satisfazendo assim os dois testes de gradabilidade. As expressões “Jane se arrepende muito de ter casado”, (com adição do modificador ‘muito’), e “Jane se arrepende mais de ter casado que se arrepende de estar desempregada” (com construção comparativa relacionada), demonstram que o valor que Jane satisfaz, relativo a uma classe de arrependimento, pode mover-se ao longo de uma escala, desde que satisfaça o valor mínimo exigido para que se conte como ‘arrependida’ no contexto em uso.

A negação da gradabilidade de ‘sabe’ não tem a ver com sua sintaxe enquanto verbo, como assevera Stanley: “Isto mostra que a falta de comparativos diretos ou modificadores de grau não tem a ver com a sintaxe, ou mesmo a factividade, de ‘sabe’. Existem expressões

sintaticamente similares cuja ligação a graus e escalas é muito mais plausível” (STANLEY, 2004, p. 128). Se ‘sabe’ fosse ligado a uma escala, como arrepende-se é, questiona Blome-Tillman, não deveríamos esperar que ‘sabe’ também fosse graduável?

Para Blome-Tillman, “é óbvio que a relação entre a ligação semântica de verbos a escalas e sua gradabilidade sintática não é tão estrita quanto Stanley espera que seja” (BLOME-TILLMAN, 2006, p. 21); um exemplo disto é o verbo “roncar” que é sensível ao contexto, uma vez que o que conta como ‘ronca’, em sentenças do tipo “Bruno ronca”, varia com o contexto de proferimento. Pode-se contar que alguém está roncando quando emite o ruído de uma respiração pesada durante um recital em uma sala de concerto, e pode-se contar que alguém está roncando quando emite um ruído estrondoso enquanto dorme em seu quarto no meio da noite. Há uma escala de ruído em relação à qual a sentença “Bruno ronca” é avaliada, e um valor de verdade positivo é atribuído se Bruno “satisfaz o valor mínimo exigido para contar como satisfazendo ‘ronca’ no contexto C” (Idem.)

A despeito da ligação semântica escalar, ‘ronca’ não é graduável, já que simplesmente não passa nos testes de gradabilidade de Stanley. A sentença “Bruno ronca” pode ser modificada por ‘muito’, como na construção “Bruno ronca muito”, e relacionada a uma construção comparativa como em “Bruno ronca mais que Pedro”. Apesar da naturalidade, a modificação e comparação nestes casos são relativas à frequência do ronco e não ao valor que o predicado assume em relação a uma escala de ruído.

Embora ‘ronca’ não seja graduável, é possível ordenar ocorrências individuais do termo de acordo com o volume do ruído, e esta ordenação pode ser estabelecida através do uso de modificadores adverbiais, em construções adverbiais comparativas e superlativas, como nas sentenças “Bruno ronca muito ruidosamente” e “Bruno ronca mais ruidosamente que Pedro”. Ainda que não sejam graduáveis, tais construções são modificadas ao longo de uma escala de ruído, e como resultado, afirma Blome-Tillman, deveríamos rejeitar a *Restrição de*

Gradabilidade de Stanley em favor da *Restrição de Modificabilidade* que ele sugere.

Grosso modo, de acordo com a *Restrição de Modificabilidade*, se uma expressão possui ligação semântica com uma escala, então essa expressão é ou graduável ou adverbialmente modificável ao longo de tal escala. Com esta restrição, Blome-Tillman pretende incorporar à regra de ligação escalar, além dos termos que passam no teste de Stanley, aqueles termos que como ‘ronca’ podem ser adverbialmente modificados ao longo de uma escala:

(Restrição de Modificabilidade) permite o fato de que uma ligação semântica inarticulada de um verbo a uma escala possa ser sintaticamente marcada pela aceitação de modificadores de grau não-padrão, construções comparativas adverbiais e construções superlativas adverbiais. Em resumo, de acordo com a Restrição de Modificabilidade, a ligação semântica de um verbo a uma escala não é necessariamente manifestada sintaticamente pela sua gradabilidade. (BLOME-TILLMAN, 2006, p. 22)⁴².

⁴² (MC) allows for the fact that a verb’s unarticulated semantic link to a scale can be syntactically marked by the acceptance of non-

A proposta de Blome-Tillman é rejeitar a analogia com adjetivos graduáveis, uma vez que ‘sabe’ não reproduz o mesmo modelo de sensibilidade contextual, e aderir a uma analogia com ‘ronca,’ argumentando que ‘sabe’ tem o mesmo comportamento sintático e semântico. As vantagens desta substituição seriam que, assim como com ‘ronca’, existem dados empíricos que sugerem que ‘sabe’ é sensível ao contexto, pois o que conta como ‘sabe’ em um contexto não necessariamente satisfaz o predicado em outro contexto. Outra vantagem desta analogia, é que a sensibilidade ao contexto que ‘sabe’ apresenta pode ser modelada apelando à ligação semântica do termo a uma escala de força epistêmica, assim como a sensibilidade contextual de ‘ronca’ é ligada semanticamente a uma escala de ruído. E, por fim, os dois verbos se assemelham sendo não graduáveis enquanto aceitam modificação adverbial

standard degree modifiers, such as adverbial modifiers, adverbial comparative constructions and adverbial superlative constructions. In short, according to (MC), a verb’s semantic link to a scale isn’t necessarily manifested syntactically by its gradability. But now, if there are verbs with semantic links to scales which are not gradable, why shouldn’t ‘know’ be one of them?

escalar, meio pelo qual se pode estabelecer uma ordenação de diferentes ocorrências dos termos ao longo de uma escala. Como exemplos da modificação adverbial que permite tal ordenação, Blome-Tillman oferece instâncias como “Gina sabe que p com muito/extremamente boa evidência” e “Gina sabe que p com melhor evidência/justificação que sabe que y”.

A substituição da *Restrição de Gradabilidade* pela *Restrição de Modificabilidade* permitiria ao contextualista se desvencilhar do compromisso com a gradabilidade de ‘sabe’ e se comprometer com a visão de que “estados de conhecimento podem ser ordenados em relação à sua força epistêmica”. A proposta de Blome-Tillman pode ser um bom caminho para a afirmação da sensibilidade contextual de ‘sabe’, em virtude da ligação do termo a uma escala de força epistêmica, mas não refuta a objeção da gradabilidade de Stanley. ‘Sabe’ continua sendo não-graduável e a afirmação contextualista de que sentenças de atribuição de conhecimento da forma ‘S sabe que p’ são sensíveis ao

contexto, porque tal termo é semanticamente análogo a termos indexicais ou adjetivos graduáveis, falha.

Se aceitarmos os casos comparativos como aqueles realizados com os verbos “arrepender” (-se) e “roncar”, talvez haja, por fim, alguma base linguística similar que pode ser observada em nossa linguagem natural e sirva de exemplo para a sensibilidade contextual de ‘sabe’. Até aqui entretanto, nos parece que sensibilidade contextual é um fenômeno mais amplo que gradabilidade, do fenômeno mais específico da gradabilidade, ‘sabe’ aparentemente não compartilha.

3.4 Testes de Indexicalidade

Após a objeção da gradabilidade apresentada na seção acima, apresentaremos três testes para a indexicalidade de expressões, oferecidos por Cappelen e Lepore (2005), que defendem que existem poucas expressões em linguagem natural que são claramente

identificáveis como expressões sensíveis ao contexto⁴³. As expressões, que eles afirmam ser claramente sensíveis ao contexto, são estritamente aquelas que fazem parte da lista de indexicais de Kaplan (1989), que inclui pronomes pessoais, como ‘eu’ e ‘ela’; pronomes demonstrativos como ‘isso’; advérbios de lugar e tempo como ‘aqui’ e ‘hoje’, respectivamente; e adjetivos como ‘real’ e ‘presente’.

Enquanto a pretensão contextualista é expandir o conjunto básico de indexicais incluindo o termo ‘sabe’, como funciona em sentenças de atribuição de conhecimento, a estratégia utilizada por Lewis, DeRose e Cohen seria o que Cappelen e Lepore chamam de *Estratégia do Indexical Surpresa*, de acordo com a qual a simples opinião de que uma expressão é sensível ao contexto possibilita a adição da expressão ao conjunto básico, de modo que ela é tratada como um indexical assim como ‘eu’ e ‘isso’. A sistemática contextualista

⁴³ Usaremos nesta seção a designação ‘indexicalidade’, a despeito de Cappelen e Lepore usarem ‘contexto-sensibilidade’ e ‘indexicalidade’ muitas vezes de maneira indistinta, uma vez que é necessário diferenciar o fenômeno linguístico do qual compartilham termos graduáveis daquele que é observado nos termos indexicais.

constrói então casos em que vários proferimentos da mesma sentença demonstram que se alguma característica semântica varia com o contexto, então isso é suficiente para que o contextualista conclua que a sentença é indexical.

Para mostrar que contextualistas estão errados a respeito das intuições sobre sentenças de atribuição de conhecimento, Cappelen e Lepore apresentam três testes para a indexicalidade que apelam para características fundamentais da comunicação linguística. Os testes levam em consideração que “uma expressão *e* é sensível ao contexto apenas se falantes competentes tem certas intuições sobre o uso de certos tipos de sentenças contendo *e*”. (Cappelen and Lepore, 2005, p 88).

De acordo com o primeiro teste, uma expressão é sensível ao contexto apenas se ela bloqueia relatos indiretos descitacionais⁴⁴ intercontextuais, que seriam

⁴⁴ A Teoria Descitacional da Verdade, ou Teoria da verdade como Redundância, postula que “*p* é verdadeira” significa o mesmo que “*p*” simplesmente, pois a palavra ‘verdadeira’ é um pseudopredicado que não denota qualquer propriedade. (RAMSEY, 1927). Quine alega que o aspecto descitacional da verdade é aplicado a sentenças e não a proposições. E o predicado ‘verdade’, “aplicado a sentenças, é

relatos indiretos usados em diferentes contextos, cujos valores semânticos dos componentes da sentença, componentes que são claramente sensíveis ao contexto, podem ser ajustados para se adequarem ao contexto em que o relato do proferimento está sendo feito. “Assuma um proferimento P de uma sentença S por uma falante F em um contexto C, um Relato Indireto Descitacional Intercontextual do proferimento P é um proferimento P’ em um contexto C’ de ‘A disse que S’” (Cappelen and Lepore, 2005, p. 88).

Expressões que são membros do conjunto básico de termos indexicais como ‘eu’, ‘agora’ e ‘amanhã’, por exemplo, não podem ter relatos indiretos descitacionais, e o bloqueio destes relatos é evidência para sua

descitacional neste sentido: uma sentença como “‘A neve é branca’ é verdadeira” é sempre equivalente ao resultado da descitação do conteúdo da sentença e remoção do predicado verdade; equivalente, então, nesse caso, à “A neve é branca””. (DAVIDSON, 2008). Cappelen e Lepore (2005), e mais adiante Hawthorne (2004), usam o termo ‘descitacional’ para testes e esquemas que pretendem avaliar a sensibilidade contextual de sentenças de conhecimento em comparação com a sensibilidade contextual exibida por indexicais. Sentenças que contém indexicais não aceitam relato indireto descitacional, ou seja, não aceitam ajustes nos componentes sensíveis ao contexto da sentença para que seu valor semântico se adeque ao contexto do relato.

indexicalidade. Se ‘sabe’ é semanticamente semelhante a estes termos, então deve se comportar do mesmo modo⁴⁵.

Vejamos o seguinte exemplo:

Gina diz na quarta-feira: “Jane vai a Aracaju amanhã”;

Na quinta feira Pedro faz o relato: “Gina disse que Jane vai a Aracaju amanhã”.

O relato é falso porque a expressão ‘amanhã’ falha em selecionar o que é selecionado no proferimento original de Gina. A expressão ‘amanhã’ no relato descitacional torna o relato falso. Para que um expressão seja sensível ao contexto o valor semântico de seu proferimento deve mudar de um contexto para outro.

Termos claramente sensíveis ao contexto que estão fora do conjunto básico de indexicais de Kaplan falham no teste de Relatos Indiretos Descitacionais

⁴⁵ Cappelen e Lepore salientam que ‘eu’ pode ser relatado indiretamente de forma descitacional em casos de auto-relato, ‘agora’ em casos de relatos simultâneos e ‘isto’ em casos de relatos co-demonstrativos.

Intercontextuais. Sobre o termo ‘sabe’, Cappelen e Lepore escrevem: “Qualquer proferimento de ‘A sabe que tem uma mão’ pode ser relatado por ‘Ela disse que A sabe que tem uma mão’ e quaisquer dois tais proferimentos podem ser relatados por ‘Eles, ambos, disseram que A tem uma mão’” (Cappelen e Lepore, 2005, p. 95). Isto mostra que ‘sabe’ não bloqueia Relatos Indiretos Descitacionais Intercontextuais e mantém o mesmo conteúdo em diferentes contextos.

O segundo teste afirma que, se uma expressão é indexical, ela bloqueia descrições coletivas. Se uma sentença é sensível ao contexto, então, saber que existem apenas dois contextos de proferimento C e C’, nos quais a asserção das sentenças S e S’ são respectivamente verdadeiras, não nos autoriza a inferir que existe um contexto no qual ambas as asserções são verdadeiras. Da existência de diferentes contextos de proferimento, nos quais as duas asserções são verdadeiras, não se segue que há um proferimento verdadeiro de “S e S’ são ambas verdadeiras”.

Como exemplo do comportamento de termos indexicais em descrições coletivas, consideremos o termo ‘agora’. Existem dois contextos nos quais ‘Gina saiu agora’ e ‘Jane saiu agora’ são respectivamente verdadeiras, embora não saibamos o tempo em que ocorrem os exemplos; não é necessário que destes dois proferimentos se siga que há um contexto no qual ‘Gina e Jane saíram agora’ é verdadeiro. Cappelen e Lepore afirmam que este seria um *Teste de Coletividade*, no qual apenas membros do conjunto básico de Kaplan passam.

Em relação ao termo ‘sabe’, se há um proferimento verdadeiro de ‘Gina sabe que tem uma mão’ no contexto C e outro proferimento verdadeiro de ‘Jane sabe que tem uma mão’ no contexto C’, em um terceiro contexto o proferimento de ‘Ambas, Gina e Jane sabem que tem mãos’ é perfeitamente natural e passa no teste de coletividade, diferentemente dos termos indiscutivelmente indexicais. Diferente de termos indexicais, ‘sabe’ pode ser usado para demonstrar uma propriedade que é compartilhada pelos sujeitos dos dois

proferimentos, o que só aconteceria com ‘agora’ em casos acidentais.

O terceiro e último teste postula que se uma expressão é indexical, além de passar no Teste Descitacional Intercontextual, a expressão admite argumentos reais de mudança de contexto. O Teste Descitacional Intercontextual consiste em usar um termo pretensamente indexical em uma sentença, e se for possível haver falsos proferimentos desta sentença, embora ela seja verdadeira, então o termo é de fato sensível ao contexto, como no exemplo seguinte:

Gina diz: (1) Eu sou brasileira;

(1a) Há (ou pode haver) um proferimento falso de ‘Eu sou brasileira’, embora Gina seja de fato brasileira.

Se pode haver um proferimento qualquer de ‘eu sou brasileira’, por uma falante que não ‘sou eu’ e que não é brasileira, (1a) expressa uma verdade e a expressão ‘eu’ passa no Teste Descitacional Intercontextual.

Adicionado a isso, uma expressão passa neste teste apenas se é possível construir um *Argumento da*

Mudança Real de Contexto contendo tal expressão; isto funcionaria da seguinte forma: existe um contexto de narrativa no qual o *Argumento de Mudança de Contexto* foi dito; e existe um contexto alvo, no qual se fala sobre o *Argumento de Mudança de Contexto*. Quando a putativa expressão indexical não é usada no contexto de narrativa, mas apenas a descrição de seus usos é mencionada no contexto alvo, temos então um *Argumento da Mudança Real de Contexto*.

O problema para o Contextualismo é que, segundo Cappelen e Lepore, sua tese estaria apoiada em *Argumentos de Mudança de Contexto Empobrecidos*. Quando, por exemplo, se diz que ‘Jane sabe que tem mãos’ é verdadeiro em um contexto de baixos padrões, e falso em um contexto de altos padrões, e que tanto a atribuição quanto a negação estão corretas, se está levando em consideração diferentes usos em dois contextos alvo, a sentença contendo a pretensa expressão indexical não é, no entanto, dita no contexto de narrativa.

Casos contendo indexicais do conjunto básico, como (1) acima, apelam para *Argumentos Reais de*

Mudança de Contexto, em que se usa o termo ‘eu’ para selecionar um sujeito, (Gina), e dizer que ela é brasileira, e ao mesmo tempo descreve um contexto alvo em que ‘eu’ é usado para selecionar outro sujeito, o que pode tornar o proferimento falso neste contexto. Para que um caso componha um *Argumento da Mudança Real de Contexto* genuíno em relação a uma expressão, ele não pode se deter apenas nos usos de sentenças que contém a expressão, o caso deve abordar também o que a sentença expressa no contexto de narrativa.

Se uma expressão *e* é genuinamente sensível ao contexto, devemos ser capazes de construir um RCSA⁴⁶ para *e*, i.e., deveríamos ser capazes, em um Contexto de Narrativa, de usar *e* em uma sentença *S* que expressa semanticamente uma proposição verdadeira e descreve simultaneamente um Contexto Alvo no qual *S* é usada falsamente (ou vice-versa); então, estabelecendo uma mudança de contexto genuína. (CAPPELEN and LEPORE, 2005, p 108)⁴⁷.

⁴⁶ RCSA: Argumento da Mudança Real de Contexto.

⁴⁷ If an expression *e* is genuinely context sensitive, we should be able to construct an RCSA for *e*, i.e., we should be able, in a Storytelling Context, to use *e* in a sentence *S* that semantically expresses a true

A questão deste capítulo, de se há base linguística para a afirmação da gradabilidade ou indexicalidade de ‘sabe’, parece ter sido satisfatoriamente respondida. Apelando aos testes de gradabilidade de Stanley constatamos que ‘sabe’ não é graduável como afirmam com alguma recorrência os contextualistas que comparam este termo com ‘alto’ ou ‘plano’. Apelando para os testes de indexicalidade de Cappelen e Lepore, vimos que o comportamento das expressões que são indiscutivelmente indexicais não se assemelha ao comportamento semântico de ‘sabe’ enquanto parte de sentenças de atribuição de conhecimento. Se há base linguística para a afirmação mais geral de que sentenças de atribuição de conhecimento apresentam alguma sensibilidade contextual, é um ponto que por questões práticas não podemos responder por hora, mas a tese de que ‘sabe’ é indexical ou graduável parece falhar.

proposition and simultaneously describes a Target Context in which S is used falsely (or vice versa); thus, establishing bona fide context shifting.

No próximo capítulo, iremos nos voltar para uma abordagem contextualista que pretende abandonar a ideia da fundamentação da sensibilidade contextual de atribuições de conhecimento baseada na variação do conteúdo proposicional de sentenças de atribuição de conhecimento. Esta forma alternativa parece ser mais resistente a muitas das objeções que o Contextualismo, em sua forma tradicional como apresentamos no capítulo 3, sofre.

4 – UMA PROPOSTA NÃO-INDEXICAL DE CONTEXTUALISMO

Tendo sustentado no capítulo anterior, que a analogia entre ‘sabe’ e termos indexicais ou graduáveis não se sustenta e, portanto, a tese semântica contextualista baseada nestas alegações parece muito fraca; e, posto que defendemos que algum tipo de sensibilidade contextual afeta sentenças de atribuição de conhecimento, apresentaremos neste capítulo uma proposta de contextualismo que não evoca as possíveis alterações semânticas nos termos de conhecimento para justificar nossas inclinações oscilantes quando julgamos o valor de verdade de uma sentença de conhecimento perante alterações contextuais⁴⁸, ainda que uma variação

⁴⁸ Sobre a suposta sensibilidade semântica de sentenças de conhecimento, enquanto contextualistas moderados, como DeRose (1992), assumem que a mesma sentença proferida em diferentes contextos pode expressar diferentes proposições, de modo que utilizando uma mesma sentença o proferidor em um contexto A pode proferir uma proposição verdadeira e o proferidor em outro contexto B pode proferir uma proposição falsa, e isso revelaria a sensibilidade contextual de sentenças de atribuição de conhecimento; Cappelen e Lepore (2005) por sua vez, defendem o Pluralismo do Ato de Fala ao sugerirem que mesmo que diferentes proposições sejam expressas pela mesma sentença nada importante é inferido disto, uma vez que

de conteúdo possa acontecer como consequência da variação de extensão.

A esta forma de contextualismo chamaremos “Contextualismo não-Indexical”⁴⁹, em oposição às formas de contextualismo que recorrem tanto à analogia com termos indexicais quanto com termos graduáveis, para traçar uma comparação com sentenças contendo o termo ‘sabe’; formas às quais chamaremos de “Contextualismo Indexical”, “Contextualismo Tradicional” ou apenas “Contextualismo”.⁵⁰ Usaremos a mesma notação de MacFarlane (2007a), e também a posição de Kent Bach introduzida no capítulo anterior, assumindo que ‘indexicalidade’ se refere à dependência de conteúdo do contexto, enquanto ‘sensibilidade contextual’ se refere a um fenômeno linguístico mais

um proferimento pode expressar coisas diferentes indefinidamente. E embora o proferidor do contexto A possa ter dito algo diferente do proferidor do contexto B (mesmo que utilizem a mesma sentença), há algo em comum entre os dois proferimentos que é um conteúdo semanticamente invariante da sentença que ambos usam, tal afirmação nega a sensibilidade contextual da sentença. Esta posição é definida como “Minimalismo Semântico”.

⁴⁹ Termo devido a MacFarlane (2007a).

⁵⁰ A posição de MacFarlane não está completamente desvinculada de uma abordagem semântica.

amplo que inclui a dependência da extensão do contexto, objeto de nosso interesse.

Mantendo o foco no contextualismo do atribuidor, Nikola Kompa (2004), apresenta uma compreensão do contexto conversacional como um conjunto amplo de pressuposições, que são compartilhadas pelos participantes da conversação, e esse conjunto de pressuposições é sempre considerado para a avaliação de sentenças de conhecimento. Nesse ponto não há um afastamento considerável da visão geral e bem compartilhada sobre a influência do contexto em atribuições de conhecimento; a distinção da concepção de Kompa está na aplicação das características contextuais ao julgamento do valor de verdade de sentenças de atribuição de conhecimento, no lugar de aplicar estas características à fixação e análise do conteúdo proposicional de tais sentenças.

Para Kompa, os contextualistas deveriam desistir da tese semântica que envolve a comparação com aspectos linguísticos de termos reconhecidamente sensíveis ao contexto, em troca de uma abordagem *sui*

generis para a sensibilidade contextual, que envolva atribuições de conhecimento. Essa abordagem ajudaria a lidar com a “conjunção abominável”, que Kompa chama de “consequência desagradável”, e que seria um resultado do contextualismo do atribuidor. Acatar uma teoria contextualista sobre conteúdo não seria então a melhor forma de explicar conjunções do tipo “O atribuidor B diz algo verdadeiro com “X sabe que p”, mas X não sabe que p”, quando A está num contexto de altos padrões e B num contexto de baixos padrões.

Sendo o Contextualismo Indexical uma teoria sobre a nossa prática epistêmica que envolve também um aspecto linguístico sobre atribuições de conhecimento, nossa proposta para uma teoria contextualista não-indexical não exclui de modo algum a necessidade de dar atenção a tais aspectos linguísticos, principalmente semânticos, mas avança sobre a questão da mudança contextual e, especificamente, sobre a natureza da alteração de padrões epistêmicos, com base na análise das condições para a concessão de verdade. Assim, a atribuição de verdade ou falsidade a uma proposição será

relacionada a diferenças epistêmicas e não epistêmicas entre os contextos de atribuição. Nessa visão, considera-se que os contextos fornecem informações sobre quem está falando e para quem se está falando, mas também sobre os interesses epistêmicos e não epistêmicos dos participantes da conversação.

Empregando a terminologia kaplaniana⁵¹, já utilizada no capítulo anterior, podemos endossar a diferença entre as duas formas de contextualismo citadas recorrendo à distinção entre caráter e conteúdo, distinção esta que pode ser construída como uma função: o caráter como uma função do contexto de proferimento para o conteúdo da expressão, e o conteúdo como uma função das circunstâncias de avaliação possíveis, na amplitude da extensão da expressão, para as respectivas circunstâncias. O caráter determinará o conteúdo como uma função do contexto e o conteúdo determina o valor de verdade como uma função das circunstâncias de avaliação. A quantidade de informação exigida para compor uma circunstância, que servirá para determinar o

⁵¹ Primeira seção do capítulo 4.

valor de verdade de uma proposição, está ligada ao grau de especificidade dos conteúdos e aos tipos de operadores na linguagem.

David Lewis (1980) também faz uma distinção importante, explicitando a relação entre contexto e index. O contexto fornece as denotações para os indexicais ou outros termos que são contextualmente dependentes de modo estrito, ajudando a determinar a proposição expressa ou o conteúdo do proferimento. No contexto também são encontradas as características que ajudam a determinar o valor de verdade de proferimentos, mas não seria de modo algum fácil, segundo Lewis, fornecer uma lista precisa com cada característica que é relevante para o julgamento do valor de verdade. Lewis salienta ainda que quando a propriedade da verdade, ou, a aplicação do predicado ‘é verdadeiro’, depende das características do contexto, isso é então chamado de ‘indexicalidade’ (‘sensibilidade contextual’ em nossos termos). A ‘indexicalidade’ de Lewis é a ‘não-indexicalidade’ de MacFarlane, é a dependência do contexto para o julgamento de valores de verdade, levando em conta

também a dependência “[d]o tempo do contexto, ou da falante, ou dos padrões de precisão, ou das relações de saliência” (Lewis, 1980). Ou seja, Lewis chama de indexicalidade o que MacFarlane chama de sensibilidade de valores de verdade, em contraste com a sensibilidade de conteúdo.⁵²

Lewis também afirma que a contingência é um tipo de “indexicalidade”, (sensibilidade contextual, nos termos de MacFarlane). A contingência, ou o fato de uma proposição não ser sempre verdadeira ou sempre falsa, poderia indicar uma sensibilidade contextual não-indexical. Por causa deste tipo de sensibilidade, as características contextuais que afetam a extensão ou verdade da proposição poderiam variar, uma vez que a precisão de qualquer crença contingente depende das características do mundo no qual o crente está situado (o mundo do contexto de uso). A sensibilidade contextual de proposições contingentes seria resultado da relação

⁵² Uma variação de conteúdo poderia implicar a necessidade e uma diferente avaliação das condições de verdade e como resultado, um valor de verdade diferente pode ser atribuído. Assim, uma variação de conteúdo pode implicar a variação no valor de verdade, mas o contrário não é estritamente necessário.

entre a verdade da proposição e o contexto conversacional, sem envolver necessariamente uma referência de indexação, isto é, sem recorrer a uma referência que fixe o conteúdo proposicional. A ideia básica que conecta a proposta de MacFarlane com o contextualismo de Lewis é que sentenças que expressam a mesma proposição em todo contexto podem ainda sofrer com alguma sensibilidade contextual, e é nesse sentido que sua verdade depende de características contextuais.

Seguindo a posição de Kaplan e Lewis sobre o papel do contexto, Kompa (2014) assume que o contexto pode afetar o valor de verdade, afetando em consequência, diretamente ou indiretamente, o conteúdo expresso, e fornecendo circunstâncias de avaliação compostas por características das quais o valor de verdade do proferimento pode depender. Lewis e Kaplan consideram que o valor de verdade depende do contexto de uso, posto que uma sentença é verdadeira no contexto se seu conteúdo é verdade nas circunstâncias do contexto. O contexto determina quais parâmetros farão parte das

circunstâncias de avaliação, mas nem sempre os mesmos critérios serão selecionados, por isso é mais adequado falar em “todas as circunstâncias de avaliação compatíveis com o contexto”, assim, uma proposição será verdadeira se for verdadeira em todas as circunstâncias de avaliação compatíveis com o contexto no qual a sentença foi proferida. A sensibilidade contextual pode então atuar por diferentes meios, via contexto direto ou via circunstâncias de avaliação. A escolha entre esses modos determina se o contextualista assume ou não uma posição indexical. Tanto a abordagem indexical da dependência contextual, quanto a abordagem não-indexical da sensibilidade às circunstâncias de avaliação, estarão de acordo com a ideia de que os valores necessários para fixar o valor de verdade de uma atribuição de conhecimento são fornecidos pelo contexto de proferimento, mas diferem quando o ponto é a variação do conteúdo ou proposição expressa pela sentença de conhecimento.

No Contextualismo Indexical defende-se que o contexto fornece um padrão epistêmico que faz parte da

proposição expressa pela atribuição de conhecimento. No Contextualismo não-Indexical, se defende que o contexto não afeta a proposição que é expressa, de modo que o conteúdo proposicional não contém em si um padrão epistêmico. Quando uma falante faz uma atribuição de conhecimento da forma ‘S sabe que p’, ela não tem a impressão de ter dito algo sobre padrões epistêmicos embutidos no conteúdo proposicional que se deseja transmitir; a avaliação da verdade ou falsidade de uma proposição de conhecimento é feita em relação às circunstâncias de avaliação que contém, além do mundo e tempo do contexto, um padrão epistêmico operante no contexto de uso. Em suma, há muito mais critérios do que poderíamos listar, segundo os quais uma proposição pode ser avaliada como verdadeira ou falsa; o Contextualismo não-Indexical está comprometido com a relativização do julgamento do valor de verdade às circunstâncias de avaliação, que contém minimamente um mundo, um tempo, e um padrão epistêmico como parâmetros.

O contextualismo não-indexical está comprometido com a relativização do julgamento do

valor de verdade às circunstâncias de avaliação. Se alguém favorece uma forma indexical ou não-indexical de contextualismo, depende de como se constrói os casos em que falantes fazem diferentes atribuições de conhecimento em relação à mesma sentença e mesmo sujeito; depende de se o teórico fundamenta as variações nos julgamentos dos valores de verdade em diferenças no significado das sentenças de conhecimento, ou em diferenças nos padrões epistêmicos, que são parte das circunstâncias de avaliação empregadas no julgamento de sentenças de conhecimento. Também consiste em considerar a diferença entre “saber” o que S disse, e “saber” se o que S disse é verdadeiro ou falso.

Seria um problema genérico para o contextualismo indexical que os teóricos dessa modalidade de contextualismo, apesar de apresentarem diferentes posições, negligenciassem estas diferenças e compartilhassem uma compreensão limitada a respeito do fenômeno linguístico muito amplo que é a sensibilidade contextual semântica e, por isso, acabassem muitas vezes por confundir sensibilidade contextual com

indexicalidade. Como salientamos no capítulo anterior, enquanto indexicalidade é a dependência do conteúdo de um termo ou expressão do contexto de uso, a sensibilidade contextual se apresenta como um fenômeno mais amplo, em que a verdade ou extensão deste termo ou expressão é julgada levando em consideração a influência de características contextuais que transcendem a ação sobre o conteúdo proposicional. Como consequência de se confundir tais conceitos, teóricos contextualistas tentam demonstrar indexicalidade apelando para argumentos que atestam apenas alguma forma mais geral de sensibilidade contextual. E, ao mesmo tempo, objetores do contextualismo assumem argumentos contrários à indexicalidade para negar esta mesma forma mais geral de sensibilidade, além de muito dificilmente traçarem uma distinção precisa entre sensibilidade contextual em geral e dependência contextual especificamente.

Para John MacFarlane (2007a), a principal vantagem em se distinguir indexicalidade de sensibilidade contextual é aproveitar o espaço conceitual

na teoria semântica para desenvolver formas não indexicais de contextualismo, uma vez que um tipo de contextualismo que desvincula a explicação de fenômenos epistêmicos da necessidade de explicação de alguma variação de conteúdo proposicional seria mais vantajoso que o contextualismo tradicional. Para delimitar nossa linha de ação, é importante salientar que o intuito particular de se assumir aqui uma forma não-indexical de contextualismo configura uma tentativa de lidar com algumas objeções ao Contextualismo, e principalmente com o problema da cegueira semântica no próximo capítulo.

Em relação ao contextualismo, normalmente se afirma que um termo ou expressão é sensível ao contexto apenas no caso de seu conteúdo proposicional sofrer alterações em função de alguma mudança nas características contextuais. “Dizer que *e* é sensível ao contexto é dizer que sua contribuição para as proposições expressas por proferimentos de sentenças contendo *e* variam de contexto para contexto.” (Cappelen e Lepore, 2005, p 146). “Uma sentença é sensível ao contexto SSE

ela expressa diferentes proposições relativas a diferentes contextos de uso.” (Stanley, 2005, p, 16). MacFarlane argumentará então, que devemos compreender a sensibilidade contextual mais amplamente. A despeito e além de uma suposta variação de conteúdo, devemos atentar para a variação da extensão no contexto, observando que é possível que uma expressão seja sensível ao contexto ainda que seu conteúdo seja o mesmo em qualquer contexto de uso. O problema não estaria em associar sensibilidade contextual a algum fenômeno linguístico específico como indexicalidade, mas em não reconhecer que ‘sensibilidade contextual’ pode incluir diferentes fenômenos semânticos como indexicalidade, vagueza, inespecificidade, entre outros; e pode também se referir à sensibilidade de valores de verdade.⁵³

A sensibilidade contextual do conteúdo, de acordo com Äkerman e Greenough (2008), implicaria a

⁵³ Não é objeto do nosso trabalho desenvolver todas estas formas de sensibilidade contextual. Para uma abordagem da sensibilidade contextual fundamentada na vagueza ver: (RAFFMAN, 1996). Para uma consideração das inespecificidade de atribuições de conhecimento, ver: (KOMPA, 2002).

sensibilidade contextual de valores de verdade, mas o contrário não ocorre. Ainda assim, a variação no valor de verdade atribuído a uma proposição não implica que a proposição exibe algum tipo de indexicalidade. A expressão “Eu estou em Florianópolis”, por exemplo, pode expressar diferentes proposições dependendo do sujeito que a usa, de forma que a característica contextual que influencia o conteúdo proposicional é o sujeito que faz a afirmação; mas, a expressão “No momento em que terminou seu mais famoso artigo, Moore sabia que tinha mãos”⁵⁴, não sofre alteração no conteúdo proposicional, mas pode apresentar diferentes valores de verdade se avaliada em diferentes contextos. Isso se dá porque a característica contextual que promove tal alteração está relacionada aos padrões epistêmicos operantes naquele contexto em vez de estar relacionada a um index que fixa a referência no contexto. Assim, podemos afirmar que a variação de valores de verdade acontece em função dos padrões epistêmicos, que são parte constituinte das circunstâncias de avaliação.

⁵⁴ MacFarlane (2007a).

A motivação de MacFarlane para pensar uma forma de contextualismo que envolvesse a sensibilidade dos valores de verdade vem do debate entre Temporalismo e Eternalismo. De acordo com a posição temporalista, a proposição expressa não muda ao longo do tempo, mas sim o valor de verdade da proposição que é expressa pela sentença. A sentença “É noite em Pequim”, expressa diferentes valores de verdade dependendo do tempo ou ocasião do proferimento, mas tal sentença expressa sempre um conteúdo unívoco. O valor de verdade da sentença varia em diferentes tempos porque a proposição expressa pela sentença, em qualquer tempo, têm diferentes valores de verdade relativos a diferentes tempos de avaliação.

A mesma sentença, para um defensor do eternalismo, pode assumir diferentes conteúdos proposicionais em diferentes contextos, mas cada conteúdo proposicional possui um valor de verdade que é imutável. Os valores de verdade das diferentes proposições expressas pela sentença são então mantidos eternamente, e cada proposição que é expressa em um

diferente tempo possui um valor de verdade que não mudará. Embora não discordem sobre o valor de verdade da sentença citada acima, por exemplo, temporalistas e eternalistas divergem quando o assunto é o mecanismo pelo qual a proposição que é expressa adquire seu valor de verdade.

Mas, como se pode concordar sobre a verdade de sentenças enquanto se discorda sobre a verdade dos conteúdos proposicionais? Para Kaplan (1989), uma sentença é verdadeira se o conteúdo que essa sentença expressa em um contexto específico é verdadeiro quando avaliada em relação às circunstâncias deste contexto particular. Assim, a extensão de uma proposição seria definida de acordo com as circunstâncias contextuais. Para determinar tal extensão, ou se uma sentença é verdadeira ou falsa, o contexto desempenha dois papéis; um deles é determinar o conteúdo que a sentença expressa, e o outro é nos dizer sob que circunstâncias de avaliação devemos julgar a proposição que é expressa, como o objetivo de obter o valor de verdade da sentença no contexto. As circunstâncias de avaliação por sua vez,

seriam, na visão de Kaplan, pares que compreendem o mundo e o tempo do contexto de proferimento.⁵⁵

A inspiração de MacFarlane na oposição temporalismo/eternalismo é consistente com a pretensão de distinguir o Contextualismo Indexical do Contextualismo não-Indexical. O eternalista, assim com o indexicalista, privilegia a função de determinar o conteúdo desempenhada pelo contexto, à qual MacFarlane chamar *Função Determinante de Conteúdo*; já o temporalista, da mesma forma que o contextualista não-indexical, favorece a *Função Determinante de Circunstância*. A sentença “Albert Einstein está vivo”, por exemplo, é falsa tanto para temporalistas quanto para eternalistas. Eternalistas dizem que a sentença é falsa por conta do seu conteúdo, observando como o contexto determina o conteúdo, assim, diferentes proposições serão expressas em diferentes tempos de proferimento e cada uma será eternamente verdadeira ou eternamente falsa. Temporalistas também dizem que a sentença é

⁵⁵ Salvo algumas modificações ou adições de parâmetros, a posição de Kaplan a respeito das circunstâncias de avaliação para o julgamento de extensões é bem aceita tanto por MacFarlane (2007a, 2007b) quanto por Kompa (2002, 2004, 2014).

falsa, mas o fazem observando as circunstâncias que são levadas em consideração para a avaliação do valor de verdade da proposição. Para o temporalista, em qualquer tempo, a mesma proposição será expressa pela sentença, mas seu valor de verdade irá variar em relação às circunstâncias de avaliação.

4.1 A “Consequência Desagradável” do Contextualismo do Atribuidor

Além das objeções às teses semânticas contextualistas apresentadas no capítulo anterior, o que por si já motivaria a busca por uma explicação mais resistente dos dados linguísticos e epistêmicos que o contextualismo pretende tratar, o contextualismo do atribuidor tem como resultado uma “consequência desagradável”. A consequência desagradável contextualista seria a possibilidade da afirmação de algo como: “S não sabe que p, mas X diz algo verdadeiro quando assere ‘S sabe que p’”. Kompa (2002), sugere que a melhor forma de lidar com tal inconsistência é

assumindo que ‘sabe’ é um termo inespecífico, e tal caracterização seria preferível a derivar a sensibilidade contextual de atribuições de conhecimento da indexicalidade, vagueza ou ambiguidade.

Considere um atribuidor A, num contexto Ca, e atribuidor B num contexto Cb, A diz que “S sabe que p”, B diz que “S não sabe que p”. O contexto Ca é um contexto de baixos padrões, enquanto Cb é um contexto de altos padrões. B, considerando a atribuição de conhecimento de A e consciente de que Ca é um contexto de baixos padrões, profere algo assim: “O atribuidor A diz algo verdadeiro quando profere ‘S sabe que p’, mas S não sabe que p”.

É difícil para o contextualista negar que sentenças assim poderiam ser verdadeiras se aceitam que, considerando atribuições de conhecimento em outros contextos, alguém poderia analisar sua verdade ou falsidade em relação ao contexto no qual a atribuição foi feita, como B, que mesmo estando em um contexto de altos padrões avalia o proferimento de A de acordo com o

contexto Ca, mas nega a verdade de p de acordo com os padrões do seu contexto atual.

A tentativa contextualista de explicar estas “sentenças desagradáveis” se dá por meio da descrição do que acontece nos casos, enquanto se assume uma posição que confia na ideia de que a verdade ou falsidade de uma dada atribuição de conhecimento é analisada de acordo com um padrão de conhecimento estabelecido pelo contexto conversacional de atribuição. A questão é que diferentes atribuidores em diferentes contextos conversacionais podem aplicar padrões epistêmicos distintos para a consideração de se um sujeito tem conhecimento ou não, e parece razoável julgar uma dada atribuição de conhecimento verdadeira de acordo com os padrões em jogo quando a atribuição foi feita, mas faz igual sentido negar a verdade de tal atribuição de conhecimento se os padrões em jogo se tornam mais exigentes.

É custoso para o contextualista negar que as sentenças que compõem a “consequência desagradável” podem ser verdadeiras, uma vez que aceitam que, ao

considerar uma atribuição de conhecimento feita em um contexto diferente do seu, alguém poderia julgar o valor de verdade do conteúdo proposicional por meio de critérios de avaliação disponíveis no contexto em que a atribuição foi feita, e não pelos critérios do seu próprio contexto.

Questionando se há coerência na oscilação da escolha de padrões, o que configura um movimento que parte dos critérios contextuais para o julgamento do valor de verdade, e que começa no contexto de uso passando para o contexto de atribuição, no qual a extensão é avaliada, Kompa afirma:

Não tenho certeza se o que há de ruim nestas sentenças desagradáveis pode ser mitigado argumentando que - embora possivelmente verdadeiro - estas sentenças são ainda assim pragmaticamente não asseríveis. Talvez exista um princípio pragmático para o efeito que não se está livre para aplicar diferentes padrões quando se está analisando a atribuição de conhecimento de outra pessoa. (KOMPA, 2002, p.84).⁵⁶

⁵⁶ I'm not quite sure, though, whether the unpleasantness of these unpleasant sentences could at least be mitigated by arguing that—although possibly true — these sentences are nevertheless

E acrescenta sobre a possibilidade de um princípio pragmático,

[...] [O] contextualista, claramente, não se comprometerá em conceder que ‘S sabe que p’ e ao mesmo tempo que ‘S não sabe que p’. Nem está comprometido em conceder que um falante poderia analisar sua própria atribuição de conhecimento como verdadeira e ao mesmo tempo como falsa, mudando contextos e padrões para o conhecimento no meio do caminho, dizendo algo como “Digo algo verdadeiro proferindo ‘S sabe que p’ agora, mas eu digo algo falso proferindo ‘S sabe que p’ agora” [...]. É definitivamente não assertível e mesmo contraditório - em parte devido ao fato que falantes não podem mudar de contexto *ad libitum*. Então devem haver restrições pragmáticas para o efeito de que isto não é possível.” (KOMPA, 2002, p.85).⁵⁷

pragmatically unassertable. Maybe there is a pragmatic principle to the effect that one is not free to apply a different standard when assessing another person’s knowledge ascription?

⁵⁷ [...] the contextualist is of course not committed to concede that A knows that p and at the same time doesn’t know that p. Nor is he committed to concede that a speaker might assess his own knowledge ascription as true and at the same time as false, switching contexts and knowledge standards midway, in saying something like “I say something true in uttering ‘A knows that p’ now, but I say something false in uttering ‘A knows that p’ now” (...). This is definitely unassertable and even contradictory — partly due to the

A solução pretendida por Kompa para lidar com a consequência desagradável não é apresentar as restrições pragmáticas para tais construções, mas oferecer um argumento em favor de porquê deveríamos aceitar essas consequências. O argumento se baseia primeiramente em mostrar que as abordagens mais populares da dependência contextual falham, principalmente as que recorrem a analogias com indexicais; o segundo passo consiste em elucidar uma característica semântica da palavra ‘sabe’ que funciona melhor quando a dependência contextual é considerada; tal característica é chamada por Kompa de “inespecificidade” que seria uma marca semântica partilhada também por predicados como “é alto” ou “é interessante”⁵⁸; e, por último, tentar estabelecer que o

fact that speakers can't switch contexts ad libitum. So there must be pragmatic constraints to the effect that this is not possible.

⁵⁸ Predicados inespecíficos, ou sentenças que contém termos inespecíficos, são verdadeiros ou falsos em relação a um padrão contextualmente imposto que é relevante para a atribuição da propriedade da inespecificidade. Se “é F” é um predicado inespecífico, então um proferimento de “X é F” é verdadeiro se satisfaz o padrão contextualmente relevante que atribui a propriedade

ônus da prova cabe àqueles que negam a dependência contextual de atribuições de conhecimento.

Embora de saída as “sentenças desagradáveis” pareçam ininteligíveis, tais construções poderiam ser consideradas verdadeiras, uma vez que o meio exclusivo para negar este resultado é rejeitar a sensibilidade natural de afirmações de conhecimento, o que seria o mesmo que assumir uma posição invariantista estrita e a negação de qualquer sensibilidade contextual para atribuições de conhecimento; como consequência da negação da sensibilidade contextual e da possível instalação de padrões epistêmicos exigentes, teríamos a indesejável

de “ser F”. A proposta de Kompa inclui uma analogia entre ‘sabe’ e expressões genuinamente inespecíficas, (de maneira similar à analogia que é feita com indexicais ou graduáveis). Kompa baseia sua proposta na alegação de que tanto ‘sabe’ quanto termos inespecíficos, tem sua aplicação validada por padrões que são determinados pelas características contextuais, e principalmente, tanto sentenças de conhecimento quanto sentenças contendo termos inespecíficos podem ser parte de uma construção desagradável. É igualmente ininteligível “Gina não é alta, mas Jane diz algo verdadeiro quando profere “Gina é alta” e “Gina não sabe que p, mas Jane profere algo verdadeiro quando diz “Gina sabe que p””. Não levaremos adiante a proposta de Kompa, pois nossa intenção é afastar a necessidade de recorrer a alguma característica semântica distintiva do termo ‘sabe’ que possa ser associada a outros termos que sofrem de alguma sensibilidade contextual por conta de característica igual ou similar.

negação de muitas de nossas afirmações cotidianas de conhecimento. Para Kompa, devemos escolher entre evitar a consequência desagradável que o contextualismo impõe assumindo uma posição claramente invariantista, ou aceitar tais construções indesejáveis que podem resultar da sensibilidade natural de atribuições de conhecimento.

Talvez a melhor escolha seja aceitar a consequência desagradável como inevitável, não porque ‘sabe’ necessariamente faça parte do grupo de predicados inespecíficos, mas devido a uma confusão entre diferentes padrões para a avaliação do valor de verdade que se referem a cada sentença da construção desagradável. A elucidação desta confusão, ou dizer porque a conjunção é desagradável, seria suficiente para compreender e explicar como é possível que tais construções ocorram, mas não garante a verdade da conjunção. O Contextualismo não-Indexical pode explicar porque as duas sentenças são separadamente verdadeiras e porque a conjunção soa desagradável, mas uma defesa da verdade da conjunção depende da

explicitação das circunstâncias de avaliação vigentes no contexto de proferimento de cada sentença.

Tanto a inespecificidade, a vagueza ou a ambiguidade, (e a indexicalidade num sentido mais complexo), compartilham da mesma necessidade de recorrer ao contexto para sanar alguma espécie de déficit ou incompletude no significado particular, referente ao uso particular, de um termo ou expressão que pode assumir diferentes interpretações dependendo do contexto de uso. Nosso propósito é margear as concepções teóricas a respeito do Contextualismo não-Indexical procurando dar ênfase e desenvolvimento às considerações que se voltam para a explicação dos dados linguísticos e epistemológicos, em relação à variação de valores de verdade de sentenças de conhecimento, sustentando tal variação a partir de um vínculo com a instabilidade de padrões epistêmicos, seja qual for a característica linguística que promova, se promover, tal oscilação semântica.

Para analisar a instabilidade dos padrões epistêmicos, que resulta na variação dos valores de

verdade quando se julga o conteúdo proposicional de uma sentença de conhecimento, recorreremos a duas situações diversas que compreendem a situação do sujeito de conhecimento e o contexto do atribuidor:

As características relevantes da situação do sujeito são as do seu redor físico ou seu estado psicológico, enquanto as características relevantes do contexto do atribuidor são as pressuposições do atribuidor, suas intenções, objetivos conversacionais, interesses, padrões, [...]. (KOMPA, 2002, p. 82).⁵⁹

Para o teórico contextualista, além da influência das características da situação do sujeito, principalmente a força da sua posição epistêmica, uma atribuição adequada de conhecimento feita a um possível conhecedor, bem como o valor de verdade da proposição de conhecimento, são amplamente sensíveis às características do contexto do atribuidor. O Contextualismo Tradicional sustenta que as

⁵⁹ The relevant features of the knower's situation are features of his physical surrounding or his psychophysical state, whereas the relevant features of the ascriber's context are the ascriber's presuppositions, his intentions, conversational goals, interests, standards [...].

pressuposições do atribuidor, suas intenções, objetivos conversacionais, interesses, princípios, etc., ajudam a estabelecer um certo padrão avaliativo. Esse padrão revela critérios que determinam quão boa a posição epistêmica do possível conhecedor deve ser a fim de tornar a atribuição de conhecimento em questão verdadeira; ou, são critérios que determinam quais alternativas são relevantes para uma dada atribuição de conhecimento, e a análise de tais alternativas determinaria o padrão relevante para o conhecimento.

Isso caracteriza as posições contextualistas, segundo as quais o atribuidor está certo em afirmar que ‘S sabe que p’ apenas se a posição epistêmica do sujeito em relação a proposição o capacita a excluir todas as alternativas relevantes à proposição, satisfazendo assim o padrão relevante para o conhecimento; e que o padrão relevante para o conhecimento, para uma dada atribuição de conhecimento, é pelo menos em parte determinado pelo contexto conversacional do atribuidor. Parece então que o estabelecimento de padrões em conformidade com o contexto do atribuidor obedece a uma dinâmica cíclica.

Um padrão determina se a posição do sujeito é boa o suficiente para eliminar as alternativas relevantes à sua pretensão de conhecimento, esse mesmo padrão determina quais alternativas são relevantes e devem ser eliminadas, e por fim o conjunto de alternativas revela, ou ajuda a revelar, qual é o padrão vigente no contexto conversacional.

Podemos então delimitar, a partir das circunstâncias de avaliação de cada contexto de uso, qual padrão epistêmico é parte do critério para o julgamento do valor de verdade de cada atribuição da conjunção abominável. O reconhecimento do padrão epistêmico ocorre em função do alcance do conjunto das alternativas que são relevantes a cada uma das sentenças de conhecimento. Para compreender o aspecto “desagradável”, que é resultado de julgamentos intercontextuais de sentenças, em relação à diferentes circunstâncias contextuais, é necessário compreender sob quais critérios cada avaliação é feita. O fato de o atribuidor inicializar a avaliação em relação ao padrão operante no contexto de uso é uma vantagem que o

Contextualismo não-Indexical apresenta na explicação da consequência desagradável enquanto fenômeno linguístico, além de favorecer uma abordagem a partir das circunstâncias que definem os critérios de avaliação da atribuição enquanto verdadeira ou falsa.

4.2 - Relação Entre Circunstâncias de Avaliação e Valor de Verdade

Uma forma não-indexical de contextualismo deve assumir que o termo ‘sabe’ e seus cognatos têm a mesma intensão em qualquer contexto de uso, como uma função das circunstâncias de avaliação para extensões, ou seja, o termo ‘sabe’ assume o mesmo conceito, ou o mesmo conteúdo interno, em qualquer contexto de uso como uma relação entre as circunstâncias de avaliação e o alcance deste conteúdo interno relativo aos objetos particulares que ele denota. As circunstâncias de avaliação são resultado da relação entre o contexto e o padrão epistêmico operante no mesmo contexto. A intensão, ou a definição orgânica, é o conteúdo do termo

ou expressão, e a extensão é o conjunto de coisas às quais a intensão se aplica. É à extensão que um valor de verdade é atribuído.

Por (circunstâncias) eu quero falar sobre ambas as situações, atual e contrafactual, em relação às quais é apropriado perguntar pelas extensões de uma dada expressão bem formada. Uma circunstância usualmente incluirá um estado possível ou história do mundo, um tempo e talvez outras características também” (KAPLAN, 1989, p 502).⁶⁰

A especificação da intensionalidade de uma atribuição de conhecimento poderia ser dita deste modo: “S sabe que p SSE p é verdadeiro de acordo com as circunstâncias de avaliação e S está numa posição epistêmica forte o suficiente, frente às circunstâncias de avaliação em relação a p, para satisfazer o padrão epistêmico operante”; conteúdos possuem então uma extensão relativa às circunstâncias de avaliação. Como

⁶⁰ By (circumstances) I mean both actual and counterfactual situations with respect to which it is appropriate to ask for the extensions of a given well-formed expression. A circumstance will usually include a possible state or history of the world, a time, and perhaps other features as well.

afirmou Kaplan: “se c é um contexto, então uma ocorrência de \emptyset em c é verdadeiro SSE o conteúdo expresso por \emptyset neste contexto é verdadeiro quando avaliado em relação à circunstância do contexto.” (Kaplan, 1989, p. 522). O conteúdo expresso pode ser verdadeiro ou falso, mas permanece constante. A partir desta perspectiva, os valores de verdade de sentenças contendo ‘sabe’ dependem do padrão epistêmico em jogo no contexto de uso, não porque este padrão afeta qual proposição é expressa pela atribuição, mas porque ele ajuda a determinar quais circunstâncias de avaliação observar para julgar se essas proposições são verdadeiras ou falsas naquele contexto.

Precisamos do contexto para avaliar o valor de verdade de uma proposição, pois a correta aplicação do predicado ‘verdadeiro’ depende das circunstâncias de avaliação; sua extensão na circunstância de avaliação de um contexto é apenas o conjunto de proposições que são verdadeiras neste contexto. Uma vez que aceitamos que a verdade proposicional está relacionada a mundos, devemos aceitar também este tipo de incompletude que

nos obriga a recorrer ao mundo do contexto de uso para julgar valores de verdade. “Temos que aceitar a ideia que ambos, a crença e seu conteúdo, devem ser levados em consideração para avaliar se há veracidade.” (MacFarlane, 2007a).

Quais características do contexto devem ser levadas em consideração, uma vez que o conteúdo tenha sido especificado? O contextualista não-indexical adicionará o padrão epistêmico relevante que opera nas circunstâncias de avaliação do contexto a aquilo que deve ser observado para julgar valores de verdade, e também como a característica que melhor explica o caso contextualista sobre a aparência de contradição em exemplos como o Caso do Banco. Para MacFarlane, quando Kaplan adiciona um padrão de tempo às circunstâncias de avaliação, que só envolviam mundos, ele abre espaço para a adição de outros tipos de parâmetro. Normalmente uma circunstância incluirá um estado de coisas possível e um tempo, podendo talvez incluir outras características, uma vez que a quantidade de informação que exigimos das circunstâncias de

avaliação está ligada ao grau de especificidade das intenções.

4.2.1 Contextualismo não-Indexical, Circunstâncias de Avaliação e Minimalismo Semântico

O Minimalismo Semântico é uma visão de acordo com a qual o conteúdo proposicional de uma sentença completa é independente de fatores contextuais e pode ser determinado por seus componentes sintáticos, assim só seria necessário recorrer ao contexto para determinar o conteúdo de expressões indiscutivelmente indexicais, que para Cappelen e Lepore (2005) são exclusivamente os indexicais da lista de Kaplan.⁶¹ O Minimalismo Semântico pretende sustentar que o conteúdo proposicional completo de uma sentença é um conteúdo mínimo e invariante que independe dos efeitos pragmáticos da conversação, independe assim das intenções e pressuposições dos falantes na conversação e de quaisquer variações contextuais.

⁶¹ Ver capítulo 4, primeira seção.

Para MacFarlane (2007b), seria vantajoso para o minimalista semântico adotar uma forma de contextualismo não-indexical, pois assim se manteria o conteúdo proposicional invariante, com uma intensão que não acompanha mudanças contextuais, além de adicionar a explicação que o contextualismo não-indexical fornece para o que está errado com argumentos de mudança de contexto, explicação esta que se baseia na variação de critérios para o julgamento de valores de verdade. Essa abordagem poderia ainda ser vista como uma síntese de parte das visões do minimalismo semântico e do contextualismo radical.

A oposição ao Minimalismo Semântico se dá porque mesmo os contextualistas que aceitam o pluralismo do ato de fala, (segundo o qual coisas diferentes podem ser ditas do mesmo proferimento, embora apenas uma proposição seja expressa), acreditam que não existe uma proposição mínima como defendem os teóricos do Minimalismo Semântico. A expressão “Gina é alta”, por exemplo, pode significar que Gina é alta para uma garota de sete anos ou que ela é alta para

uma jogadora do time adulto de basquete, mas, a proposição mínima “Gina é alta” seria o que há de comum entre o que ambas as significações dizem. Uma vez que os contextualistas alegam que não existe tal proposição mínima, a tese do pluralismo do ato de fala em conjunto com a proposta contextualista ajudaria a desviar o Minimalismo Semântico do argumento contrário à visão de que há uma proposição simples que é sempre semanticamente expressa por qualquer uso de “Gina é alta”, por exemplo.

A alegação da proposição mínima é o que distinguiria a visão minimalista de Cappelen e Lepore da visão contextualista. Segundo Cappelen e Lepore, a proposição que supostamente é expressa em qualquer contexto pela sentença “Gina é alta” é a proposição que “Gina é alta simplesmente”, e essa seria uma proposição completa, contendo em si o que é necessário para o julgamento de seu valor de verdade. MacFarlane afirma que a posição de Cappelen e Lepore revela que a proposição tem um valor de verdade para cada circunstância de avaliação, uma vez que cada

proferimento da proposição, se ela é completa, já carrega em si os critérios para sua avaliação.

O interesse epistemológico sobre as proposições mínimas recai sobre a indagação a respeito das circunstâncias específicas de avaliação, que guiam o julgamento do valor de verdade da proposição; em que circunstâncias de avaliação a proposição “Gina é simplesmente alta” é verdadeira? Esse seria o problema da intensão para proposições mínimas. Ser alta para sete anos é, por exemplo, uma forma de ser alta, assim, não haveria problemas em pensar que a proposição “Gina é simplesmente alta” é verdadeira em todo mundo possível em que a proposição “Gina é alta para sete anos” é verdadeira, mas, para MacFarlane, a proposição “Gina é simplesmente alta”, seria mais fraca que a proposição “Gina é alta para uma garota de sete anos”, que fixa uma classe de referência. Aceitar proposições mínimas também implicaria aceitar que elas são verdadeiras em qualquer mundo possível.

Um minimalista poderia alegar que tendemos a rejeitar a compatibilidade de afirmações aparentemente

contrárias, como as dos casos contextualistas, porque não estamos conscientes das proposições mínimas que são expressas por nossas sentenças, e que temos consciência apenas do conteúdo mais claro dos nossos atos de fala. Mas, isso não seria compatível com o que Cappelen e Lepore dizem sobre proposições mínimas, uma vez que afirmam haver um papel cognitivo no conteúdo mínimo. Tal papel cognitivo estaria pressuposto nas expectativas da falante em relação à compreensão que a audiência tem do conteúdo e vice-versa, pois a proposição semanticamente expressa é o conteúdo que a falante espera que a audiência compreenda e que a audiência espera que a falante compreenda. Para MacFarlane, ou Cappelen e Lepore assumem que há uma inconsciência a respeito da intensão de proposições mínimas, e isto explicaria a aparente contradição, ou devem aceitar a objeção de que tais proposições não teriam um papel cognitivo real.

O problema da intensão para proposições mínimas é delimitar como seria o mundo se a proposição “Gina é simplesmente alta” fosse verdadeira neste

mundo, independente das circunstâncias de avaliação da verdade. Enquanto Cappelen e Lepore sustentam que esta questão é metafísica e não semântica, negligenciam que há um problema semântico por trás disso. Se o minimalismo semântico fosse verdadeiro, haveria uma solução para o problema da intensão e as questões sobre se existe uma propriedade de ser “simplesmente alta”, por exemplo, seriam inadequadas; uma vez que estas propriedades teriam uma intensão não haveria porque questionar a existência da propriedade que a configura. Se há tal proposição mínima, ela deve possuir uma intensão como especificação de sua aplicabilidade em um determinado mundo possível. O único modo de o valor de verdade de uma proposição ser julgado de acordo com circunstâncias de avaliação é estabelecendo uma relação consistente entre essas circunstâncias e mundos possíveis. Se há uma proposição mínima que é expressa por “Gina é alta” em qualquer contexto de uso, tal proposição deve ter uma intensão.

Mundos possíveis são evidentemente levados em consideração para a avaliação do valor de verdade,

mas outros elementos podem ser incluídos como critérios para indicar mais precisão para a avaliação da intensão. O mundo assumido como parâmetro para as circunstâncias do contexto seria o mundo do contexto de uso, mas o parâmetro que faz com que Gina, por exemplo, conte como sendo alta é determinado de modo mais complexo por características mais específicas do contexto como o tópico da conversação e as intenções da falante. MacFarlane então propõe pensarmos as circunstâncias de avaliação como um par mundo/padrão “conta como” (o que conta como satisfazendo um determinado predicado), modelado como uma função de mundos para extensões. Em geral, observamos fatores contextuais para delimitar o parâmetro que determina o que conta como “sendo alta” ou “sendo conhecido” ou ainda “sendo verdadeiro”, por exemplo; e consideramos este padrão “conta como” juntamente com o mundo do proferimento, para estabelecer o valor de verdade da proposição no contexto.

Uma vez que concebemos que as circunstâncias de avaliação não são constituídas apenas de mundos, mas incluem também um padrão epistêmico, as proposições

não têm valores de verdade relativas estritamente a mundos; não seria adequado avaliar o valor de verdade de uma proposição mínima em relação apenas ao mundo possível de modo geral. Se proposições mínimas existem e contém em si as circunstâncias de avaliação necessárias para o julgamento de seu valor de verdade, e tais circunstâncias são compostas apenas por um mundo, como lidar com a possibilidade de haverem diferentes circunstâncias de avaliação dentro do mesmo contexto de uso, circunstâncias estas que podem incluir padrões divergentes para a avaliação de se é verdade que uma determinada proposição mínima possui “tal e tal” propriedade?

Ter diferentes padrões relativos a diferentes circunstâncias de avaliação, ainda que o mundo do contexto seja o mesmo, geralmente resulta em a proposição sendo verdadeira em algumas circunstâncias e falsa em outras. Como o minimalista semântico poderia responder à pergunta “Gina tem a propriedade de ser “alta simplesmente” no mundo real ou não?”, se o valor de verdade não está associado apenas a um mundo e a

proposição não tem uma intensão como função de mundos possíveis para extensões ou valores de verdade? Se perguntamos por exemplo se uma formiga é grande ou pequena e respondemos “é grande para um grão de areia e pequena para uma barata”, as circunstâncias divergem em relação à “para um grão de areia” e “para uma barata”, mesmo que as duas sentenças sejam proferidas no mesmo mundo. Se existe a proposição mínima “a formiga é simplesmente pequena”, o contexto falharia assim em determinar um simples parâmetro “conta como”, pois isso tornaria incompatível a conjunção “é grande para um grão de areia e pequena para uma barata”; e a questão de se a formiga é grande ou pequena pressupõe que o contexto fixou um parâmetro para determinar de forma suficiente o que conta como sendo grande ou pequena.

O Contextualismo não-Indexical seria compatível com o Minimalismo Semântico, pois ambos defendem que a sentença “Gina é alta” expressa a mesma proposição em todo contexto de uso, com condições e valores de verdade próprias a cada circunstância de

avaliação, desde que presumimos que existe mais nas circunstâncias que apenas mundos. Assim, “Gina é alta” não é sensível ao contexto porque expressa diferentes proposições em diferentes contextos, mas porque a verdade de uma ocorrência da proposição depende de características contextuais que vão além do contexto e podem incluir, por exemplo, as intenções da falante e o que é comumente pressuposto pelas participantes da conversação.

Para o minimalista semântico seria suficiente assegurar que os dois contextos C1 e C2 estão situados no mesmo mundo, e também provar que estes contextos determinam os mesmos parâmetros “conta como” para que a objeção a argumentos de mudança de contexto funcione, pois esta objeção, feita por Cappelen e Lepore, baseia-se na alegação de mudança de conteúdo em função da mudança de contexto por parte do Contextualismo Radical; então, quando se diz que “Gina sabe que p” pode ser verdadeiro ou falso dependendo do contexto de proferimento, o contextualista explica essa possibilidade por meio da mudança de conteúdo e o

minimalista semântico por meio do pluralismo do ato de fala, mas o minimalista impetra a objeção ao argumento de mudança de contexto para negar o contextualismo partindo do ponto, como a teoria contextualista assume, que as proposições expressas são diferentes e o modo viável para que tais proposições fossem de fato diferentes é que as circunstâncias de avaliação fossem iguais. Se as circunstâncias são iguais em C1 e em C2 e “Gina é alta”, proferido em cada um dos contextos, é respectivamente verdadeira e falsa, então a única explicação possível para a variação no valor de verdade é a mudança de conteúdo. Para negar a mudança de conteúdo, minimalistas semânticos atacam argumentos de mudança de contexto, mas, como nessa visão, as circunstâncias de avaliação não são apenas mundos, então não é só o mundo do contexto que determina a extensão. Podemos então rejeitar a objeção do minimalista que se refere à variação de conteúdo na medida em que rejeitamos a própria variação de conteúdo.

Adotar então a posição contextualista não-indexical fortaleceria o Minimalismo Semântico, pois,

uma vez que se assume esta posição, seria possível rejeitar argumentos de mudança de contexto sem apelar para o pluralismo do ato de fala. Para MacFarlane, se Cappelen e Lepore não aceitam esta posição, então devem encontrar uma maneira de explicar porque falantes rejeitam questões que admitiriam respostas se proposições mínimas tivessem intensões determinadas.

4.3 A Questão dos Discursos Indiretos

Mesmo que haja bastante discordância sobre a interpretação do discurso indireto, não podemos simplesmente assumir que estes registros são literalmente falsos. Um exemplo que traduz a relação problemática entre o discurso indireto e atribuição de conhecimento poderia ser descrito assim: Jane diz “eu sei que meu carro está na garagem”, em um contexto de baixos padrões; posteriormente, (em um contexto de altos padrões em que Jane teria que excluir a possibilidade de seu carro ter sido roubado para estar justificada em proferir a mesma sentença), Gina diz para Julia: “Jane disse que sabe que

seu carro está na garagem”, e Julia, (negando a afirmação de Gina, pois leva em consideração os altos padrões vigentes) responde: “Não, ela não sabe”.

Enquanto, para o contextualista indexical, a proposição que Gina expressa quando relata o proferimento de Jane, não é a mesma proposição que Jane expressou quando disse “eu sei que meu carro está na garagem” em seu contexto de uso, pois os termos de ‘conhecimento’ expressariam propriedades semânticas diferentes quando proferidos em diferentes circunstâncias, para o contextualista não-indexical, a resposta de Julia soa inaceitável porque é falsa, já que o relato de Gina está correto, uma vez que não houve mudança no conteúdo proposicional da sentença de conhecimento que ela relata. Se Julia estivesse correta, o relato de Gina modificaria o conteúdo da afirmação de Jane.

O argumento que se opõe ao tratamento que o contextualista fornece para o discurso indireto atinge apenas formas indexicais de contextualismo que pressupõem alguma mudança no conteúdo proposicional.

Defensores do Contextualismo não-Indexical precisam apenas sustentar que o relato de Gina contempla a mesma proposição que a afirmação de Jane, e que a explicação mais simples e apropriada para a estranheza da declaração de Julia é que a declaração é falsa. Por inicializar as circunstâncias de avaliação no contexto de uso, o contextualista não-indexical levará em consideração os padrões em jogo quando Jane faz o proferimento, enquanto mapeia as alternativas relevantes ao proferimento específico; e, como resultado, julga a proposição ‘verdadeira’ naquele contexto.

O relato de Gina não modifica o conteúdo proposicional do proferimento de Jane, que deve ser analisado em relação aos padrões epistêmicos operantes no tempo e mundo que compõem as circunstâncias de avaliação. Se Jane é confrontada com a possibilidade de seu carro ter sido roubado, e nega saber que o automóvel está no estacionamento por não ser capaz de excluir a possibilidade contrária, o conteúdo proposicional da negação será verdadeiro em relação aos padrões vigentes quando Jane profere a negação.

Se Jane, confrontada com a alternativa contrária, diz que “Eu não sei se meu carro está no estacionamento”, ela não afirmará posteriormente que “Eu sabia que meu carro estava no estacionamento antes de mencionarem a possibilidade de ele ter sido roubado”. Para decidir se sabia ou não, ela usará os padrões vigentes em seu contexto atual, agora com padrões mais altos. Se em um tribunal, Jane for perguntada se ela sabia em 8 de Julho se seu carro estava no estacionamento, ela certamente não responderá: “Eu não sei. Eu não lembro se estava preocupada naquele dia com roubos de carros”; nem tentará lembrar quais padrões epistêmicos estavam em jogo naquele dia. Segundo MacFarlane, isso sugere que em cada contexto de uso específico, o sujeito sustenta padrões constantes que deve satisfazer a fim de contar como sabendo em quaisquer circunstâncias de avaliação, e isto configuraria um argumento contra o Invariantismo do Sujeito Sensível, segundo o qual, as mudanças contextuais ocorrem em relação situação prática do sujeito, mas não afetaria o Contextualismo não-Indexical que coloca o avaliador no contexto de atribuição observando as circunstâncias inicializadas no

contexto de uso. O padrão epistêmico, apesar de relativizado ao contexto do atribuidor, é assumido a partir de um valor básico que é o sujeito em seu contexto de proferimento.

Para lidar com a questão da retração, ou de como a atribuição de conhecimento pode ser retirada em face da elevação de padrões, configurada com sentenças do tipo “eu sabia antes da menção da possibilidade, agora já não sei mais”, contextualistas tradicionais apelam para uma teoria do erro alegando que a aparência de contradição entre os proferimentos feitos sob baixos padrões e altos padrões respectivamente, se deve ao fato de o falante não perceber que, como resultado da elevação de padrões, o conteúdo dos termos epistêmicos mudou e portanto a contradição é apenas aparente. O contextualista presume que os falantes estão errados sobre a semântica de ‘sabe’, pois tratam o termo como invariante, ou que falantes cometem erros sistemáticos sobre os padrões que estão operando em outros contextos que não o contexto em que se encontram. As duas vias confrontam a tese contextualista, pois se falantes

ordinários não são capazes de compreender o significado de ‘sabe’, como podemos exigir que notem a variabilidade de padrões que exigem serem satisfeitos para que alguém conte como sabendo, se o fundamento da teoria está posto sobre o significado de ‘sabe’?

[U]m problema *geral* em usar o erro da falante para explicar fatos sobre o uso é que tais explicações tendem a minar a base evidencial para as teorias semânticas que as explicações pretendem fundamentar. Todas estas teorias semânticas estão justificadas indiretamente com base em fatos sobre o uso de sentenças pelas falantes, quanto mais erro nós atribuímos às falantes, menos podemos concluir destes fatos. (MACFARLANE, 2004, p.22).⁶²

O caminho do Contextualismo não-Indexical para explicar a atribuição e retração de verdade é abandonar a ideia de que as falantes estão confusas sobre a semântica de ‘sabe’ e argumentar que elas julgam mal as circunstâncias de avaliação quando existem padrões

⁶² [...] a *general* problem with positing speaker error to explain away facts about use is that such explanations tend to undermine the evidential basis for the semantic theories they are intended to support. All of these semantic theories are justified indirectly on the basis of facts about speakers’ use of sentences, and the more error we attribute to speakers, the less we can conclude from these facts.

epistêmicos alternativos. Um possível tratamento que o Contextualismo não-Indexical pode oferecer ao fenômeno da retração e à confusão nomeada “Cegueira Semântica” é o objeto do próximo capítulo.

5 - PARADOXO CÉTICO, JULGAMENTOS INTERCONTEXTUAIS E RETRAÇÃO, E UM TRATAMENTO NÃO-INDEXICAL PARA A OBJEÇÃO DA CEGUEIRA SEMÂNTICA

A cegueira semântica é um fenômeno linguístico que, de acordo com o contextualista, poderia nos ajudar a explicar a aparência de contradição entre afirmações ordinárias de conhecimento e alegações céticas, ou a afirmação e negação de uma mesma sentença em relação a diferentes padrões contextuais, como acontece nos casos aos quais o contextualista recorre. Mas, em vez de fortalecer a tese contextualista, esta forma de ignorância enfraquece o argumento que o contextualismo oferece para explicar a sensibilidade contextual de atribuições de conhecimento, pois supõe que usuárias competentes da linguagem não estão conscientes do significado de suas palavras.

Para o contextualismo, falantes competentes estariam cegos para o funcionamento semântico de sua linguagem e isto os levaria ao engano a respeito do conteúdo de suas atribuições de conhecimento. Se o que

dirige nossos julgamentos para decidir se o que uma falante diz é verdade, é influenciado por nossa consciência da sensibilidade contextual, então seria um problema que esta sensibilidade permanecesse escondida. O contextualista deveria então encontrar um equilíbrio entre nos conferir a compreensão da sensibilidade contextual de atribuições de conhecimento enquanto nos atribui a incapacidade de compreender completamente isto, tal tarefa parece de fato muito difícil.

A atribuição de cegueira semântica destrói a causa contextualista, uma vez que tal teoria apela para a variabilidade das atribuições intercontextuais de verdade dos atribuidores para sustentar sua visão. Mas, quanto mais o contextualista apela para a ignorância dos atribuidores, mais ele enfraquece o uso de ‘sabe’ como evidência em favor de sua semântica, assim, a manobra da cegueira semântica não é consistente com o apelo à competência da falante.

Se há uma variação no conteúdo proposicional de sentenças de conhecimento, que é provocada pela mudança de padrões contextualmente determinados ou alternativas relevantes, espera-se que os atribuidores

tenham consciência disto e sejam capazes de tornar esta sensibilidade evidente se for necessário. Schiffer (1996) afirma, no entanto, que “nenhuma pessoa ordinária articulada que profere ‘eu sei que p’, sonharia em falar pra você que o que ele pretende significar e estava implícito na declaração foi que ele sabia que p relativo a tais e tais padrões” (326-7), parece haver então um impasse.

5.1 - Solução Contextualista Para o Aparente Paradoxo Cético

O ceticismo é originalmente um problema para nossa necessidade de afirmar o conhecimento. Tentando responder a esse problema, e ao paradoxo que seus argumentos aparentemente geram, o contextualismo promete explicar como e porque o conhecimento é possível, (pelo menos em nossas pretensões mais ordinárias, ou em contextos de baixos padrões), e porque o argumento cético é tão convincente de modo que leva

falantes competentes a acreditar que há uma contradição entre a afirmação e a negação de conhecimento em casos como o Caso do Banco.⁶³ De acordo com Schiffer (1996), uma resposta adequada para o argumento cético consiste em mostrar qual das premissas do argumento é falsa, uma vez que o argumento não resulta num paradoxo, pois a conclusão não tem plausibilidade quando vista em si mesma.

Enquanto o contextualista assume como estratégia recorrer à força intuitiva dos argumentos céticos, mostrando que as exigências lançadas pelo cético elevam os padrões para o conhecimento tornando-o impossível, tal método apenas explica porque este argumento é tão difícil de contestar. Explicar porque um problema é difícil de responder não o resolve. Sendo assim, o Contextualismo apenas limita a ação do argumento cético a contextos céticos.

⁶³ No terceiro capítulo, apresentamos a tese contextualista que se baseia em argumentos sobre a semântica de ‘sabe’, afirmando sobretudo que tal termo é sensível ao contexto da mesma forma que termos indexicais e termos graduáveis. No quarto capítulo, apresentamos alguns testes que demonstram que o funcionamento linguístico de ‘sabe’ não é similar a termos indexicais ou termos graduáveis e, portanto, tal analogia falha.

Admitir que a última sentença do argumento cético é verdadeira porque o conteúdo de ‘sabe’ mudou após a elevação dos padrões através da menção da hipótese cética, seria contrariar nossa intuição de que a conclusão é falsa. Assim, para negar a verdade de tais intuições das falantes, (nas quais o contextualismo frequentemente se apoia), o contextualista precisa apelar para uma teoria do erro. Para MacFarlane (2007a), tal problema se dá porque tendemos a relatar afirmações de conhecimento de modo homofônico, mesmo quando as afirmações são feitas em contextos epistêmicos diferentes.

Para construir sua explicação sobre porque o argumento cético é tão convincente, o contextualista afirma que pensamos que há uma contradição porque não estamos conscientes do modo como o termo ‘sabe’ funciona em sentenças de atribuição de conhecimento. Não reconhecemos o significado que o termo assume em diferentes contextos de uso, (além disso, não reconhecemos quais são as condições contextuais para sua aplicação apropriada em sentenças de atribuição de conhecimento), o que parece ir além do tipo de

inconsciência que Cohen (1999) alega ao afirmar que, mesmo falantes competentes podem não diferenciar os padrões vigentes em contextos céticos dos padrões vigentes em contextos ordinários, o que os leva a pensar que determinadas atribuições de conhecimento são contraditórias, quando são na verdade compatíveis.

As habilidades semânticas de um sujeito, em relação a aplicação de um determinado predicado, podem ser percebidas quando existe uma compreensão clara dos fatos subjacentes que fornecem a base para decidir se este predicado específico se aplica. Mas, no momento em que o cético chama atenção para as possibilidades de erro não ignoradas, ele alteraria a compreensão destes fatos subjacentes. Quando a possibilidade de não ter mãos é trazida à atenção, isso desafia a base de conhecimento previamente aceita sobre saber que se tem mãos, o que inviabilizaria intuições semanticamente adequadas sobre as atribuições de conhecimento envolvidas.

Para Schiffer, um argumento cético do tipo:

i: Eu não sei que não sou um cérebro numa cuba (CNC);

ii: Se eu não sei que não sou um CNC, então eu não sei que tenho mãos;

C: Eu não sei que tenho mãos.

Apresenta, de acordo com o contextualista a seguinte estrutura:

i: Eu não sei que não sou um CNC em relação a um contexto de altos padrões;

ii: Se eu não sei que não sou um CNC em relação a um contexto de altos padrões, então eu não sei que tenho mãos;

C: Eu não sei que tenho mãos em relação a um contexto de altos padrões.

Apresentando o argumento desta forma, Schiffer não vê como um paradoxo é formado, uma vez que um paradoxo é a junção inconsistente de proposições separadamente consistentes e, neste caso, parece haver coerência entre as proposições, apesar da conclusão isoladamente parecer implausível. Se não há um paradoxo, por que falantes competentes têm a intuição de que há? O contextualista dirá que sabemos simplesmente que a conclusão é falsa em contextos ordinários e que pensamos haver um paradoxo porque não temos

consciência do que realmente está sendo dito, já que não apreciamos a natureza indexical de atribuições de conhecimento.

Enquanto a semântica contextualista tenta explicar a inconsistência das proposições baseando-se em uma analogia com indexicais, a teoria do erro que a cegueira semântica implica tenta explicar porque proposições falsas parecem verdadeiras, o problema é que a teoria do erro acaba refutando a teoria semântica. Seria difícil encontrar uma semântica que sustente a ideia de que falantes competentes estão sistematicamente confusos, “pois a falante não estaria apenas confundindo a proposição que ela está dizendo, ela também está totalmente ignorante do tipo de coisa que está dizendo” (Schiffer, 1996, p. 326).

A objeção de Schiffer, de que as falantes saberiam o que elas estão dizendo se sentenças de conhecimento fossem indexicais, se apoia no que, segundo Blome-Tillman (2006), seria uma exigência de transparência para indexicais de acordo com a qual não importa a situação possível, falantes competentes percebem se um indexical muda seu conteúdo, e a teoria

do erro do contextualismo violaria esta exigência. Não haveria então uma teoria semântica plausível que lide com o paradoxo da forma que o contextualismo exige, mas se a semântica contextualista está correta, uma teoria do erro é de fato necessária para explicar a aparência do paradoxo, pois, uma vez que não consegue responder ao argumento cético de modo adequado, o contextualista atribui a falantes competentes da linguagem uma confusão sistemática sobre o conteúdo das afirmações destes falantes.

[...] a afirmação de que pessoas proferindo certas sentenças de conhecimento em determinados contextos confundem sistematicamente as proposições que suas sentenças expressam com as proposições que estas sentenças expressariam ao serem proferidas em outros contextos". (SCHIFFER, 1996, p.325).⁶⁴

⁶⁴ (...) the claim that people uttering certain knowledge sentences in certain contexts systematically confound the propositions their utterances express with the propositions they would express by uttering those sentences in certain other contexts.

Recorrer a uma teoria do erro enfraquece a teoria contextualista e fornece mais um argumento para rejeitar sua tese semântica, uma vez que se ‘sabe’ funcionasse como um termo indexical ou graduável falantes competentes conseguiriam identificar o significado daquilo que estão dizendo. Para Cohen, é possível construir argumentos céticos com base no que acontece com adjetivos graduáveis, como ‘plano’, o que mostraria que a ignorância sobre a sensibilidade contextual (e como consequência, o significado variante do termo), não se restringe a termos de conhecimento. Podemos questionar se há de fato algo realmente liso, ou se sempre será uma falsidade atribuir esta propriedade, e o mesmo aconteceria com o termo ‘sabe’; este tipo de erro não enfraqueceria o contextualismo. O uso de casos adequados mostraria entretanto que a cegueira semântica não é um problema grave:

Se escolhermos os casos apropriados parece claro que tal objeção não oferece um problema sério para as alegações contextualistas, não importa se o contextualismo está certo, a cegueira semântica é um fato que pode ser

percebido pela utilização de uma grande variedade de termos, ‘saber’ inclusive. (RODRIGUES, 2011, p.89).⁶⁵

A cegueira semântica, no entanto, parece ser mais problemática do que o contextualista admite, pois ameaça enfraquecer a evidência positiva para sua tese, como afirma MacFarlane:

Se falantes comuns compreendem mal o significado de “sabe”, então não podemos recorrer com confiança à variabilidade nos padrões que o contextualista exige que alguém satisfaça para contar como “sabendo” como fundamento para uma teoria sobre o significado de “sabe”. Ainda que estes dados são a evidência primária em favor do contextualismo. (MACFARLANE 2002, p. 22).⁶⁶

Porque deveríamos confiar que as intuições das falantes sobre os casos que o contextualista apresenta,

⁶⁵ Não faz parte do objetivo deste trabalho investigar a amplitude dos termos em que se pode apresentar alguma espécie de cegueira semântica.

⁶⁶ If ordinary speakers have a faulty grasp of the meaning of “know”, then we cannot confidently appeal to variability in the standards they require someone to meet in order to count as “knowing” as support for a theory about the meaning of “know”. Yet these data are the primary evidence in favor of contextualism.

como o Caso do Banco, são confiáveis se elas estão cegas para a sensibilidade contextual de 'sabe' em relação a casos com relatos de crenças e julgamentos comparativos de conteúdo? O problema permanece para os contextualistas porque sua tese está fundamentada na intuição de falantes competentes sobre 'sabe' para fornecer evidência à afirmação que este termo é sensível ao contexto, a despeito do fato de que os mesmas usuárias competentes da linguagem mostram cegueira semântica em relação a casos problemáticos envolvendo relatos de crenças. As intuições sobre este tipo de caso só fornecem evidência para o contextualismo se os atribuidores são sensíveis ao funcionamento de sua linguagem. Se as falantes são competentes como o contextualismo sugere, é difícil ver como elas poderiam estar inconscientes do funcionamento semântico de sua própria linguagem e mais especificamente sobre a sensibilidade contextual de 'sabe'.

Defender uma posição que sugere que as falantes estão conscientes do funcionamento de sua linguagem é insustentável para o contextualismo se os contextualistas admitem ao mesmo tempo que estas

pessoas apresentam cegueira semântica.⁶⁷ Se é assim, não há razão para pensar que as intuições sobre o Caso do Banco fornecem evidência para o contextualismo. Se poderia dizer que usuárias da linguagem apresentam cegueira semântica apenas para algumas características da linguagem, e que elas estão cientes daquelas características que são importantes para fornecer evidência positiva para o contextualismo. Essa resposta, entretanto, não ajudaria o contextualista uma vez que ele pressupõe a cegueira semântica especificamente sobre ‘sabe’ para responder porque o argumento cético ser tão convincente.

Montiminy (2009) parece concordar com Cohen que a cegueira que afeta o Contextualismo não é de fato problemática. Uma vez que a teoria contextualista implica que falantes estão cegas para o fato de que atribuições de conhecimento tem condições de verdade que são sensíveis ao contexto, a raiz desta cegueira não diz respeito a se afirmações de conhecimento são ou não sensíveis ao contexto, mas a questão de se sentenças de

⁶⁷ Ainda que as falantes estejam conscientes de alguns aspectos da linguagem, o que parece ser o caso das nossas práticas comuns.

conhecimento possuem condições de verdade que podem ser aplicadas independente do contexto, e esta cegueira não seria problemática.

O contextualista aplica uma teoria do erro para explicar os julgamentos intercontextuais que envolvem discordância, porque falha em respeitar nossa intuição de desacordo, segundo a qual a atribuição de conhecimento do atribuidor em um contexto cotidiano discorda da afirmação cética. Para Stanley (2005), a teoria do erro que o contextualismo implica é “uma forma até então desconhecida de ignorância linguística”, mas como vimos, Cohen (1999) sugere que atribuir este tipo de erro aos falantes não seria tão incomum, pois erros similares acontecem em relação a outros termos sensíveis ao contexto. Ainda assim, as pessoas não estão sistematicamente enganadas em seus julgamentos intercontextuais sobre o valor de verdade de atribuições de ‘plano’, se estão informadas sobre o contexto no qual a atribuição foi feita.

O fato de o Contextualismo atribuir cegueira semântica não é problemático para Montminy, pois algumas características das sentenças de conhecimento

contribuiriam para a sensação de que há desacordo, e esta seria uma sensação que é mais difundida em relação às sentenças de conhecimento do que em relação às outras construções sensíveis ao contexto, e não há um meio óbvio pelo qual falantes poderiam completar suas afirmações de conhecimento de modo a tornar claro que estas afirmações são feitas de acordo com diferentes padrões epistêmicos. Entretanto, o fato de a cegueira semântica ser bem difundida na linguagem não implica que este fenômeno linguístico gere sempre uma teoria do erro, segundo a qual as falantes estão inconscientes do conteúdo de suas afirmações. Nos casos aos quais o contextualista recorre, casos envolvendo ‘sabe’, haverá mais desacordo que em casos de variação contextual que envolvam indexicais, termos que demandam formas fracas de cegueira de nível inferior àquela gerada quando há desacordo sobre a verdade da tese contextualista.

Para explicar a aparente contradição entre a atribuição de conhecimento de um falante ordinário e a atribuição feita em um contexto de altos padrões, Montminy afirma que as falantes estão cegas para a incompletude semântica de atribuições de conhecimento,

e na tentativa de demonstrar tal incompletude, propõe uma analogia com sentenças quantificadas. Assim, como a sentença “todos os alunos estão na sala”, dita na sala da sexta série, significaria de modo completo: “todos os alunos da sexta série estão na sala”; também com atribuições de conhecimento, o contexto aplicaria restrições semânticas, de modo que a sentença “S sabe que p” só adquire sentido completo quando é restringida aos padrões do contexto em que é proferida.

Tal analogia pretende sustentar que, assim como para compreender o sentido completo de sentenças quantificadas precisamos recorrer ao contexto, também precisamos fazer o mesmo em relação a sentenças de conhecimento, pois ambas sofreriam de incompletude semântica e as falantes estariam cegas para esta incompletude. Se atribuidores ordinários tivessem consciência da incompletude semântica de sentenças de conhecimento, saberiam que quando se recorre a diferentes contextos para completar diferentes proferimentos, diferentes proposições são expressas, e tendo esta consciência, não assumiriam que a afirmação cética contradiz suas pretensões de conhecimento.

Se os sujeitos estão sistematicamente inconscientes a respeito do conteúdo que é transmitido por atribuições de conhecimento, e o contextualismo está certo, não importa se atribuições de conhecimento implicam uma cegueira que é semântica ou que corresponde ao conteúdo pragmático do ato de fala⁶⁸, pois isso não afeta quão problemática é a consequência contextualista segundo a qual os falantes não têm consciência do conteúdo que suas afirmações de conhecimento transmitem.

Para Abath (2012), mesmo que os sujeitos estejam cegos para a natureza semântica de sentenças quantificadas, eles estão pragmaticamente conscientes dos conteúdos que estas sentenças transmitem, bem como

⁶⁸ Montiminy propõe uma incompletude semântica, mas de acordo com Cappelen e Lepore (2005) a restrição de domínio não é parte da proposição semanticamente expressa, mas seria comunicada através do ato de fala (não semântico). Stalnaker (2002), trata a contexto sensibilidade semântica como um par. Para ele, o elemento mais importante do contexto é o conhecimento comum, ou seja, as suposições comuns aos participantes da conversação, desta forma, a base pragmática forneceria os dados que o ouvinte precisa para descobrir o que a falante quer dizer. Se a falante tem condições pragmáticas para averiguar as intenções comunicativas de seu interlocutor, ela também seria capaz de reconhecer o conteúdo daquilo que ela mesmo pretende transmitir.

do domínio ao qual sua extensão se aplica. A suposta incompletude de sentenças quantificadas e uma possível cegueira sobre a restrição, não se assemelha a inconsciência de conteúdo que atinge sentenças que envolvem padrões epistêmicos.

O que de fato é o problema mais profundo é que quando se trata de sentenças que são, para o contextualista, análogas a atribuições de conhecimento, os sujeitos estão conscientes dos conteúdos que elas transmitem, incluindo restrições de domínio. Entretanto, quando se trata de atribuições de conhecimento, os sujeitos estão tipicamente não conscientes dos conteúdos nos quais padrões de conhecimento figuram. O problema mais profundo para o contextualista, então, não é cegueira semântica, mas inconsciência de conteúdo. (ABATH, 2012, p. 5).⁶⁹

⁶⁹ What is, in fact, the deepest problem is that when it comes to sentences that are, for the contextualist, analogous to knowledge-attributing ones, subjects are aware of the contents they convey, including domain restrictions. However, when it comes to knowledge attributions, subjects are typically not aware of contents in which epistemic standards figure. The deepest problem for the contextualist, then, is not one of semantic blindness, but one of content unawareness.

Se uma analogia com sentenças quantificadas não parece muito sólida, a tentativa de comparar a cegueira semântica sobre atribuições de conhecimento com a cegueira semântica sobre termos indexicais também parece não funcionar, há um forte fundamento sobre o qual o sujeito sabe da contexto dependência de ‘aqui’, por exemplo. Se o sujeito ignorasse esta dependência contextual, não contaria como tendo dominado o uso da palavra ‘aqui’. Entretanto, com a palavra ‘sabe’ a falante normalmente não está consciente do padrão para o conhecimento que é contextualmente relevante, assim, ela não se dá conta de que em diferentes contextos de proferimento, diferentes padrões epistêmicos estão sendo aplicados, ignorando deste modo a sensibilidade contextual à qual a palavra ‘sabe’ está sujeita, o que, por sua vez, não afeta sua habilidade para usar corretamente o termo.

Kompa (2002), sugere que mesmo que fosse conceitualmente verdadeiro que quando falamos de conhecimento estamos falando de satisfazer um determinado padrão epistêmico contextualmente relevante, esta verdade conceitual não é parte da

semântica de ‘sabe’ e é comum pensar sobre uma falante competente normal como estando inconsciente desta verdade e mesmo assim dominando completamente a palavra ‘sabe’. Já quando se trata do indexical ‘aqui’ não somente é uma verdade conceitual que se falando de ‘aqui’ se está falando do lugar do proferimento, mas além disto, a falante deve também estar consciente desta verdade conceitual a fim de ter dominado a palavra ‘aqui’.

A cegueira que se aplica a termos indexicais, não parece ser a mesma que o contextualismo implica; assim, mesmo que a cegueira semântica seja um fenômeno linguístico comum em relação a outros termos, o tipo de cegueira que afeta o atribuidor de conhecimento na visão do contextualista é uma forma mais grave e implausível, que, usada para tentar explicar porque o argumento cético é tão convincente, acaba por enfraquecer a evidência para o argumento contextualista que deveria residir na competência das falantes.

5.2 Julgamentos Intercontextuais e Retração

A “cegueira semântica” enfraquece a tese contextualista, pois o contextualismo é obrigado a reconhecer que usuárias competentes da linguagem natural demonstram cegueira semântica em relação ao termo ‘sabe’, e casos como o Caso do Banco apenas fornecem evidência para o contextualismo se os usuárias são altamente sensíveis ao funcionamento de sua própria linguagem. Em relatos de atitudes proposicionais e em relatos de crenças, falantes competentes parecem confiar em um Esquema Descitacional para ‘sabe’, é o que sugere Hawthorne (2004). De acordo com este esquema, quando um atribuidor A profere sinceramente a sentença “S sabe que p”, A acredita que S sabe que p, então como consequência temos que “A acredita que S sabe que p”. O relato de uma atitude proposicional implicaria crença por parte do atribuidor.

Entretanto, quando Hawthorne combina o esquema descitacional para ‘sabe’ com o que ele chama

de Esquema de Crença Verdadeira⁷⁰, o contextualista tem que lidar com alguns problemas. Pensando num contexto de altos padrões como no caso do banco B, em que se está considerando a posição do sujeito no caso A (contexto de baixos padrões), se alguém diz no contexto atual (caso B), (X): “John sabe que o banco abrirá”; e, se consideramos que a tese contextualista está certa, então este seria um proferimento falso. Pois, dado o esquema descitacional, a crença de John pode ser relatada da seguinte forma (Y): “John acredita que ele sabe que o banco abrirá”; mas aplicando o esquema de crença verdadeira este proferimento só deve ser aceito se p é o caso, o que, de acordo com o contextualista, não procede no contexto do caso B, que reflete um contexto de altos padrões.

Diante deste argumento, contextualistas provavelmente rejeitarão o esquema descitacional para 'sabe'. Isso pode acontecer porque este esquema não se aplica a indexicais, termos com os quais o contextualista compara 'sabe' para construir sua tese semântica. Se Jane

⁷⁰ Se S acredita que p, então a crença é verdadeira apenas se p é o caso.

disse há dois dias atrás "estou triste hoje ", não se pode relatar hoje a crença de Jane dizendo: "Jane acredita que está triste hoje"; deste modo, o esquema não funciona para indexicais. Já em relação a 'sabe', o esquema desempenha um papel na prática ordinária de relatar crenças, se Gina diz "Eu sei que nunca serei presidenta do Brasil", não deve haver qualquer hesitação em relatar o conteúdo mental de Gina afirmando que ela acredita que nunca será presidenta do Brasil, então 'sabe' realmente parece funcionar do modo que o esquema postula, mas este não seria o caso para 'hoje'. Para lidar com esta situação, Hawthorne sugere que a abordagem mais plausível para o contextualista é realmente apelar para a cegueira semântica, pois, o compromisso que o esquema descitacional para 'sabe' impele às falantes, revela que estas usuárias estão inconscientes da sensibilidade contextual de 'sabe'.

Segundo o contextualista, não haveria qualquer contradição entre a afirmação de conhecimento no caso do banco A e a negação de conhecimento no caso do banco B. A aparente contradição, ou a sensação de que existe contradição, ocorreria porque usuárias competentes

da linguagem estariam cegas para a sensibilidade contextual de 'sabe', mas o mesmo não aconteceria com indexicais, termos com os quais o contextualista pretende traçar uma forte analogia. Essa aparência de contradição é melhor observada quando levamos em consideração casos nos quais diferentes sujeitos em diferentes contextos se deparam com a negação do que foi afirmado por cada um em seu contexto. Se um atribuidor A num contexto C profere “John sabe que o banco abrirá”, e outro atribuidor A' profere num contexto C' “John não sabe que o banco abrirá”, e ambos estão falando sobre o mesmo ‘John’; e cada um é informado sobre o proferimento do outro, a consequência é que A afirmará que o proferimento de A' é falso e vice versa. Isto revela um caso de cegueira semântica, pois eles não diriam que a afirmação do outro é falsa se estivessem conscientes da sensibilidade contextual de ‘sabe’. Se os dois atribuidores estivessem conscientes das diferenças contextuais entre eles, não haveria dificuldade em perceber que não há

contradição. Esta cegueira gera a objeção à afirmações metalinguísticas.⁷¹

Em casos que envolvem atribuidores falando da mesma situação, mas em contextos diferentes, poderíamos encontrar, segundo DeRose (2009), um exemplo para a falha do esquema descitacional para ‘sabe’ que Hawthorne apresenta. DeRose usa o conhecido caso do escritório um pouco modificado para dar o exemplo:

Caso do Escritório: Thelma e Louise são colegas de trabalho e fizeram uma aposta sobre se John, que trabalha no mesmo escritório que elas, estaria no escritório naquele dia pela manhã. Elas veem que o chapéu de John está pendurado em sua sala como costuma estar quando ele está no escritório e

⁷¹ DeRose (2004), afirma que esta objeção poderia ser enfraquecida se os casos fossem apresentados corretamente, e que apesar da forte intuição de que os proferimentos se contradizem, o contextualista não está comprometido com a conclusão que ambos os proferimentos são verdadeiros. Defende também uma versão de contextualismo de acordo com a qual a contribuição de 'sabe' para as condições de verdade dos dois proferimentos é a mesma. DeRose não adere a visão de acordo com a qual o padrão conversacional muda entre falantes, ele sustenta que uma vez que a contribuição de 'sabe' para as condições de verdade de ambos os proferimentos seguem o mesmo *score* conversacional, elas não podem ambas serem verdadeiras.

concluem que John de fato está no escritório. No fim do expediente Thelma e Louise vão para o bar local onde encontram outra colega que, perguntando sobre quem ganhou a aposta, quer saber se Thelma sabe se John estava no escritório, e Thelma prontamente responde: “Sim, eu sei que John estava no escritório. Eu vi o chapéu dele pendurado em sua sala”. Louise por sua vez ouve a afirmação de Thelma e se despede deixando o bar e indo em direção à sua casa. No caminho de casa, Louise encontra com alguns policiais que investigam um caso de assassinato do qual John é suspeito. A polícia pergunta a Louise se ela sabe se John estava no escritório naquela manhã e se ela testemunharia sobre isso. Louise responde “Eu não sei se John estava no escritório esta manhã, eu apenas vi o chapéu dele pendurado em sua sala”.

Enquanto o contexto da afirmação de Thelma, o bar, é um contexto de baixos padrões, o contexto da afirmação de Louise, conversando com a polícia, é um contexto de padrões muito exigentes. A questão é se, perguntada pela polícia sobre se Thelma sabe se John estava no escritório, Louise estaria pronta para relatar a afirmação que Thelma fez no bar dizendo que “Thelma sabe que John estava no escritório esta manhã”, como

verdadeira estando num contexto de padrões mais altos. Segundo DeRose, este relato de crença parece errado e isto demonstra que a afirmação de Hawthorne sobre o comprometimento de usuárias competentes da linguagem com o esquema descitacional para 'sabe' está baseado em uma falha, que resulta da análise de casos inadequados. Adiciona ainda que, mesmo que usuárias da linguagem mostrem cegueira semântica em relação a 'sabe', isto não é um problema para o contextualista pois existe alguma cegueira semântica seja o Contextualismo verdadeiro ou não.

Uma das objeções ao Contextualismo indica que falantes comuns, ao usar termos de conhecimento, falam como se o Contextualismo fosse falso e os termos não fossem sensíveis ao contexto, mas, a preocupação sobre o compromisso com uma teoria do erro não diz respeito a se falantes comuns acreditam que o contextualismo está certo, pois não há razão para supor que usuárias da linguagem devem ser capazes de compreender quaisquer teorias linguísticas subjacentes às suas práticas.

Um exemplo disto é a disposição que os falantes têm para retirar suas afirmações, feitas em contextos de

baixos padrões, quando o padrão epistêmico contextual é elevado, o que, segundo o contextualismo, é um erro. Suponha que Jane afirmou que sabia que seu carro estava no estacionamento, mas após ser questionada se ela é capaz de excluir a possibilidade de seu carro ter sido roubado, o que configura a elevação dos padrões epistêmicos, Jane afirma “Minha afirmação anterior era falsa, eu não sabia que meu carro estava no estacionamento”. A afirmação de que a primeira resposta era falsa é intuitivamente incorreta, e de acordo com o contextualismo, está errada. O proferimento prévio era verdadeiro já que foi feito sob padrões mais baixos, no máximo o que Jane poderia fazer é declarar não ter certeza sobre se a afirmação anterior era verdadeira, mas não declarar que era falsa. Nesse caso, Jane falha em reconhecer a sensibilidade contextual de afirmações de conhecimento.

Para lidar com casos assim, o Contextualismo precisa afirmar que falantes comuns não compreendem completamente o termo 'sabe' e usam seus padrões atuais para julgar afirmações de conhecimento feitas sob outros padrões. É um desafio para uma teoria que defende a

sensibilidade contextual explicar porque o discurso que envolve sentenças de conhecimento está inclinado a este tipo de erro. Antes de assumir uma teoria que infere dados linguísticos sistemáticos do uso ordinário de condições de verdade, é necessário excluir a possibilidade de que falantes comuns estejam sistematicamente enganados de certos modos.

Hawthorne argumenta que nós tendemos a projetar os padrões em jogo para outros putativos conhecedores, tempos e circunstâncias, e à medida que mais possibilidades de erro se tornam importantes para nós, alcançamos uma perspectiva mais esclarecida e exigente, pois vendo a relevância de determinadas falsificações em nossa situação prática, assumimos que lidar com estas falsificações é relevante para a situação prática dos outros também. Se alguém não está atento a estas possibilidades às quais damos importância, permitimos que a perspectiva que adotamos seja imposta, para que nossa perspectiva mais resistente triunfe. Para MacFarlane (2004), a projeção poderia explicar erros frequentes e ocasionais, mas não dá conta da nossa falta

de vontade universal de mudar padrões através das circunstâncias de avaliação.

Ao recorrer a uma teoria do erro para explicar a atribuição e retração, o contextualista pode supor que os falantes estão enganados sobre a semântica de ‘sabe’, tratando o uso do termo como invariante quando não é, ou assumindo que falantes cometem erros sistemáticos sobre o reconhecimento dos padrões epistêmicos que estão em jogo em outros contextos que não são os deles. Qualquer uma dessas abordagens ameaça a tese do contextualista.

[...] se falantes comuns tem uma má compreensão do significado de ‘sabe’, não podemos apelar com confiança para a variabilidade nos padrões que elas exigem que alguém satisfaça a fim de contar como “sabendo” como fundamento para uma teoria sobre o significado de ‘sabe’” (MACFARLANE, 2004, p.22).

A respeito da possibilidade das falantes falharem em reconhecer os padrões epistêmicos vigentes, não se pode negar que isto pode de fato acontecer quando atribuidores fazem um julgamento equivocado sobre as

características de outros contextos. Contudo, para explicar isto como um dado linguístico proveniente das intuições que falantes têm em conversações ordinárias, o erro tem que ser sistemático e a tendência para projetar características de nossa situação presente para outra situação não é forte o suficiente para explicar casos de atribuição e retração de verdade. O contextualismo assume que no julgamento intercontextual de atribuições e negações de conhecimento, os atribuidores devem observar os padrões vigentes no contexto de uso. Quando o contexto muda em aspectos relevantes, o atribuidor retira sua afirmação anterior, mas já que a afirmação é verdadeira no contexto de uso, o atribuidor está errado em sua retração porque não foi capaz de reconhecer a diferença entre os padrões epistêmicos de cada contexto.

Apesar de parecer apropriado dizer algo como “eu não disse que sabia que meu carro estava no estacionamento, o que eu quis dizer foi que eu sabia relativo a baixos padrões”, esta não parece ser uma resposta que falantes normalmente dão. Parece então que a melhor resposta que o contextualista oferece para os problemas com julgamentos intercontextuais e retração é

a cegueira semântica. Kindermann (2011), considera essa cegueira específica com a qual o contextualismo se compromete, uma cegueira de conteúdo, segundo a qual atribuidores estão cegos para o fato de que sentenças de atribuição de conhecimento podem expressar diferentes conteúdos em diferentes contextos, o que fortalece a noção de inconsciência de conteúdo sugerida por Abath (2012).

5.2.1 Relativismo e Cegueira Semântica

MacFarlane (2004), defende que o Relativismo, (como uma teoria que pretende explicar nossas intuições sobre atribuições de conhecimento), é a única visão que respeita todos os dados sem exigir a atribuição sistemática de erro à falante, e, por isso, seria superior ao Contextualismo, uma vez que poderia lidar com casos de retração sem recorrer à cegueira semântica, alegando que a afirmação feita no contexto de baixos padrões era verdadeira quando analisada no contexto de baixos padrões, mas no contexto de padrões mais altos a mesma

afirmação de conhecimento não satisfaz as exigências epistêmicas, isto porque os padrões que importam para a avaliação não são os do contexto de uso, mas os do contexto de análise. O sujeito estaria então correto em rejeitar a afirmação anterior, e não haveria erro nem com a afirmação de conhecimento no contexto de uso nem com sua retração no contexto de análise.

Kindermann (2011) também defende uma versão de relativismo que promete lidar com atribuições intercontextuais de verdade e com retração de atribuições de conhecimento sem recorrer à cegueira semântica. No entanto, temos razões para pensar que o Relativismo implica um tipo de cegueira que, segundo seus defensores, não seria um problema, uma vez que a cegueira não seria tão difundida como parece e também não impediria que falantes comuns expressassem importantes verdades; além disto, esta cegueira indicaria um engano que os falantes poderiam de fato cometer e não é, de acordo com Rancourt (2015), uma adição *ad hoc*, pois aconteceria em situações raras e confusas em que o erro já é esperado.

Um atribuidor em uma conversação sobre cérebros na cuba, um contexto de altos padrões portanto, julga a sentença “Gina sabe que tem mãos” como sendo falsa, mesmo que essa sentença tenha sido proferida em um contexto ordinário de baixos padrões. De modo similar, um atribuidor que se encontra em um contexto de baixos padrões negará que “Gina não sabe que tem mãos”, mesmo que a sentença tenha sido proferida em um contexto de altos padrões. Se o relativismo está certo, pensamos que há um paradoxo e somos tentados a acreditar que as premissas são verdadeiras e a conclusão é falsa porque quando nos movemos das premissas para a conclusão estamos ignorando a mudança no contexto de acordo com o qual a sentença é agora analisada, e isso afeta nossos julgamentos de verdade e falsidade.

No contexto de análise de altos padrões, que são induzidos pelas premissas, a conclusão seria verdadeira, mas, acreditamos que é falsa porque estamos analisando-a de um contexto de análise de baixos padrões. Não estamos conscientes do fato que analisamos premissas e conclusão a partir de diferentes contextos de análise e isso influenciaria nosso julgamento, o que implica que o

relativismo também apresenta alguma espécie de cegueira como resultado.

Assim, a solução relativista também atribui cegueira a falantes comuns que pensam estar diante de um paradoxo quando se deparam com um argumento cético, assumindo que isto acontece porque tais falantes mudam de contexto de análise no meio do caminho, ao passo que ignoram que a verdade de atribuições de conhecimento é sensível à análise. Se tal cegueira se aplica, falantes estão cegas para o fato de que o valor de verdade dos conteúdos expressos por sentenças envolvendo uma expressão particular podem variar com os padrões epistêmicos que são determinados pelo contexto de análise. Essa cegueira estraga a vantagem do Relativismo sobre o Contextualismo para lidar com situações de julgamentos intercontextuais e retração. Para Kindermann, o problema mais sério aqui é que este tipo de cegueira também parece ser particularmente implausível diante da suposta confiança na competência dos falantes para sustentar outros tipos sensibilidade contextual.

A aparência do paradoxo pode ser explicada pelo fato de os falantes estarem confusos sobre os padrões epistêmicos relevantes para o julgamento dos valores de verdade, devido à natureza dos argumentos céticos. A proposta relativista é que as falantes são competentes em relação ao padrão epistêmico, mas estão confusos sobre o contexto de análise que elas próprias ocupam. Porque confundem os contextos sem notar a variação, o atribuidores combinam de modo problemático o julgamento de valores de verdade. O tipo de cegueira que afeta o relativismo diria respeito a uma ausência, na linguagem ordinária, de recursos que explicitem a relatividade contextual revelando que afirmações de conhecimento são sensíveis ao contexto de análise.

Atribuir competência sobre os padrões e ignorância sobre o contexto de análise não explica contudo como é possível fazer um julgamento adequado de valores de verdade em conjunto com a sensação de inconsistência, e não responde porque o argumento cético parece apresentar um paradoxo fazendo falantes competentes pensarem que há uma contradição. Se sentenças de atribuição de conhecimento são realmente

relativas ao contexto de análise, deveríamos reconhecer prontamente que não há um paradoxo.

Se uma explicação completa de porque parece haver um paradoxo requer que abandonemos a suposição sobre a competência dos falantes a respeito dos padrões epistêmicos fornecidos pelo contexto de análise e assumamos algum grau de cegueira a este respeito; e se, sem perceber, falantes mudam de contexto de análise e julgam valores de verdade acreditando que estes julgamentos são inconsistentes, porque não são capazes de reconhecer tal mudança, então, o Relativismo de fato também atribui erro à falante e, sobre este fato específico, não apresenta vantagem em relação ao Contextualismo.

5.3 Um Tratamento não-Indexical Para o Problema da Cegueira Semântica

Defendemos então que a forma mais proeminente pela qual a sensibilidade contextual poderia ser defendida de uma maneira contextualista é a partir de uma versão não-indexical do contextualismo. A marcada

distinção entre a sensibilidade do conteúdo, do Contextualismo Indexical, e a sensibilidade do valor de verdade, do Contextualismo não-Indexical, é crucial para mostrar que apesar de o Contextualismo não-Indexical também estar comprometido com uma forma de cegueira semântica, esta forma seria mais fraca e plausível. O Contextualismo não-Indexical também tem a vantagem de não ser atingido por objeções provenientes do discurso indireto, uma vez que é possível ver que desafios envolvendo relatos de fala atingem a forma indexical, mas não afetam a forma não-indexical de contextualismo.

No lugar de apresentar uma alegação de sensibilidade contextual que se refere ao conteúdo de sentenças de conhecimento, o Contextualismo não-Indexical se direciona à variação dos valores de verdade destas expressões em relação a seus contextos específicos de uso, relativizando-as às circunstâncias a partir das quais são avaliadas. Se nos restringirmos à proposições contingentes, que nem sempre são verdadeiras e nem sempre são falsas, podemos dizer que uma sensibilidade contextual de conteúdo implica uma sensibilidade contextual de valores de verdade, mas não o contrário.

Se o valor semântico de uma sentença ajuda a determinar o valor semântico de uma sentença maior que a contém, então o valor semântico também deve determinar como a verdade de um sentença varia quando certas características do contexto são mudadas [...]. (LEWIS, 1980, p.79).⁷²

A mudança no conteúdo proposicional de uma sentença irá exigir uma avaliação sobre o valor de verdade deste novo conteúdo proposicional, mas a variação no valor de verdade de uma proposição expressa não implica que a sentença cujo proferimento indica tal proposição, sofrerá uma variação em seu conteúdo. Se alguém aceita a noção padrão de que uma proposição que pode ser verdadeira em relação a alguns mundos pode ser falsas em relação a outros, este sujeito está comprometido pelo menos com uma forma mínima de contextualismo não-indexical.

⁷² If the semantic values of sentences also serve to help determine the semantic values of larger sentences having the given sentence as a constituent, then also the semantic values must determine how the truth of a sentence varies when certain features of context are shifted [...].

Precisamos no entanto distinguir mais precisamente entre a cegueira que diz respeito ao conteúdo proposicional de sentenças de conhecimento e outra que diz respeito a valores de verdade. Akerman e Greenough (2009), sugerem que há, pelo menos, uma forma forte e outra fraca de cegueira de conteúdo, e que há também uma forma forte e outra fraca de cegueira sobre valor de verdade. A cegueira de conteúdo afeta o Contextualismo Indexical, e a forma fraca da cegueira sobre valor de verdade afeta o Contextualismo não-Indexical.

Quando há uma cegueira de conteúdo forte, a falante está cega para o fato de que o conteúdo expresso por uma sentença sensível ao contexto é parcialmente determinado pelo contexto. Quando o caso é de cegueira de conteúdo fraca a falante está ignorante sobre qual conteúdo é expresso pelo proferimento de uma sentença sensível ao contexto. A primeira forma diz respeito a uma incapacidade de reconhecer a sensibilidade contextual do conteúdo, a segunda diz respeito a uma incapacidade de reconhecer o próprio conteúdo, o que configuraria uma inconsciência de conteúdo.

Há também uma forma forte e outra mais fraca para a cegueira sobre o valor de verdade. O tipo forte implica que a falante está cega para o fato que o valor de verdade do que é expresso pelo proferimento de uma sentença sensível ao contexto é parcialmente determinado pelo contexto. Já a cegueira sobre o valor de verdade em sua versão fraca implica que falantes estão ignorantes sobre o valor de verdade do que é expresso pelo proferimento de uma sentença sensível ao contexto, ou seja, não sabem ou não conseguem julgar se a proposição que a sentença expressa é verdadeira ou falsa.

Se é aparente que usuárias da linguagem ordinária não compreendem claramente que sentenças de conhecimento são sensíveis ao contexto do modo que o contextualismo afirma, parece então óbvio que, se existem mudanças no conteúdo ou no valor de verdade e as falantes não são capazes de detectá-las, então é certo que eles não serão capazes de saber qual é o conteúdo ou o valor de verdade em qualquer situação em que mudanças contextuais sejam possíveis. Não é possível saber o conteúdo ou valor de verdade de sentenças de atribuição de conhecimento, se tanto os fatores

contextuais quanto o modo pelo qual estes fatores determinam o conteúdo ou valor de verdade são inacessíveis às falantes, o Contextualismo Indexical parece assim estar comprometido com todas estas formas de ignorância.

Enquanto o Contextualismo Indexical está comprometido com as duas formas de cegueira de conteúdo e também com a forma fraca de cegueira sobre valor de verdade, o Contextualismo não-Indexical parece estar comprometido com as duas formas de cegueira sobre a verdade. Ambos implicam que o valor de verdade pode variar, mas só o contextualismo indexical assume como resultado uma variação de conteúdo.⁷³ A forma

⁷³ Nem todas as versões de contextualismo vão implicar um comprometimento com a cegueira fraca sobre o valor de verdade, uma vez que em algumas versões se podem sustentar que falantes têm acesso ao valor de verdade do que é expresso por sentenças sensíveis ao contexto. Estendendo a análise que Akerman e Greenough (2009) fazem sobre termos vagos para expressões sensíveis ao contexto em geral, pode-se sugerir que uma vez que os falantes se sentem capazes de fazer julgamentos sobre conteúdos que apresentam sensibilidade contextual, estes julgamentos devem estar corretos ou porque o próprio ato de julgar em si determina se o julgamento é correto, ou porque alguns fatos que determinam como fazer o julgamento também determinam se o resultado do julgamento está correto. O primeiro é uma forma de dependência de julgamento como apresentada por Shapiro (2006) e o segunda uma forma de

fraca de cegueira de conteúdo não seria problemática, e um exemplo com indexicais parece pertinente. Mesmo que um determinado sujeito não saiba onde está, e por isso não seja capaz de identificar o referente que fixa o conteúdo de 'aqui', ele ainda pode proferir "está frio aqui", usando assim competentemente o termo 'aqui'. A cegueira fraca sobre o valor de verdade é ainda menos problemática, pois aconteceria sempre que as pessoas estão ignorantes dos fatos que determinam o valor de verdade. Tanto a forma fraca de cegueira de conteúdo quanto a forma fraca de cegueira de valor de valor de verdade, ocorrem por causa de um tipo de ignorância sobre os fatores contextuais ou circunstanciais que são relevantes para o julgamento do valor de verdade ou para a determinação do referente.

As formas fortes por sua vez, parecem causar mais dano, pois nos forçam a concluir que falantes

codeterminação como sugerida por Raffman (1994). Nessas visões, a falante saberia o valor de verdade de proferimentos do tipo 'John é alto', mesmo quando John é um caso *borderline*, desde que algo confiável determine que o julgamento será verdadeiro. Há espaço então para negar a cegueira fraca sobre o valor de verdade de forma que o contextualismo indexical não estaria necessariamente comprometido com isto.

comuns são incompetentes ou não compreendem completamente as condições de verdade de expressões sensíveis ao contexto. Um determinado sujeito pode estar ignorante em relação ao conteúdo do seu proferimento, alguém pode dizer por exemplo, “está frio aqui”, mesmo que não saiba o local em que se encontra, e ainda assim contar como competente porque tem o conhecimento de ‘aqui’ enquanto caráter. É um problema para o Contextualismo que o sujeito tenha este tipo de conhecimento nos casos em que a falante está ignorante do conteúdo, já que a ignorância de conteúdo que o Contextualismo Indexical está comprometido não pode ser acomodado da mesma forma que acontece com *core* indexicais.⁷⁴ Já a cegueira sobre o caráter seria uma

⁷⁴ Pode parecer que o contextualismo não-indexical também está comprometido com a ignorância sobre o conteúdo na medida em que é caracterizado, ao modo de Kaplan, como uma função de circunstâncias para extensões, pois a mesma razão leva à conclusão que o contextualismo indexical está comprometido com cegueira de caráter. Para Akerman e Greenough (2009), se uma falante está ignorante sobre o valor de verdade do proferimento 'John é alto' por exemplo, parece improvável que esta ignorância desapareceria se a falante tivesse conhecimento das características contextuais (seu estado psicológico, interesses, e fatores relevantes para determinar o valor de verdade de expressões sensíveis ao contexto). Se é assim, a cegueira fraca sobre verdade aparentemente implica um tipo de

forma forte de cegueira semântica que envolve a inconsciência sobre se um tipo particular de expressão é sensível ao contexto em geral.

Não é só que não temos acesso introspectivo ao conteúdo de uma classe de comparação particular, ou padrão saturado pelo contexto em uma dada ocasião, é que estamos cegos para a existência desta dependência contextual em primeiro lugar. (COOK, 2012, p.9).⁷⁵

Contextualistas tentam igualar a cegueira sistemática exigida por sua tese a uma simples cegueira de conteúdo como a que ocorre com termos indexicais e graduáveis, mas a cegueira que afeta atribuidores em relação a adjetivos graduáveis e indexicais entretanto, revela erros pontuais dos falantes e não erros sistemáticos. Percebemos cegueira sobre indexicais, que são transparentes para falantes da linguagem natural, mas

cegueira de conteúdo, e o contextualismo não-indexical não seria afinal tão bom. O ponto é que como a cegueira fraca sobre verdade pode ser negada, isso não seria tão preocupante.

⁷⁵ It is not just that we do not have introspective access to the content of a particular comparison class or standard saturated by context on a given occasion, it is that we are blind to the existence of this contextual dependence in the first place.

isto não implica necessariamente que o conteúdo desses termos são igualmente transparentes independente do uso particular.

Se a exigência da transparência não funciona, pode haver desacordo sobre as condições de aplicação do termo em diferentes ocasiões de uso, mas não sobre se um objeto particular é compreendido na extensão de um termo. Essa forma de cegueira afetaria termos sensíveis ao contexto num modo normal para a dinâmica conversacional, uma vez que tais erros pontuais podem ser corrigidos através de negociação metalinguística que aconteceria por sua vez com o objetivo de tornar o conteúdo expresso mais preciso.

Há ainda outro tipo de consciência de conteúdo que o Contextualismo não-Indexical pode atribuir a falantes comuns que o Contextualismo Indexical não pode. Enquanto a forma indexical está comprometida com um tipo de teoria do erro que atribui diferentes formas de cegueira a falantes comuns, a posição do contextualismo não-indexical não afeta a competência dos falantes comuns nesse nível, e essa seria uma grande vantagem. A cegueira fraca de conteúdo que afeta o

Contextualismo Indexical cria problemas para relatos de fala indiretos, pois não podemos saber o conteúdo que uma sentença expressa se não estamos conscientes que este conteúdo varia em função de mudanças contextuais. Keefe (2007), parece tratar de alguma forma teórica indexical quando pressupõe uma mudança de conteúdo em concomitância com a mudança de contexto, ao afirmar que relatos indiretos de fala nunca são estritamente verdadeiros, pois o contexto do relato é diferente do contexto em que o proferimento original foi feito, e assim a sentença expressaria diferentes proposições em cada um deles.

Apenas o Contextualismo Indexical tem que lidar com esta preocupação sobre relatos indiretos de fala, uma vez que o Contextualismo não-Indexical não está comprometido com mudanças de conteúdo através dos contextos, e defende que a mesma sentença pode ser usada para relatar o proferimento original. O Contextualismo não-Indexical pode assim atribuir conhecimento descitacional para falantes comuns, e pode facilmente permitir relatos de fala indiretos corretos e confiáveis.

A cegueira semântica que o Contextualismo Indexical implica é uma forma grave, mas deve-se separar o estado epistêmico que constitui a cegueira semântica, que é a falta de consciência dos fatores semânticos que são parte da linguagem, da consequência ruim que é a teoria do erro sobre a aplicação equivocada de termos, uma vez que algumas formas de cegueira não implicam uma teoria do erro desta natureza.⁷⁶

As vantagens de se adotar o Contextualismo não-Indexical frente à objeção da cegueira semântica são notáveis. O Contextualismo não-Indexical não implica qualquer cegueira de conteúdo, atribuindo aos falantes comuns consciência do conteúdo que é transmitido por suas afirmações de conhecimento e consciência de que

⁷⁶ Ezdra Cook sugere que algumas formas fracas de cegueira não afetam gravemente o uso, um externalista sobre algum tipo específico de termo poderia atribuir alguma falta de transparência sobre as condições de aplicação destes termos. Neste caso, as falantes poderiam estar cegas por não reconhecerem que a ocorrência da mesma forma linguística expressa diferentes conceitos; ou poderiam estar confusas sobre a aplicação dos termos, o que não envolve necessariamente termos sensíveis ao contexto, mas diferentes comunidades linguísticas usando diferentes linguagens, e isto não implicaria uma teoria do erro. (COOK, 2012).

estes conteúdos dependem do contexto. Também não sofre com a cegueira forte sobre valores de verdade segundo a qual, falantes competentes estariam cegas para o fato que o valor de verdade das sentenças é parcialmente determinado pelo contexto. No entanto, o Contextualismo não-Indexical implica a forma fraca de cegueira sobre valor de verdade, sugerindo que falantes competentes podem estar ignorantes sobre o valor de verdade de atribuições de conhecimento pois não sabem, ou não conseguem julgar, se a proposição expressa é verdadeira ou falsa.

Tais falantes não conseguiriam realizar o julgamento do valor de verdade, porque estariam cegos para a influência das circunstâncias sob as quais a verdade do proferimento é avaliada. Esta cegueira não se relaciona a uma inconsciência de conteúdo, mas ao estado epistêmico do atribuidor, e explica o fato do argumento cético ser tão convincente afirmando que falantes competentes podem confundir as circunstâncias sob as quais as atribuições de conhecimento estão sendo avaliadas, ou podem não reconhecer qual padrão epistêmico é relevante.

A respeito da retração, não parece comum, pelo menos para usuárias da língua portuguesa ordinária, que os sujeitos retirem sistematicamente as afirmações que fizeram em contextos de baixos padrões quando os padrões para o conhecimento são elevados. Falantes comuns que de algum modo enfrentam uma situação de altos padrões provocada pela menção de uma possibilidade que supostamente deveria ser excluída, e reconhecem estar em uma situação de altos padrões, argumentarão em favor da verdade de seu proferimento no contexto de baixos padrões, e serão capazes de ver como, no contexto atual de altos padrões, o proferimento feito no contexto anterior não é adequado. Falantes comuns que reconhecem estar numa situação de altos padrões, avaliam a objeção e respondem: “eu não estava falando de acordo com o nível de exigência que o contexto requer agora”; mesmo que não sejam capazes de explicitar com exatidão quais eram as circunstâncias de avaliação no contexto de padrões mais baixos, e também não seja no atual contexto de padrões mais altos.

Se as falantes estão conscientes de que o valor de verdade depende parcialmente do contexto, e o

contexto que fixa o padrão é o contexto de uso, e, portanto, não sofrem da forma forte de cegueira de valor de verdade; mas, ainda assim apresentam alguma incapacidade para julgar o valor de verdade porque não estão completamente conscientes das circunstâncias sob as quais uma determinada atribuição de conhecimento é avaliada, é fácil ver como a cegueira que atinge o Contextualismo não-Indexical fornece dados baseados em erros sistemáticos dos falantes. Pensaríamos então que há um paradoxo porque as circunstâncias de avaliação não estão completamente claras.

Em resumo, o Contextualismo não-Indexical é bem sucedido no tratamento que oferece para a aparência de contradição entre a atribuição e a negação de conhecimento, em casos que envolvem uma mudança no nível dos padrões epistêmicos, tratando a “conjunção abominável” ou “consequência desagradável” a partir da perspectiva da diferença entre circunstâncias de avaliação, sem atribuir às falantes o erro grosseiro da não consciência de que a verdade de atribuições de conhecimento é sensível ao contexto. Também resiste às objeções fundamentadas em relatos indiretos porque não

postula uma mudança de conteúdo proposicional nas sentenças de atribuição de conhecimento através de diferentes contextos.

O Contextualismo não-Indexical parece cumprir o objetivo de explicar como as atribuições de conhecimento são sensíveis ao contexto sem se comprometer com uma forma de erro implausível. Mesmo que um defensor desta abordagem esteja comprometido com uma forma fraca de cegueira sobre o valor de verdade, que assume que falantes podem estar inconscientes das circunstâncias sob as quais deve julgar a verdade de uma atribuição de conhecimento; não há compromisso com a alegação de que falantes competentes não são sequer capazes de perceber que a verdade de uma atribuição de conhecimento é sensível à características contextuais.

Nossa pretensão foi fornecer um tratamento distintivamente não indexical para o problema da cegueira semântica, e como melhor resultado temos um comprometimento com uma forma fraca de cegueira que não implica necessariamente uma teoria do erro. Um caminho possível, e mesmo desejável, para o

fortalecimento do Contextualismo não-Indexical em relação à abordagem da cegueira semântica como um problema, pode ser vislumbrado através da aproximação com um tratamento pragmático. Chamar a atenção do atribuidor para as circunstâncias de avaliação vigentes que são relevantes para o julgamento do valor de verdade de uma determinada atribuição de conhecimento, se de fato estamos falando de usuárias competentes da linguagem, pode ser crucial para desfazer a aparência da contradição, a possibilidade da retração e muitas confusões provenientes, tanto do mau uso da linguagem, quanto da dificuldade de reconhecer quais padrões epistêmicos estão em jogo. Pensamos que há um paradoxo porque aceitar o argumento do tipo cético é contra intuitivo, mas uma vez que entendemos a plausibilidade do argumento em relação aos altos padrões que o governam e como a introdução de uma alternativa não eliminada leva a padrões mais difíceis de satisfazer, a aparência do paradoxo se esvai e também a necessidade de atribuir formas problemáticas de cegueira semântica à falantes competentes.

CONCLUSÃO

Neste trabalho procuramos apresentar o Contextualismo Epistemológico, a partir das teses com as quais o teórico contextualista se compromete, para em seguida sugerir que os argumentos que o contextualista oferece para a verdade destas teses falham. Tendo apresentado diversos testes que parecem falsear a alegação de que atribuições de conhecimento são sensíveis ao contexto da maneira que contextualistas tradicionais afirmam, apresentamos uma proposta alternativa de contextualismo cujo objetivo é tratar a sensibilidade contextual de atribuições de conhecimento por meio das mudanças nas circunstâncias sob as quais cada atribuição é avaliada. Um contextualismo deste tipo, chamado Contextualismo Não-Indexical, pode oferecer melhores respostas a alguns dos ataques que a forma tradicional de contextualismo precisa responder. Nossa contribuição ao fim, foi apresentar um tratamento para o problema da cegueira semântica a partir de uma perspectiva não-indexical de contextualismo.

Na introdução, apresentamos um caso que pretende ilustrar como a elevação dos padrões epistêmicos é possível em qualquer cenário conversacional, recorrendo assim às nossas práticas epistêmicas cotidianas em busca de dados que nos ajudem a compreender as relações de conhecimento. No primeiro capítulo, fizemos uma revisão panorâmica do problema que o ceticismo apresenta para a Epistemologia, tentando explicitar como procede a elevação dos padrões epistêmicos, e como tal prática pode comprometer nossas pretensões ordinárias para conhecer. Em seguida, apresentamos como a Teoria das Alternativas Relevantes, como proposta por Fred Dretske, pretende tratar o problema do ceticismo, através da distinção das possibilidades de erro que são relevantes em cada contexto específico. Como um meio para fazer tal distinção de modo adequado, apresentamos o conjunto de regras contextuais que é percebido por David Lewis. Uma vez que estas regras só funcionam em conjunto com a análise das pressuposições contextuais, a abordagem que Lewis oferece da Teoria das Alternativas Relevantes é distintamente contextualista.

O Contextualismo Epistemológico, que apresentamos no segundo capítulo, surge então como herdeiro da Teoria das Alternativas Relevantes, mas, com uma proposta teórica que promete lidar com o problema do ceticismo de forma mais eficiente. O caminho que o contextualista escolhe para lidar com o fenômeno da elevação dos padrões epistêmicos, que pode resultar na instauração de um cenário cético, é explicar porque os argumentos céticos são fortemente apelativos e porque pensamos haver contradição entre uma afirmação de conhecimento feita em um cenário de baixos padrões e uma negação de conhecimento feita em um cenário de altos padrões, como nos casos apresentados.

Para explicar porque hipóteses céticas exibem tamanha força apelativa, o contextualista afirma que sentenças de atribuição de conhecimento são sensíveis ao contexto da mesma forma que termos indexicais ou termos graduáveis, de modo que o conteúdo proposicional de uma sentença de conhecimento mudaria de acordo com o contexto em que a sentença é proferida. O Contextualismo alega também que pensamos que há uma contradição entre a afirmação e a negação de

conhecimento, em diferentes contextos, porque estamos cegos para a natureza indexical ou graduável dos termos de conhecimento, como ‘sabe’ em sentenças do tipo ‘S sabe que p’, e por isso não percebemos o significado que o termo assume cada vez que é usado. O primeiro compromisso contextualista é então provar que ‘sabe’, em sentenças de conhecimento, se comporta como termos indexicais ou graduáveis, e o segundo é mostrar como podemos estar cegos para o significado dos termos que usamos naturalmente.

No terceiro capítulo, procuramos diferenciar o que é sensibilidade contextual do que é dependência contextual, uma vez que os teóricos contextualistas parecem tratar os dois fenômenos como um só. Trouxemos então uma análise de acordo com a qual o modelo de sensibilidade contextual que o contextualista apresenta não é compatível com o modelo exibido pelos termos claramente sensíveis ao contexto, com os quais o contextualista propõe uma comparação. Também trabalhamos de forma a traçar uma distinção entre termos indexicais e termos graduáveis, para que a objeção a cada analogia pudesse ser feita separadamente. Apresentamos

então diferentes testes formulados por Jason Stanley, que contestam a analogia entre termos graduáveis e termos de conhecimento. Em seguida, apresentamos os testes oferecidos por Cappelen e Lepore, que, analisando o comportamento de termos indexicais, nos levam a concluir que a comparação entre termos indexicais e termos de conhecimento também não se sustenta. O diagnóstico ao qual chegamos, é que o contextualista falha em apresentar uma base linguística satisfatória para a fundamentação da tese segundo a qual atribuições de conhecimento são sensíveis ao contexto, porque termos de conhecimento se comportam semanticamente como expressões indexicais ou graduáveis.

Com o objetivo de manter a motivação contextualista de explicar porque argumentos céticos são fortemente apelativos, e porque não há contradição entre as proposições aparentemente contrárias apresentadas nos casos, sugerimos, no capítulo 4, o Contextualismo não-Indexical. Esta forma alternativa de contextualismo não se compromete com a mudança de conteúdo proposicional como resultado da alteração dos padrões epistêmicos em jogo, e assume que o argumento cético

exibe tamanha força apelativa porque é usado sob circunstâncias de avaliação muito exigentes. O Contextualismo não-Indexical assume também que pensamos haver uma contradição entre a afirmação de conhecimento feita sob baixos padrões, e a negação de conhecimento feita sob altos padrões, porque, à primeira vista, podemos não perceber quais são as circunstâncias vigentes em cada contexto, que servem de critério para o julgamento do valor de verdade de cada proposição.

O Contextualismo não-Indexical é também resistente a algumas objeções que contestam o Contextualismo Tradicional. Como a forma alternativa de contextualismo não pressupõe o compromisso com a mudança de conteúdo semântico, os ataques que se baseiam na incompreensão, ou no não reconhecimento da alteração de significado, não afetam o Contextualismo não-Indexical da mesma forma que afetam o Contextualismo Indexical. No capítulo 5, apresentamos como o Contextualismo não-Indexical pode lidar com o aparente paradoxo cético, com a questão da retração, e com julgamentos intercontextuais e, principalmente, com o problema da cegueira semântica. Nossa intenção final

foi mostrar que, ainda que o Contextualismo não-Indexical também resulte em uma forma de cegueira, esta forma não é tão grave quanto aquela que assola o Contextualismo Tradicional, uma vez que não atribui uma forma grosseira de erro sistemático às falantes que julgamos serem usuárias competentes da linguagem.

Nossa contribuição com este trabalho, além de oferecer material em língua portuguesa sobre o debate específico do contextualismo em epistemologia, pretende, de forma geral, a um melhoramento do Contextualismo enquanto forma de compreender nossas práticas epistêmicas ordinárias. Tal melhoramento pode ser observado quando usamos formas não convencionais de contextualismo para lidar com objeções que a forma tradicional enfrenta, como fizemos com a objeção da Cegueira Semântica. Se não pudemos nos desvencilhar por completo desta objeção, pelo menos nos comprometemos com uma forma mais fraca de atribuição de erro à falantes que acreditamos serem competentes usuárias da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABATH, A.J. Epistemic Contextualism, Semantic Blindness and Content Unawareness. *Australasian Journal of Philosophy*, volume 90, 2012, Issue 3. p 593-597. Disponível em: . Acesso em: 08/07/2016.

ANNIS, D. A contextualist theory of epistemic justification. *American Philosophic Quartely*. Vol 15, n 3, 1978, p 213-239.

AKERMAN, J; GREENOUGH, P. Vagueness and Non-Indexical Contextualism. S. Sawyer (ed.), *New Waves in Philosophy of Language*, 2009.

BACH, K. “Context Dependence”, In: *The Continuum Companion to the Philosophy of Language*. Max Kölbel and Manuel García-Carpintero (eds.), Continuum, 304p. 2012.

BLOME-TILMAN, M. ‘The Indexicality of ‘Knowledge’’, in: *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition* Vol. 138, No. 1, p. 29-53. 2008.

CAPPELEN, H and LEPORE, E. *Insensitive Semantics. A Defense of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism*. By Blackwell Publishing, 2005.

COOK, E. Semantic Blindness, Indirect Attributions, and Eavesdroppers, 2012. Disponível em: http://www.academia.edu/532963/Semantic_Blindness_Indirect_Attributions_and_Eavesdroppers. Acesso em: 08/07/2016.

COHEN, S. Knowledge and Context. *The Journal of Philosophy*, Vol. 83, No. 10, Eighty-Third Annual Meeting American Philosophical Association, Eastern Division, p. 574-583. 1986.

_____ Knowledge, Context and Social Standards. *Synthese* 73, by D. Reidel Publishing Company, p. 3-26. 1987.

_____ How to Be a Fallibilist. In: *Epistemology*. J. Tomberlin (ed.), Philosophical Perspectives 2, Atascadero, CA: Ridgeview, p.91-123. 1988.

_____ 'Contextualism, Skepticism, and the Structure of Reasons', in J. Tomberlin (ed.), *Epistemology (Philosophical Perspectives, 13; Oxford: Blackwell)*, p. 57-89. 1999.

_____ Contextualism and Skepticism. In: *Skepticism*. E. Sosa and E. Villaneuva (eds.), Philosophical Issues 10, p. 94-107. 2000.

DAVIDSON, D. "Verdade Reabilitada". Trad. Paulo Ghiraldelli Jr., disponível em: https://ghiraldelli.files.wordpress.com/2008/07/davidson_verdadereabilitada.pdf. Acesso em 30/03/2017.

DeROSE, K. Contextualism and Knowledge Attributions, *Philosophy and Phenomenological Research*, p. 913-29. 1992.

_____ Solving the Skeptical Problem. In: *Philosophical Review*, 104: 1-52. 1995.

_____ Relevant Alternatives and the Content of Knowledge Attributions *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 56, No. 1, p. 193-197. 1996.

_____ Responding to Skepticism. In: DeRose e Ted A. Warfield (eds.) *Skepticism*, a contemporary reader. Oxford: University Press, p. 1-24. 1999.

_____ Contextualismo: Explicação e Defesa. In: *Compêndio de Epistemologia*, J. Greco and E. Sosa (eds.), Edições Loyola, 297—324. 2008.

_____ *The Case for Contextualism*. Knowledge, Skepticism, and Context, Vol. 1, Clarendon Press Oxford, 2009.

DESCARTES, René. *Meditações*. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, p. 81-150. 1973.

DRETSKE, Fred. Epistemic Operators. *The Journal of Philosophy*, Vol. 67, No. 24, p. 1007-1023. 1970.

_____. Contrastive statements. *Philosophical Review* 81, p. 411-437. 1972.

_____. The Pragmatic Dimension of Knowledge. In: *Philosophical Studies* 40, p. 363 – 378. 1981.

_____. The Case Against Closure. In: STEUP, Matthias; SOSA, Ernest. (Ed). *Contemporary Debates in Epistemology*. Oxford: Blackwell, p. 3-26. 2005.

EVA, L.A.A. Sobre o argumento cartesiano do sonho. *Caderno de História Filosofia e Ciência, Campinas Série 3 v.12*, p 285-313, 2002.

GETTIER, Edmund. Is justified true belief knowledge? In: *Analysis* 23, p. 121 – 123. 1963.

GOLDMAN, A. “Discrimination and perceptual knowledge”, *The Journal of Philosophy* 73 (1976) 771-791.

HALLIDAY, Daniel. Contextualism, Comparatives, and Gradability. *Philosophical Studies*, 132:381-393. 2007.

HAWTHORNE, John. *Knowledge and Lotteries*: Oxford University Press, 2004.

HINTIKKA, J. Impossible Possible Worlds Vindicated. *Journal of Philosophical Logic*, 4, p. 475-484. 1975.

KAPLAN, D. Demonstratives. In: Almog, Perry, and Wettstein, p. 481–563. 1989.

KEEF, R. (2007): 'Vagueness Without Context Change', *Mind*, 116: 275–292.

KINDERMANN, D. Relativism, Sceptical Paradox, and Semantic Blindness. *Philos Stud*, 162:585–603. 2011.

KOMPA, N. The context sensitivity of knowledge ascriptions. *Grazer Philosophische Studien*, 64, p.79–96. 2002.

_____ The Semantics of Knowledge Attributions. *Westfälische Wilhelms-Universität Philosophisches Seminar. Domplatz 23, D-48143 Münster Germany*, p. 16-28. 2004.

_____ Knowledge in Context. *Rivista Internazionale di Filosofia e Psicologia*. Vol. 5, n.1, p. 58-71. 2014.

KORNBLITH, H. The Contextualist Evasion of Epistemology. *In: Skepticism*. Ernest Sosa, Ernest e Enrique Villanueva eds. Boston MA & Oxford UK: Blackwell Publishers, p. 24-32. 2000.

KRIPKE, S. *Naming & Necessity*. Cambridge: Harvard University Press. 172 p. 1980.

LAÊRTIOS, Diôgenes. *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*. 2. ed. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: UNB, 1977.

LEWIS, D. *Counterfactuals*. Blackwell Publishing, 1973. 156 p.

_____ Scorekeeping a Language Game. *Journal of Philosophical Logic* 8; by D. Reidel Publishing Co., Dordrecht, Holland, and Boston, U.S.A. p. 339-359. 1979.

_____ Index, Context, and Content. S. Kanger and S. Ohman (eds.), *Philosophy and Grammar*, p.79-100. 1980.

_____ On the Plurality of Worlds. Oxford: Blackwell, 1986.

_____ Elusive knowledge. *Australasian Journal of Philosophy*, 74:4, p. 549 - 567. 1996.

LUDLOW, P. Contextualism and the New Linguistic Turn in Epistemology. in: In: *Contextualism in Philosophy: Knowledge, Meaning, and Truth*. Edited by Gerhard Preyer and Georg Peter. Clarendon Press Oxford, p. 11-50. 2005.

MACFARLANE, J. "The Assessment Sensitivity of Knowledge Attributions.". *Oxford Studies in Epistemology* 1, ed. T. Szabo-Gendler and J. Hawthorne, 2004. Disponível em: <https://johnmacfarlane.net/relknow.pdf>. Acesso em: 15/01/17.

_____. Nonindexical Contextualism. Berkeley, 2007a. Disponível em <https://johnmacfarlane.net/nonindexical-contextualism.pdf>. Acesso em: 15/01/17.

_____. Semantic Minimalism and Nonindexical Contextualism. In Gerhard Preyer & Georg Peter (eds.). *New Essays on Semantics and Pragmatics*. Oxford University Press, p. 240-250. 2007b. Também disponível em: <https://johnmacfarlane.net/relknow.pdf>. Acesso em: 15/01/17.

_____. *Assessment Sensitivity: Relative Truth and its Applications*. Clarendon Press, Oxford, 2014.

MONTIMINY, M. Contextualism, Invariantism and Semantic Blindness. *Australasian Journal of Philosophy*, vol. 87, p 639-657. 2009.

MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013. Disponível em: <http://www.more.ufsc.br/>. Acesso em: 18/09/17.

MOORE, G. E. *Uma defesa do senso comum*. Trad. Luiz João Baraúna e Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, p. 81-102. 1980.

MURCHO, D. Mundos Possíveis. In: *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*. Edição de BRANQUINHO, J; MURCHO, D; GOMES, N.G. Brasília, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/17626/1/Enciclop>

%C3%A9dia%20de%20Termos%20L%C3%B3gico-Filos%C3%B3ficos.pdf.

PERRY, J. *Reference and Reflexivity*, Stanford: CSLI Publications, 2001.

PETER and PREYER. ‘The Limits of Contextualism’, in: In: *Contextualism in Philosophy: Knowledge, Meaning, and Truth*. Edited by Gerhard Preyer and Georg Peter. Clarendon Press Oxford, p. 1-10. 2005.

PUTNAM, Hilary. Brains in a Vat. In: DeRose e Ted A. Warfield (eds.) *Skepticism, a contemporary reader*. Oxford: University Press, p .27-42. 1999.

RACOURT, B.T. Epistemic relativism and semantic blindness. *Synthese*, 192:859–876. 2015.

RAFFMAN, D. ‘Vagueness Without Paradox’, *Philosophical Review*, 103: 41–74. 1994.

_____. ‘Vagueness and Context Relativity’, *Philosophical Studies*, 81: 175–92. 1996.

RAMSEY, F. P. “Facts and Propositions”. *Proceedings of Aristotelian Society*, vol 7, p 153-170. 1927.

ROCHA, R. M. *O Realismo Modal de David Lewis: Uma Opção Pragmática*. 2010. 115f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Filosofia, Goiás.

RODRIGUES, T. *O Contextualismo na Epistemologia Contemporânea*. 2011. 125f. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SCHIFFER, S. Contextualist Solutions to Scepticism. *Proceedings of the Aristotelian Society*, New Series, Vol. 96, p. 317-333. 1996.

SEXTO EMPÍRICO. “Hipotiposes Pirronianas: livro I”. Trad. Danilo Marcondes. *O que nos faz pensar*. Rio de Janeiro n. 12: 1997, p. 115-122.

SHAPIRO, S. *Vagueness in Context*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

STALNAKER, R. Common Ground. *Linguistics and Philosophy* 25: 701–721, 2002.

STANLEY, J. ‘On the Linguistics Basis for Contextualism’, in: *Philosophical Studies* 119:119–146, 2004.

_____. *Knowledge and Practical Interests*. Ed. by Peter Ludlow and Scott Sturgeon. Clarendon Press Oxford, 2005.

STINE, G. Skepticism, Relevant Alternatives, and Deductive Closure. In: *Skepticism: A Contemporary Reader*. Keith DeRose and Ted Wardfield eds. p. 145-155. 1999.

WILLIGES, F. Conhecimento, ceticismo e alternativas relevantes em Dretske. *Sképsis*, Ano VI, n 9, 2013, p 40-85.